

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

MICHELE CARDOSO CORRÊA

**ASSISTENTES SOCIAIS QUE TRABALHAM EM EMPRESAS PEDEM PASSAGEM:
PELO FIM DA HIERARQUIZAÇÃO E (IN)VISIBILIDADE PROFISSIONAL**

Porto Alegre
2023

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

MICHELE CARDOSO CORRÊA

**ASSISTENTES SOCIAIS QUE TRABALHAM EM EMPRESAS PEDEM PASSAGEM:
PELO FIM DA HIERARQUIZAÇÃO E (IN)VISIBILIDADE PROFISSIONAL**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Área de concentração: Serviço Social,
Políticas e Processos Sociais

Orientadora: Professora Dra. Maria Isabel Barros Bellini

Porto Alegre

2023

Ficha Catalográfica

C825a Corrêa, Michele Cardoso

Assistentes Sociais que trabalham em empresas pedem passagem :
pelo fim da hierarquização e (in)visibilidade profissional /
Michele Cardoso Corrêa. – 2023.

151.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini.

1. Assistente Social. 2. Trabalho. 3. Empresa. 4. Projeto
Ético-Político Profissional. I. Bellini, Maria Isabel Barros. II.
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

MICHELE CARDOSO CORRÊA

**ASSISTENTES SOCIAIS QUE TRABALHAM EM EMPRESAS PEDEM PASSAGEM:
PELO FIM DA HIERARQUIZAÇÃO E (IN)VISIBILIDADE PROFISSIONAL**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Área de concentração: Serviço Social,
Políticas e Processos Sociais

Aprovada em: ___ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Maria Isabel Barros Bellini – Presidente
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Prof^a. Dra. Patricia Krieger Grossi
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Prof^a. Dra. Dolores Sanches Wünsch
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof^a. Dra. Maria José de Oliveira Lima
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Campus de Franca

Dedico este estudo aos/às colegas assistentes sociais de empresas que lutam diariamente por uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Trabalhadores/as que ocupam este espaço sócio-ocupacional na perspectiva de viabilizar a garantia de direitos da população.

AGRADECIMENTOS

Chegou o momento de agradecer essa etapa da vida: o Doutorado em Serviço Social. Me coloco a refletir sobre quanta produção de vida tive em 4 anos... Quantos acontecimentos e mudanças ocorreram na minha vida? Pessoas que saíram, outras que chegaram, teve as que partiram, mas também as que ficaram. A vida é um vai e vem. Maria Rita em sua música “Encontros e despedidas” traduz as vivências que tive nos últimos 4 anos da vida. A hora do encontro é também despedida e nesse trem da vida eu carrego muita gente querida...

Sendo assim, começo agradecendo à minha Mãezinha Beatriz Cardoso pelo apoio, cuidado, carinho, preocupação e amor durante toda minha vida, mas especialmente por ter ficado do meu lado nesta fase do Doutorado. Mãe, obrigada por me ensinar diariamente a ser uma pessoa melhor. Aprendo contigo sobre amor, perdão, cuidado, persistência e luta. Tua história de vida me incentivou a chegar até aqui. Mãe, essa Tese é para você!

Ao meu Pai Jocelino Corrêa (*in memoriam*) que partiu para outro plano espiritual no meu último semestre do Doutorado, dedico essa Tese! Faltou pouco para você ver sua filha virar Doutora, mas eu sei que está muito orgulhoso de onde está. Sempre sonhou que seus filhos tivessem uma vida “melhor” e que chegassem a lugares que você e a mãe não tiveram oportunidade e condições concretas de chegar. Hoje uma parte de vocês que está em mim, chega à conclusão do Doutorado em Serviço Social. Agradeço o seu incentivo aos estudos e por me impulsionar a realizar meus sonhos!

O meu noivo Guilherme Corrêa chegou durante essa etapa da minha vida e trouxe amor, alegria e cuidado para os meus dias. Gui, obrigada pelas incansáveis palavras de afeto, cuidado e apoio. Os abraços de conforto nas vezes que eu estava preocupada achando que não conseguiria terminar o Doutorado. Ah... os preparativos do nosso casamento trouxeram leveza para esse ano de conclusão da Tese. Obrigada, meu amor!

Estendo meu agradecimento à minha prima Andriele Escobar, que me ajudou em diversos momentos na construção deste trabalho. Aos demais familiares, irmão/ã, cunhados/as, sobrinhos/as, afilhados/as, sogro/a, primos/as e amigas-irmãs obrigada por estarem comigo. Minha família é a minha base!

Agradeço ao Sesc, meu local de trabalho, pelo incentivo educacional e liberação para a realização do Doutorado. Em especial, agradeço ao Eduardo Schmitz, meu líder no Sesc Comunidade. Dudu, foi muito importante partilhar essa caminhada contigo,

obrigada pelo incentivo e celebração em cada etapa vivenciada. As minhas colegas e amigas do trabalho agradeço o cuidado, afeto e apoio. É maravilhoso partilhar o cotidiano de trabalho com vocês. Mulheres que inspiram!

Agradeço à minha amiga Alexia Dorneles pelo incentivo para ingressar no Doutorado em Serviço Social e apoio em muitas fases deste processo. Amiga, foi muito lindo partilhar essa caminhada com você, foram muitas reflexões, risos e celebrações. Obrigada aos colegas do grupo e núcleo de pesquisas (GEPEDH e NETSI), dividimos angústias, reflexões, conhecimento e sonhos. Foi bonito vivenciar essa trajetória com vocês.

Agradeço à Professora Dra. Beatriz Gershenson, minha orientadora desde o mestrado até janeiro de 2023. Bia, obrigada por segurar minha mão todas as vezes que eu precisei. Sou eternamente grata pelo seu cuidado, afeto e conhecimento partilhado. Você é inspiração!

Agradeço à Professora Dra. Maria Isabel Bellini por me acolher como sua orientanda no meu último semestre do Doutorado. Belinha, estar sob sua orientação é um presente desta reta final. Muito obrigada!

Deixo o meu agradecimento às professoras que compõem a banca examinadora pelas importantes contribuições e debates acerca do estudo. Obrigada por compartilharem suas experiências, conhecimento e afeto. Inspirações na área do Serviço Social.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 (“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”). Desta forma, agradeço a CAPES pela possibilidade de recursos para a realização do Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades na PUCRS.

Não posso deixar de agradecer aos/as assistentes sociais que aceitaram fazer parte deste estudo, suas experiências profissionais são potentes e inspiradoras. Foi incrível desvendar que compartilhamos de um mesmo ideal: uma sociedade mais justa, igualitária e com direitos à classe trabalhadora.

E por fim, agradeço a todas, todos e todes que de alguma forma contribuíram com esta etapa da minha vida, o Doutorado em Serviço Social. Eu aprendi muito com cada um de vocês!

RESUMO

Nesta Tese tem-se o objetivo de identificar os desafios e as possibilidades do trabalho do/a assistente social na empresa, na perspectiva de consolidação do Projeto Ético-Político Profissional, a fim de contribuir com a ampliação do debate e a qualificação do trabalho neste espaço sócio-ocupacional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de nível explicativo, orientada pelo método dialético-crítico, fundamentado no materialismo histórico. Tem por base a pesquisa documental e empírica. A pesquisa documental foi desenvolvida através das legislações, planos, programas e decretos que contemplam marcos normativos para o Serviço Social e as produções acadêmicas de Dissertações e Teses vinculadas aos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, definiu-se o Brasil como delimitação geográfica, no período de 1990 a 2020 para pesquisa documental. A pesquisa empírica foi realizada através de treze entrevistas semiestruturadas e um grupo focal com assistentes sociais de empresas, atingindo um total de dezessete profissionais do Serviço Social, oriundos das cinco regiões do país, sendo Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul. O tratamento dos dados foi realizado através da análise temática (SOUZA, 2019) compatível com a análise de conteúdo de Bardin (2009). O presente estudo analisa que historicamente o/a assistente social é requisitado/a para trabalhar na empresa, atuação profissional que se desenvolve até os dias atuais. Os dados apontam para as múltiplas possibilidades do trabalho do/a assistente social na empresa, na perspectiva de consolidação do Projeto Ético-Político Profissional. Os/as profissionais atuam no planejamento, gestão, operacionalização e avaliação de projetos, programas e políticas sociais. Examina-se que os/as assistentes sociais possuem apropriação teórica acerca das legislações que preconizam a garantia de direitos dos/as usuários/as, valores e princípios que ancoram o trabalho profissional, desta forma, evidencia-se o alinhamento com os preceitos ético-políticos do Serviço Social. O trabalho do/a assistente social contribui para viabilizar direitos relacionados a educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, dentre outros essenciais a vida do/a trabalhador/a. Desvendam-se os desafios para o trabalho do/a assistente social na empresa a fim de materializar o Projeto Ético-Político Profissional. Primeiramente, cabe destacar o incipiente debate e produção de conhecimento acerca do trabalho do/a assistente social em empresa na área de Serviço Social, o quê, contribui para os limites relacionados ao aprimoramento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo dos/as profissionais e estudantes que atuam nesta área. A partir da análise teórica sobre a hierarquização dos campos de trabalho no Serviço Social, dentre eles, o setor público e o privado, evidencia-se que a empresa aparece como um lugar ilegível para o trabalho do/a assistente social, desconsiderando todas as possibilidades do Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional. A (in)visibilidade e a hierarquização acerca do trabalho do/a assistente social na empresa perpassam a formação, a produção de conhecimento, o exercício profissional e transpõem-se aos/às usuários/as atendidos/as por estes/as profissionais no âmbito empresarial. Ao examinar os desafios que atravessam o trabalho do/a assistente social na empresa, chega-se à conclusão de que estes fatores dificultam a materialização do Projeto Ético-Político Profissional. Desta forma, faz-se necessário incorporar essa pauta nos espaços políticos organizativos do Serviço Social a fim de inserir o debate acerca do trabalho do/a assistente social em empresa na formação, produção de conhecimento e exercício profissional do/a assistente social.

PALAVRAS-CHAVE: Assistente Social; Trabalho; Empresa; Projeto Ético-Político Profissional.

ABSTRACT

This Thesis aims to identify the challenges and possibilities of the social worker's work in the company, from the perspective of consolidating the Professional Ethical-Political Project, in order to contribute to the expansion of the debate and the qualification of work in this socio-occupational space. This is qualitative research at an explanatory level, guided by the dialectical-critical method, based on historical materialism. It is based on documentary and empirical research. Documentary research was developed through legislation, plans, programs and decrees that include normative frameworks for Social Service and academic productions of Dissertations and Theses linked to Postgraduate Programs in Social Service, Brazil was defined as a geographical delimitation, from 1990 to 2020 for documentary research. The empirical research was carried out through thirteen semi-structured interviews and a focus group with social workers from companies, reaching a total of seventeen Social Service professionals, from the five regions of the country, being North, Northeast, Southeast, Central-West and South. Data processing was carried out through thematic analysis (SOUZA, 2019) compatible with the content analysis of Bardin (2009). The present study analyzes that historically the social worker is required to work in the company, a professional role that continues to this day. The data point to the multiple possibilities of the social worker's work in the company, from the perspective of consolidating the Professional Ethical-Political Project. Professionals work in the planning, management, operationalization and evaluation of projects, programs and social policies. It is examined that social workers have theoretical appropriation regarding the legislation that advocates the guarantee of users' rights, values and principles that anchor professional work, in this way, alignment with ethical precepts is evident. Social Service politicians. The work of the social worker contributes to enabling rights related to education, health, food, work, housing, transportation, leisure, security, social security, among other essentials to the worker's life. The challenges for the social worker's work in the company are revealed in order to materialize the Professional Ethical-Political Project. Firstly, it is worth highlighting the incipient debate and production of knowledge about the work of social workers in companies in the area of Social Service, which contributes to the limits related to the theoretical-methodological, ethical-political and technical-operative improvement of professionals and students who work in this area. From the theoretical analysis on the hierarchy of work fields in Social Services, including the public and private sectors, it is clear that the company appears as an illegible place for social workers to work, disregarding all possibilities of Social Service in this socio-occupational space. The (in)visibility and hierarchy regarding the work of social workers in the company permeate training, knowledge production, professional practice and are transposed to users served by these professionals within the scope business. When examining the challenges that face the work of social workers in the company, we come to the conclusion that these factors make it difficult to materialize the Professional Ethical-Political Project. Therefore, it is necessary to incorporate this agenda into the organizational political spaces of Social Service in order to insert the debate about the work of social workers in companies in the training, production of knowledge and professional practice of social workers.

KEYWORDS: Social Worker; Work; Company; Professional Ethical-Political Project.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Questões norteadoras e objetivos específicos da pesquisa.....	20
Quadro 2 - Descritores de busca da pesquisa documental.....	24
Quadro 3 - Banco de dados da pesquisa documental.....	26
Quadro 4 - Dissertações e Teses selecionadas para análise.....	27
Figura 1 - Mapa das Dissertações e Teses no Brasil.....	30
Figura 2 - Mapa das entrevistas semiestruturadas no Brasil.....	34
Figura 3 - Mapa das entrevistas e grupo focal no Brasil.....	39
Figura 4 - Nuvem de palavras do grupo focal.....	42
Gráfico 1 – Cargo de ocupação na empresa.....	57
Gráfico 2 – Tempo de trabalho na empresa.....	59
Gráfico 3 – Quantidade de vínculos empregatícios.....	60
Gráfico 4 – Jornada semanal somando os vínculos empregatícios.....	61
Gráfico 5 - Área de atuação das empresas.....	65

LISTA DE SIGLAS

AS1 – Assistente Social 1

AS2 – Assistente Social 2

AS3 – Assistente Social 3

AS4 – Assistente Social 4

AS5 – Assistente Social 5

AS6 – Assistente Social 6

AS7 – Assistente Social 7

AS8 – Assistente Social 8

AS9 – Assistente Social 9

AS10 – Assistente Social 10

AS11 – Assistente Social 11

AS12 – Assistente Social 12

AS13 – Assistente Social 13

AS14 – Assistente Social 14

AS15 – Assistente Social 15

AS16 – Assistente Social 16

AS17 – Assistente Social 17

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

GASEF - Grupo de Assistentes Sociais de Empresas de Franca

GEPEHD - Grupo de Pesquisa e Estudos em Ética e Direitos Humanos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

LOS – Lei Orgânica da Saúde

MP - Medida Provisória

NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família

NETSI – Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho, Saúde e Intersetorialidade

PEP - Projeto Ético-Político Profissional

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PPGSS - Programa de Pós-graduação em Serviço Social

PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RSE - Responsabilidade Social das Empresas

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria

SESC - Serviço Social do Comércio

SESC/RS - Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Sul

SESI - Serviço Social da Indústria

SMS - Segurança, Meio Ambiente e Saúde

SUS - Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	14
2 O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EMPRESA.....	45
2.1 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL.....	46
2.2 CONDIÇÕES E RELAÇÕES DO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EMPRESA.....	55
2.3 A EMPRESA ENQUANTO ESPAÇO DE TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL.....	64
2.4 A (IN)VISIBILIDADE E A HIERARQUIZAÇÃO DOS CAMPOS DE TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL.....	70
3 CONSTRUÇÃO COLETIVA: PARÂMETROS PARA ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EMPRESA.....	79
3.1 COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EMPRESA.....	81
3.2 AS DEMANDAS E AS ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA PERSPECTIVA DA GARANTIA DE DIREITOS.....	90
3.3 SERVIÇO SOCIAL NA EMPRESA: OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES PARA MATERIALIZAR O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL.....	104
4 CONCLUSÃO.....	117
REFERÊNCIAS.....	126
APÊNDICE A - Roteiro de análise documental.....	136
APÊNDICE B - Roteiro para o Processo de Consentimento Livre e Esclarecido...137	137
APÊNDICE C - Roteiro de entrevista semiestruturada com assistentes sociais....140	140
APÊNDICE D - Convite para o grupo focal.....	141
APÊNDICE E - Roteiro para o grupo focal com assistentes sociais.....	142
ANEXO A - Autorização Comissão Científica PUCRS.....	143
ANEXO B - Autorização Comitê de Ética e Pesquisa.....	144
ANEXO C - Carta de solicitação de dispensa de concordância institucional.....	150

1 INTRODUÇÃO E CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este estudo pretende contribuir com um debate fundamental para o Serviço Social no Brasil, através da investigação sobre o tema da atuação do/a¹ assistente social na empresa privada, na perspectiva de fornecer subsídios para ampliar o debate e qualificar o trabalho neste espaço sócio-ocupacional. Desta forma, cabe contextualizar brevemente este importante campo de trabalho de assistentes sociais.

Historicamente os/as assistentes sociais são requisitados para atuar em empresas privadas. Lima e Cosac (2005, p. 237) referem que desde “os anos 1940, algumas empresas já contavam com a atuação profissional de assistentes sociais, porém, somente no final dos anos de 1970 e início dos 1980, houve um crescimento na atuação profissional do Serviço Social nas empresas”. Essa requisição profissional passou por múltiplas transformações societárias, por vezes, reduzindo a inserção destes profissionais neste campo, por outras, ampliando esta inserção e reinventando as possibilidades de trabalho do/a assistente social.

As empresas privadas enquanto espaço de atuação do/a assistente social são permeadas por relações contraditórias, que dizem respeito aos distintos projetos societários em disputa. Neste espaço manifestam-se as expressões da questão social, objeto de trabalho do/a assistente social, e apresentam-se os limites e as possibilidades para o trabalho profissional.

É neste cenário que inserem-se os/as assistentes sociais nas empresas, pautados pelo Projeto Ético-Político Profissional (PEP). Os projetos profissionais são “indissociáveis dos projetos societários que lhes oferecem matrizes e valores” (IAMAMOTO, 2012, p. 223). Desta forma, “todo projeto e, logo, toda prática, numa sociedade classista, têm uma dimensão política. Ou seja, se desenvolvem em meio às contradições econômicas e políticas engendradas na dinâmica das classes sociais antagônicas” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p.04). Portanto, o exercício profissional do/a assistente social de empresa pode contribuir com respostas para as demandas sociais advindas das transformações econômicas, assim como, podem favorecer para o acirramento destas demandas.

O/a assistente social constitui-se como trabalhador/a inserido/a na divisão social

¹ Nesta tese de Doutorado optou-se pelo reconhecimento da linguagem inclusiva de gênero, contemplando a forma masculina e feminina na escrita do texto. Configura-se em um posicionamento político da pesquisadora a fim de contribuir para a negação do machismo na linguagem, principalmente por esse trabalho abordar a categoria de assistentes sociais formada majoritariamente por mulheres.

e técnica do trabalho, este/a profissional vende a sua força de trabalho para o capital (GUERRA, 2007). Regulamentado como um/a profissional liberal insere-se nos mais variados processos de trabalho das instituições, as quais “oferecem os recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos para a realização do trabalho no marco de sua organização coletiva” (IAMAMOTO, 2012, p. 45-46). Este/a profissional atua em múltiplos espaços sócio-ocupacionais, como em órgãos públicos, instituições não governamentais, sindicatos e nas empresas privadas, campo na qual pretende-se desbravar neste estudo.

Nas empresas privadas, os/as assistentes sociais são requisitados/as para as áreas de Recursos Humanos, Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), Responsabilidade Social, Inclusão e Diversidade, Educação, Geração de Renda, Habitação, dentre outros espaços que promovam políticas sociais que viabilizam o acesso e a garantia de direitos para o público interno e externo de organizações empresariais. Nesta pesquisa, têm-se este espaço sócio-ocupacional como lócus de investigação, e pretende-se desvendar os limites e as possibilidades do trabalho do/a assistente social na perspectiva do Projeto Ético-Político Profissional.

A presente Tese está vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Esta produção acadêmica vinculava-se à linha de pesquisa Serviço Social, Direitos Humanos, Desigualdades e Resistências, na qual era desenvolvida no Grupo de Pesquisa e Estudos em Ética e Direitos Humanos (GEPEDH). Atualmente a pesquisa encontra-se vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho, Saúde e Intersetorialidade (NETSI).

O destaque sobre a trajetória pessoal, acadêmica e profissional da pesquisadora faz-se extremamente importante nesta pesquisa, pois foi a partir das múltiplas experiências que construiu-se a pessoa, profissional e pesquisadora que está escrevendo esta Tese. Inclusive são estas experiências que provocam o aprofundamento teórico-prático e reflexivo deste tema. Conforme elucida Prates:

Investigamos para responder a indagações que nos são postas pela realidade. Logo, uma pesquisa deve responder sempre um problema, seja teórico ou prático. Em se tratando do referencial dialético crítico, no entanto, sempre será teórico-prático porque o caráter interventivo lhe é constitutivo, na medida em que tem a transformação do real como finalidade, o que só pode ser realizado a partir dessa unidade necessária (PRATES, 2016, p. 09).

Desta forma, cabe ressaltar três questões que justificam a escolha deste tema de

pesquisa: 1) vivências pessoais e profissionais da pesquisadora; 2) pouca produção teórica na área de Serviço Social sobre o tema; 3) a (in)visibilidade acerca do trabalho do/a assistente social na empresa.

Inicia-se abordando as vivências pessoais e profissionais da pesquisadora que motivam a questão do estudo. Moradora de um bairro periférico, filha de uma trabalhadora doméstica e de um torneiro mecânico, na sua história de vida alguns direitos foram mediados a partir de projetos sociais desenvolvidos por iniciativas privadas, fatores que influenciaram na escolha do tema desta pesquisa.

A pesquisadora iniciou sua vida profissional como jovem aprendiz de um banco privado, o projeto criado em parceria entre empresas e organizações sociais, a qual possibilita a inserção profissional para jovens moradores de territórios vulneráveis. Após esta experiência, atuou no setor de telefonia de uma operadora de saúde privada no Rio Grande do Sul, nesta empresa, teve a possibilidade de cursar a graduação em Serviço Social através de um projeto de incentivo educacional que custeava 50% do valor da graduação. As ações desenvolvidas por estas empresas contribuíram para a inclusão no mercado de trabalho formal e na formação do ensino superior da pesquisadora.

Durante a Graduação em Serviço Social, entre 2009 e 2013, desenvolveu seus estudos voltados a temática da violência contra crianças e adolescentes. Realizou o estágio curricular obrigatório em um serviço de saúde especializado no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, experiência que foi produto do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “A prática do Serviço Social e a autonomia do usuário frente às situações de vulnerabilidade social no Centro de Referência no Atendimento Infante-Juvenil” (CORRÊA, 2013).

Importante sinalizar que a pesquisadora fez residência no Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde com ênfase em Saúde da Criança, no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, entre 2014 e 2016. Neste programa, realizou uma pesquisa na linha da violência vivenciada por crianças e adolescentes, teve como objeto de estudo a relação entre as violências e a efetividade das políticas sociais na proteção da criança e do adolescente, fruto do seu Trabalho de Conclusão da Residência, intitulado “As dimensões da vulnerabilidade nas famílias de crianças e adolescentes hospitalizados: a relação com a violência infantil” (CORRÊA, 2015).

Na sequência cronológica da caminhada profissional, de 2016 a 2018, desenvolveu seu Mestrado em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica

do Rio Grande do Sul (PUCRS), com dedicação exclusiva e com bolsa integral pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Na pesquisa de mestrado seu objeto de estudo esteve relacionado aos limites e as possibilidades da rede de proteção intersetorial da criança e adolescente vítima de violência na cidade de Porto Alegre, dissertação intitulada “Entre limites e possibilidades: a intersetorialidade na rede de proteção da criança e do adolescente vítima de violência na cidade de Porto Alegre” (CORRÊA, 2018).

O percurso de trabalho e pesquisa na área de Serviço Social ocorreu em espaços públicos e com temas de extrema relevância social, na qual, a pesquisadora permanece em constante defesa. Reconhece também, a importância do aprofundamento teórico-prático para seu desenvolvimento enquanto assistente social e pesquisadora na área do Serviço Social.

Após o término do Mestrado a pesquisadora necessitou inserir-se no mercado de trabalho, considerando as necessidades concretas de sobrevivência em uma sociedade capitalista. Em 2018, passou em um processo seletivo para contratação terceirizada no Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), serviço de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS), no município da Região Carbonífera do Rio Grande do Sul.

No mesmo ano surgiu a possibilidade de participar de um processo seletivo do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Sul (SESC/RS)². Em outubro de 2018 encontrou no setor privado a possibilidade de trabalhar como assistente social, atuando diretamente no planejamento, gestão, operacionalização e avaliação dos projetos e programas sociais do Sesc Comunidade.

Há quatro anos esta experiência profissional instiga diariamente a pesquisadora a refletir sobre os desafios e as potencialidades neste espaço sócio-ocupacional pouco desbravado na área de Serviço Social. Além disso, enquanto assistente social, encontra no âmbito empresarial possibilidades concretas de atuação na perspectiva da garantia de direitos humanos e sociais.

Ao ingressar no Doutorado em Serviço Social em agosto de 2019, a pesquisadora não tinha um ano completo de trabalho em empresa, mas percebeu o incômodo da categoria profissional em relação à atuação de assistentes sociais no setor privado.

² Criado pela Confederação Nacional do Comércio – CNC, nos termos do Decreto-Lei nº 9853, de 13 de setembro de 1946, o Serviço Social do Comércio – Sesc é uma entidade de caráter privado, mantida e administrada pelos empresários do Comércio. O Sesc é financiado com uma contribuição compulsória de 1,5% sobre o valor da folha de pagamento das empresas vinculadas às entidades sindicais integrantes da Confederação Nacional do Comércio. Disponível em: <https://www.sesc-rs.com.br/o-sesc/>. Acesso em 01 de Julho de 2023.

Observou o julgamento dos/as colegas ao apresentar-se enquanto assistente social de empresa, como se esta prática fosse de menor valor a outros espaços sócio-ocupacionais, como se houvesse uma incompatibilidade desta intervenção profissional com a direção social da profissão, desqualificando o trabalho desenvolvido em consonância com as atribuições e competências profissionais definidas na lei que regulamenta o exercício profissional do/a assistente social (BRASIL, 1993a).

O trabalho do/a assistente social encontra-se regulamentado juridicamente pela Lei n^o 8.662, de 7 de junho de 1993 (BRASIL, 1993a), o Código de Ética de 1993 (BRASIL, 1993b) e as Diretrizes Curriculares de 1996 (BRASIL, 1996). Estes elementos compõem o arcabouço jurídico do Projeto Ético-Político do Serviço Social e aborda as diretrizes para a atuação destes/as profissionais nas empresas. Os artigos 4^o e 5^o da Lei de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993a) referenciam as competências e as atribuições privativas do/a assistente social. Em ambos encontram-se elementos que regulamentam o trabalho do/a assistente social na empresa, tema que será aprofundado no terceiro capítulo deste estudo.

Mesmo a empresa sendo reconhecida como campo de trabalho nas competências e atribuições privativas do/a assistente social, este espaço sócio-ocupacional ainda é destinatário de muitas críticas e (in)visibilidade na área do Serviço Social. A desvalorização da categoria em relação aos/as profissionais que atuam neste campo também foi percebida e sinalizada por Araújo em sua dissertação de Mestrado, “é como se na empresa não coubesse espaço para uma atuação comprometida com os interesses da classe trabalhadora ou como se neste espaço os profissionais fossem necessariamente cooptados pelo capital em detrimento do trabalho” (ARAÚJO, 2010, p.11). Complementando a perspectiva do autor, a empresa aparece como um lugar desqualificado para o trabalho do/a assistente social, como se as expressões da questão social não se apresentassem neste campo, o que revela um grande equívoco.

Em consonância com estes aspectos, cabe sinalizar o segundo elemento que justifica a escolha pelo tema. Trata-se da justificativa acadêmica relacionada a escassa literatura a respeito da atuação do/a assistente social em empresa, o que dificulta o aprimoramento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo dos/as profissionais e estudantes que atuam nesta área. O mapeamento do Estado da Arte mostrou que são pouquíssimos os estudos com tais aspectos no Serviço Social, conforme será apresentado posteriormente.

O terceiro elemento corresponde a (in)visibilidade acerca do trabalho do/a

assistente social na empresa, na qual, contempla o exercício profissional, a produção de conhecimento e a formação de assistentes sociais. Desta forma, dar luz a este tema e voz aos/as profissionais pouco reconhecidos dentro da categoria de assistentes sociais declara a relevância científica deste estudo. Entende-se que a pesquisa contribui com a produção de conhecimento na área de Serviço Social e instiga a reflexão e construção de novos debates e estudos sobre o tema.

Em 2005, a pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) sobre o mercado de trabalho do/a assistente social no Brasil evidenciou que o maior empregador de assistentes sociais é a esfera pública Estatal³ com 78,16%, mas o segundo maior empregador desta categoria era o setor privado com 13,19% (CFESS, 2005).

Nos resultados nacionais as empresas privadas empregam mais assistentes sociais (13,19%) do que as instituições do Terceiro Setor (6,81%), embora seja importante perceber que os índices das primeiras (empresas privadas) são iguais aos das públicas federais. Em duas regiões as instituições privadas superam as públicas federais, ocupando o terceiro lugar: Centro-oeste (19,30%) e Sul (18%) (CFESS, 2005, p. 27).

Em 2022, o Conselho Federal de Serviço Social lançou a pesquisa “Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional” (CFESS, 2022). A pesquisa revela dados atualizados sobre o perfil profissional dos/as assistentes sociais no território brasileiro.

O estudo demonstra que 6,22% dos/as assistentes sociais declaram a empresa privada como o principal vínculo de trabalho, soma-se 2.751 profissionais com atuação no âmbito empresarial privado. A empresa é o quarto maior empregador de assistentes sociais no Brasil. Emprega-se mais profissionais na empresa privada do que no Setor Público Federal (5,20%), Organização Social (1,77%) e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (1,43%) (CFESS, 2022).

Os dados sobre o perfil profissional do/a assistente social justificam a relevância social do tema deste estudo, considerando a existência de assistentes sociais atuando no âmbito empresarial privado nas pesquisas publicadas em 2005 e 2022 pelo CFESS. Embora apresente uma queda do número de assistentes sociais nas empresas, o contexto contemporâneo aponta para a inserção destes/as profissionais neste campo. Desta forma, torna-se relevante o desenvolvimento de pesquisas acerca deste espaço

³ Somando-se os percentuais das instituições públicas municipais, estaduais e federais. (CFESS, 2005).

sócio-ocupacional na área do Serviço Social.

Pontua-se a relevância de aprofundar análises acerca do trabalho do/a assistente social nestas instituições empregadoras, “importa reconhecer o fio contraditório que percorre os fenômenos históricos e as instituições que abrigam o trabalho profissional, como lente privilegiada para a leitura dos espaços ocupacionais” (IAMAMOTO, 2009, p.04). Este/a profissional insere-se na empresa, em um cenário complexo e contraditório, onde encontram-se interesses antagônicos: acumulação do capital e defesa da classe trabalhadora.

Cabe destacar que este estudo tem o Brasil como determinação geográfica. O espaço temporal de análise da pesquisa documental perfaz o período de 1990 a 2020 e da pesquisa empírica o período de 2021 e 2022. Desta forma, pretende-se responder o seguinte **problema de pesquisa**: Quais os desafios e as possibilidades do trabalho do/a assistente social na empresa, na perspectiva de consolidação do Projeto Ético-Político da Profissão?

No horizonte desta indagação têm-se enquanto **objetivo geral** deste estudo analisar os desafios e as possibilidades do trabalho do/a assistente social na empresa, na perspectiva de consolidação do Projeto Ético-Político Profissional, a fim de contribuir com a ampliação do debate e a qualificação do trabalho neste espaço sócio-ocupacional. Visando construir caminhos metodológicos para a realização da pesquisa, foram elaboradas quatro questões norteadoras e quatro objetivos específicos, conforme o quadro a seguir.

Quadro 1 - Questões norteadoras e objetivos específicos da pesquisa

QUESTÕES NORTEADORAS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Quais os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos vêm norteando o trabalho profissional na empresa?	Analisar os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que vem norteando o trabalho profissional na empresa.
Quais as competências e funções são exigidas para atuação do/a assistente social na empresa?	Investigar as competências e funções exigidas para atuação do/a assistente social na empresa.

Quais as demandas e as principais estratégias de intervenção para o trabalho do/a assistente social neste espaço sócio-ocupacional?	Examinar as demandas e as principais estratégias de intervenção para o trabalho do/a assistente social neste espaço sócio-ocupacional.
Quais as orientações indispensáveis para a constituição de parâmetros para a atuação do/a assistente social na empresa em consonância com o projeto ético-político profissional?	Mapear as orientações indispensáveis para a constituição de parâmetros para a atuação do/a assistente social na empresa em consonância com o Projeto Ético-Político Profissional.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O **percurso metodológico** desta pesquisa tem como base o método dialético-crítico fundamentado pelo materialismo histórico e tem como categorias centrais: a totalidade, a historicidade, a contradição e a mediação. O enfoque dialético permite a apreensão da totalidade, em relação aos aspectos subjetivos e objetivos que cercam o objeto pesquisado, busca a interpretação da realidade, através do desvendamento das contradições, considerando a historicidade, a fim de captar as conexões e o movimento na perspectiva da totalidade concreta do real.

Para Lefebvre (1991, p. 238) “a pesquisa racional (dialética) considera cada fenômeno no conjunto de suas relações com os demais fenômenos e, por conseguinte também no conjunto dos aspectos e manifestações daquela realidade de que ele é fenômeno, aparência ou aparecimento mais ou menos essencial”. Desta forma, faz-se necessário uma análise aprofundada em relação aos fenômenos desvendados, a fim de interpretar a realidade a partir do movimento dialético, que se apresenta de forma móvel, múltipla, recíproca, diversa e contraditória.

Segundo Hobsbawm (1989) ultrapassar as conexões visíveis é exatamente o trabalho da ciência, passar das aparências para a estrutura interna oculta do real. Nesta perspectiva, o método dialético busca ultrapassar a análise do fenômeno isolado, considerando os fenômenos como um todo e não de forma fragmentada, aparente e pontual. Sendo assim, considera-se que o resgate histórico e contraditório dos fatos possibilita uma análise crítica da realidade apresentada.

O método dialético-crítico contempla no processo investigativo “o movimento contraditório de constituição dos fenômenos sociais contextualizados e interconectados à luz da totalidade e a articulação entre dados quantitativos e qualitativos, forma e

conteúdo, razão e sensibilidade” (PRATES, 2016, p.107). Em consonância com o método desvendam-se os fenômenos de forma aprofundada, através de explicações consistentes que dialogam com a realidade social, visando à transformação do real. Portanto, entende-se que a pesquisa tem como principal objetivo o conhecimento da realidade com vistas a sua transformação, uma vez que não basta interpretar o mundo, mas “o que importa é transformá-lo” (MARX; ENGELS, 1993, p. 14).

Este estudo é de abordagem qualitativa, por ser um tipo de pesquisa que valoriza a história da informação, seu significado na experiência social do sujeito, visando a alcançar a compreensão das lógicas internas dos grupos pesquisados (THOMPSON, 1981). Martinelli (1999) aborda alguns pressupostos que dão fundamento a pesquisa qualitativa, que se constituiu como: a) reconhecimento da singularidade do sujeito; b) da peculiaridade da experiência do sujeito; c) da importância de conhecer o modo de vida do sujeito, a sua experiência social cotidiana. Muito mais do que descrever o objeto pesquisado, tem-se o intuito de conhecer trajetórias de vidas e experiências sociais das pessoas (MARTINELLI, 1999).

Neste sentido, a pesquisa qualitativa demanda o contato direto com os sujeitos do estudo, possibilitando também a aproximação do contexto social, cultural, político e econômico, que os/as participantes da pesquisa estão imersos. Conforme refere Minayo,

[...] as inquietações que nos levam ao desenvolvimento de uma pesquisa nascem no universo do cotidiano. O que atrai na produção do conhecimento é a existência do desconhecido, é o sentido da novidade e o confronto com o que nos é estranho. Essa produção, por sua vez, requer sucessivas aproximações em direção ao que se quer conhecer. E o pesquisador, ao se empenhar em gerar conhecimentos, não pode reduzir a pesquisa à denúncia, nem substituir os grupos estudados em sua tarefa político-sociais (MINAYO, 2001, p. 64).

É nesta perspectiva que esta pesquisa está sendo construída, a partir de inquietações da pesquisadora mediante a sucessivas aproximações para desvendar o objeto pesquisado. Destaca-se, ainda, que a pesquisa em ciências humanas e sociais são aquelas que voltam-se para o conhecimento, compreensão das condições, existência, vivências e saberes das pessoas e dos grupos, em suas relações sociais, institucionais, seus valores culturais, suas ordenações históricas e políticas e suas formas de subjetividade e comunicação, de forma direta ou indireta (BRASIL, 2016).

O universo ou população do estudo refere-se ao conjunto definido de elementos que possuem determinadas características em comum (GIL, 2007). Nas pesquisas sociais não há a necessidade da seleção de uma amostragem, visto que de modo geral

elas abrangem um universo de elementos muito vasto. A amostra utilizada na pesquisa refere-se a não probabilística do tipo intencional, construída a partir do interesse do pesquisador em determinados elementos da população (MARCONI; LAKATOS, 1996).

O estudo está sendo desenvolvido através de uma **pesquisa documental**, bem como de uma revisão bibliográfica, segundo Ludke e André (1986, p.38) são considerados documentos “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano” (leis, regulamentos, pareceres, prontuários, cartas, revistas, discursos, etc). A pesquisa bibliográfica é baseada em fontes secundárias, ou seja, materiais previamente elaborados, constituídos principalmente por livros e artigos científicos.

Os documentos expressam discursos, normativas, sentidos atribuídos, regras, conceitos (ora explicitados, ora vagos) pressupostos, delimitações, valores, descrições de fatos, enfim uma infinidade de elementos que permitem complementar a análise de processos ou mesmo constituir-se em fontes únicas para algumas investigações de extrema relevância (PRATES; PRATES, 2009, p.114-115).

A análise documental é uma fonte de pesquisa muito utilizada nos estudos na área de ciências humanas, utilizada adequadamente, traz evidências acerca do objeto pesquisado. É uma técnica de grande confiabilidade e segundo Godoy (1995, p.21) “os dados coletados na análise documental possibilitam a validação das informações obtidas durante a entrevista com informantes-chave”.

Para compor a amostra da pesquisa documental definiu-se um país da América Latina, sendo este o Brasil para o levantamento dos documentos e das produções bibliográficas acerca do trabalho do/a assistente social em empresa. Os documentos analisados foram escolhidos pelo critério de acesso público em meio eletrônico, no período de 1990 a 2020.

A justificativa deste lapso temporal está relacionada a um período de grandes transformações societárias e marcos importantes para o Serviço Social. Os principais documentos orientadores do trabalho do/a assistente social são oriundos da década de 1990 e seguem produzindo seus efeitos até o presente momento.

O período de 1990 foi marcado pelas mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas no cenário empresarial. O aprofundamento da flexibilização e a reestruturação produtiva trouxeram importantes alterações nas relações sociais de trabalho. Na década

de 1990 consolidam-se parâmetros normativos para a área⁴, como a Lei de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993a) e o Código de Ética (BRASIL, 1993b) aprovados em 1993, bem como, as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1996. Estes documentos também são fontes deste estudo bem como, outras legislações, planos, programas e decretos que contemplam marcos normativos para o Serviço Social.

O mapeamento do Estado da Arte faz-se importante para cercar o objeto de pesquisa, a fim de desvendar a produção científica sobre determinado tema, bem como, identificar as tendências acerca do objeto de estudo e a necessidade ou não de investir anos de pesquisa em determinada questão. Nesta perspectiva Morosini (2015, p.102) refere:

estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica (MOROSINI, 2015, p. 102).

Este estudo propõe o Estado da Arte e a análise documental das produções acadêmicas de Dissertações e Teses vinculadas aos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social a fim de evidenciar os estudos e pesquisas acerca deste tema. Inicialmente definiu-se os descritores de busca e os operadores booleanos⁵ para realizar a descrição de busca no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁶, conforme quadro:

Quadro 2 - Descritores de busca da pesquisa documental

DESCRITORES DE BUSCA – PORTAL CAPES	
Descritores de busca	Combinações operadores booleanos para busca

⁴ Netto (1996) e Iamamoto (2008) apontam que a maturidade profissional alcançada pelo Serviço Social na década de 1990 se expressa, também, através de um Projeto Ético-Político hegemônico na profissão, que tem como valor central a liberdade enquanto democracia e a defesa intransigente dos direitos sociais.

⁵ Atuam como palavras que informam ao sistema de busca como combinar os termos de sua pesquisa. São eles: AND, OR e NOT e significam, respectivamente, E, OU e NÃO e, a fim de facilitar a visualização da busca, é importante que estes sejam escritos em letras maiúsculas.

Disponível em: <http://www.capcs.uerj.br/voce-sabe-o-que-sao-operadores-booleanos/#:~:text=Os%20Operadores%20Booleanos%20atuam%20como,sejam%20escritos%20em%20letras%20mai%C3%BAsculas>. Acesso em 14 de Junho de 2023.

⁶ Informações no Portal de Teses e Dissertações da CAPES. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em 8 de Setembro de 2021.

Serviço Social na empresa	“Serviço Social” AND empresa
Serviço Social organizacional	“Serviço Social” AND organizacional
Trabalho do/a assistente social na empresa	trabalho AND “assistente social” AND empresa
Projeto Ético-Político	“projeto ético-político” AND empresa
Responsabilidade Social Organizacional	“responsabilidade social” AND organizacional
Responsabilidade Social na Empresa	“responsabilidade social” AND empresa

Elaborado pela autora (2022).

Após definição dos descritores, faz-se importante destacar alguns critérios de inclusão e exclusão utilizados para a seleção do material. Em relação aos critérios de inclusão, manteve-se o lapso temporal de 1990 a 2020, mas foram incluídos apenas os trabalhos publicados e disponíveis integralmente no Banco de Teses e Dissertações da CAPES disponíveis em meio eletrônico, na área do Serviço Social; textos que discutam a temática do trabalho do/a assistente social em organizações empresariais, conforme definição dos descritores de busca.

Em relação aos critérios de exclusão, cabe sinalizar que foram excluídos as Teses e Dissertações que não dialogam sobre a temática do trabalho do/a assistente social em organizações empresariais, embora tenham os descritores de busca; as Teses e Dissertações publicados anteriores a Plataforma Sucupira não serão contemplados e as Teses e Dissertações que não sejam dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social.

A partir destas definições dos procedimentos metodológicos, criou-se um banco de dados com as Teses e Dissertações dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social. Este banco de dados permitiu identificar o universo das publicações dos materiais pesquisados mediante os descritores definidos pela pesquisadora. Os dados obtidos encontram-se sistematizados no quadro a seguir.

Quadro 3 - Banco de dados da pesquisa documental

Descritores de busca	Teses e Dissertações Encontradas	Teses e Dissertações após exclusão por repetição	Teses e Dissertações Selecionadas para análise
Serviço Social na empresa	228	76	9
Serviço Social organizacional	107	36	1
Trabalho do/a assistente social na empresa	28	0	0
Projeto Ético-Político	27	0	0
Responsabilidade Social Organizacional	107	1	0
Responsabilidade Social na empresa	227	1	1
Total	724	114	11

Elaborado pela autora (2022).

O procedimento metodológico utilizado para inclusão das Teses e Dissertações no banco de dados foi estabelecido através da identificação dos descritores nos títulos, na qual encontrou 724 documentos. No entanto, cabe ressaltar que muitas produções se repetiram nos diversos descritores, desta forma, foi realizada a exclusão das produções repetidas, e ficaram 114 produções, conforme a segunda coluna do quadro.

Deste total, selecionou-se 11 Teses e Dissertações para a revisão bibliográfica, as demais não contemplavam a discussão sobre o trabalho do/a assistente social na empresa, embora apresentassem os descritores de busca. Em relação aos trabalhos selecionados, apenas nove estudos a nível de Mestrado e dois estudos a nível de Doutorado que possibilitam a reflexão sobre a temática da empresa na área do Serviço Social.

As Teses e Dissertações selecionadas para análise encontram-se discriminadas no quadro a seguir, de modo a expor as produções publicadas nos Portal da CAPES. A análise destas produções está sendo guiada por um roteiro de análise contemplando as principais questões que cercam o objeto de estudo (APÊNDICE A).

Quadro 4 - Dissertações e Teses selecionadas para análise

TÍTULO	AUTORES	ANO	MESTRADO OU DOUTORADO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO
Gestão de pessoas: possibilidade de novo nicho de trabalho para o serviço social	Fanan, Raquel Mazzola de Andrade	2013	Mestrado em Serviço Social	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
A política de responsabilidade social na empresa Furnas – São José da Barra/MG	Queiroz, Adriana de Souza Lima	2014	Mestrado em Serviço Social	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
As interações da ISO 26000 com a responsabilidade social e o Serviço Social nas organizações calçadistas: estudo de caso	Araujo, Gleison Luís	2014	Mestrado em Serviço Social	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
O Serviço Social e a avaliação de impacto na gestão de programas e projetos empresariais	Scagnolato, Ana Lúcia	2014	Doutorado em Serviço Social	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Identidade às avessas os desafios do exercício	Borges, Keline da Silva	2014	Mestrado em Serviço Social	Universidade Federal do Pará

profissional das Assistentes Sociais da Vele em Carajás				
Responsabilidade social das empresas: indicadores e oportunidades.	Manguci, Doraci Batista de Tolêdo	2014	Mestrado em Serviço Social	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Serviço Social e consultoria empresarial: uma possibilidade de intervenção crítica?	Gomes, Marcia Regina Botao.	2015	Doutorado em Serviço Social	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Políticas empresariais "sociais" implementadas em comunidades atingidas por projetos minerometalúrgicos no Estado do Pará	Rodrigues, Giselle Viegas dantas.	2016	Mestrado em Serviço Social	Universidade Federal do Pará
Planejamento e gestão na responsabilidade social: desafios para o Serviço Social	Silveira, Tamiris Garcia da	2016	Mestrado em Serviço Social	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
A gestão de ações de responsabilidade social empresarial e a interface com o Serviço Social	Aguiar, Tassiany Maressa Santos	2017	Mestrado em Serviço Social	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Serviço Social e o projeto ético-político da profissão: dilemas do trabalho profissional nos programas urbano-habitacionais.	Freitas, Gizelle Soares de	2018	Mestrado em Serviço Social	Universidade Federal do Pará
--	----------------------------	------	----------------------------	------------------------------

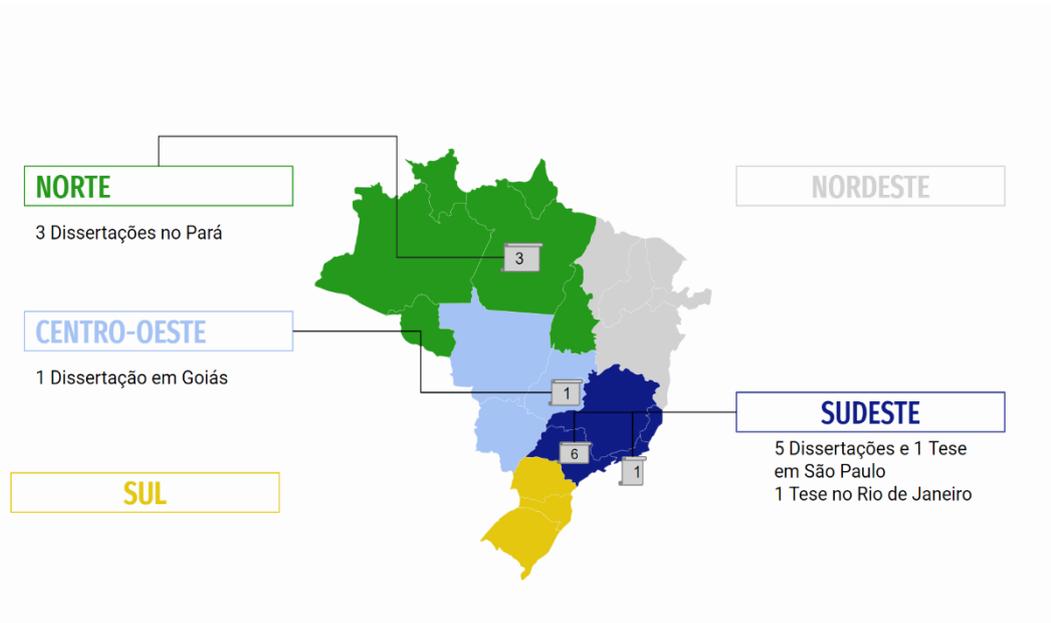
Elaborado pela autora (2022).

O mapeamento dos estudos demonstra que são poucas as Dissertações e Teses que contemplam a temática do Serviço Social na empresa. Desta forma, revela-se a necessidade de aprofundar as pesquisas e a produção de conhecimento acerca deste debate. Tais aspectos demonstram a (in)visibilidade na produção de conhecimento e levanta-se questionamentos para área de Serviço Social.

Por que há escassez da produção teórica de um espaço sócio-ocupacional regulamentado pela profissão e com atuação de assistentes sociais desde 1940 até a contemporaneidade? Será que estes/as profissionais estão tendo espaço dentro da academia para aprofundar reflexões e pesquisas sobre suas experiências profissionais? Estas são algumas hipóteses relacionadas a pouca produção de conhecimento sobre esse tema e que serão aprofundadas no decorrer da pesquisa.

Outro aspecto importante está relacionado as regiões contempladas nestas produções acadêmicas no território brasileiro. Segue o mapa do Brasil com sinalização de onde foram localizadas as Dissertações e Teses.

Figura 1 - Mapa das Dissertações e Teses no Brasil



Elaborado pela autora (2022).

Conforme o mapa, os trabalhos são oriundos de três regiões do País, contemplando quatro Estados, sendo a região Sudeste predominante na produção de conhecimento, com sete produções de pesquisas na Pós-Graduação em Serviço Social, sendo cinco produções da mesma Instituição de Ensino Superior. Cabe destacar que a região Sudeste é considerada um polo industrial no Brasil, destaca-se em alguns dos mais importantes ramos industriais e econômicos.

Além da delimitação geográfica, cabe sinalizar algumas tendências analisadas nas Dissertações e Teses. Destaca-se que grande parte dos trabalhos encontrados fazem a discussão acerca do tema da Responsabilidade Social das Empresas (RSE), dos sete trabalhos que discutem essa questão, três trabalhos fazem um debate teórico sobre RSE, abordando as principais concepções, reflexões críticas a respeito do tema. Os outros quatro fazem a relação com o Serviço Social. Na sua dissertação de Mestrado, Araújo (2014) aponta para a necessidade de conhecer a forma como ocorre a atuação do/a profissional do Serviço Social na empresa, considerando que este/a profissional é importante na “elaboração e implementação de projetos e programas sociais que estejam ligados à melhoria da qualidade de vida daqueles que estão, direta ou indiretamente, envolvidos” (ARAÚJO, 2014, p.07). O autor ressalta a importância de assistentes sociais também ocuparem esses espaços no âmbito empresarial, tema que dialoga com os pressupostos desta Tese.

Na sequência, dois trabalhos discutem a questão da consultoria e assessoria em Serviço Social. Fanan (2013) defende as possibilidades que a consultoria e/ou assessoria trazem para o/a assistente social no desenvolvimento de gestão de pessoas. Em contrapartida a esse debate, Gomes (2015) traz uma abordagem crítica a respeito da consultoria em Serviço Social. Para a autora, “o que as empresas têm chamado de “consultoria”, na realidade tem se configurado principalmente como expressão do trabalho precário terceirizado e as vezes informal” (GOMES, 2015, p. 08).

Em consonância com esse debate, cabe ressaltar que nesta Tese não pretende-se focar no debate restrito da consultoria e assessoria em Serviço Social, no entanto, este tema aparece na análise de dados, considerando que três assistentes sociais entrevistados/as estão inseridos/as nas organizações empresariais através da prestação de serviços de consultoria e assessoria. Desta forma, entende-se que esta é mais uma das possibilidades de inserção destes/as profissionais no âmbito empresarial.

Destaca-se ainda que uma das produções acadêmicas visa analisar a intervenção do trabalho profissional do Serviço Social em projetos urbano-habitacionais no âmbito governamental e privado. A pesquisadora aponta para a recusa dos/as profissionais em participarem do estudo, para Freitas (2018, p.9) “tudo indica que esse receio tem relação com o precário vínculo empregatício. São assistentes sociais contratadas”. Sabe-se que muitos/as profissionais possuem algum tipo de receio de participarem de pesquisas e denunciarem situações relacionadas a precarização das condições e relações de trabalho, principalmente quando o vínculo de trabalho não traz estabilidade. No entanto, acredita-se que esse não é o fator exclusivo para a não adesão a estas pesquisas, como exemplo, resgata-se os/as participantes desta pesquisa de Doutorado, todas as pessoas entrevistadas possuem vínculo de trabalho em organizações empresariais privadas e isso não foi um fator de recusa dos/as participantes.

Neste momento relata-se como ocorreu a **coleta empírica**. O processo de coleta empírica foi uma das melhores fases da pesquisa de Doutorado, embora também tenha sido um dos momentos mais desafiadores do estudo. Dois elementos fizeram com que a pesquisadora decidisse pela utilização da coleta empírica. O primeiro está relacionado ao sentido que a coleta com seres humanos possui para a pesquisadora, a interlocução com os sujeitos pesquisados faz-se essencial para a construção do sentido para os estudos científicos, considerando o movimento das categorias teóricas com as experiências oriundas da realidade. Além deste estudo propor uma possibilidade de construção coletiva a partir da percepção dos/as assistentes sociais sobre este campo

de atuação profissional. O segundo elemento está relacionado com a pouca produção científica no Serviço Social acerca do tema pesquisado, tal fato, impossibilita o desenvolvimento de uma Tese de Doutorado com a utilização restrita de pesquisa documental.

Para encontrar os sujeitos participantes da pesquisa definiu-se critérios de seleção da amostra, sendo necessário que os/as participantes tivessem formação em Serviço Social e atuação em organizações empresariais. Desta forma, foram convidados/as para participar do estudo profissionais do Serviço Social que desenvolvem trabalho para empresas privadas, independente do vínculo de trabalho, cargo e função que ocupam nas empresas.

Na medida que os critérios pareciam abrangentes, eles também particularizavam a identidade dos/as participantes. Cabe salientar que a pesquisadora carregava um grande receio de não encontrar assistentes sociais com atuação em empresas privadas no Brasil, embora este espaço sócio-ocupacional seja um espaço de exercício profissional da pesquisadora, não tinha-se a dimensão a nível do Brasil. A interlocução da pesquisadora com outros/as colegas deste campo se limitava a empresa na qual desenvolve a atuação profissional e alguns/algumas colegas de profissão que atuam no âmbito privado no Estado do Rio Grande do Sul.

No momento que planejou-se a coleta empírica não tinha-se nenhuma garantia sobre a real efetivação das entrevistas e do grupo focal. Tais aspectos deixaram a pesquisadora e sua orientadora apreensivas sobre a possibilidade de não encontrar assistentes sociais com atuação em empresas nas regiões de delimitação geográficas do estudo. Além desta questão, é necessário considerar a disponibilidade de colaboração dos/as profissionais, considerando as condições de precarização vivenciadas pelos trabalhadores/as no Brasil, na qual, muitas vezes impossibilita sua disponibilidade de tempo. Também considerou-se o possível receio dos/as profissionais em falar sobre a sua atuação profissional devido algum medo relacionado a identificação da empresa, mesmo que tenha sido esclarecido sobre a desidentificação do/a participante e da empresa de atuação.

Desta forma, para localizar os/as profissionais que atuam em empresas utilizou-se a metodologia de amostra bola de neve, partindo de contatos intencionais da pesquisadora. Conforme Vinuto,

Esta abordagem em relação a amostragem é indicada quando a pesquisa trata de temas delicados para população e/ou quando os sujeitos de pesquisa são

difíceis de encontrar. Utilizando-se de cadeias de referência, solicita-se que participantes iniciais “indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador. Eventualmente o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise” (VINUTO, 2014, p. 203).

A utilização da metodologia de amostra bola de neve foi essencial durante todo o processo da coleta empírica. O início da coleta deu-se através de um/a informante chave, trata-se de uma pessoa conhecida da pesquisadora, especialmente por sua atuação na empresa. Na medida que fazia-se contato com os/as informantes chaves, pedia-se que indicassem novos/as participantes, estes/as foram convidados/as a participar da pesquisa através das redes sociais, e-mail e/ou telefone.

Mas esta não foi a única forma de localizar os/as participantes do estudo, a pesquisadora utilizou de forma vasta a Plataforma LinkedIn, onde possui um perfil profissional que apresenta-se enquanto assistente social e pesquisadora em Serviço Social. Em novembro de 2021, realizou a pesquisa por grupos de assistentes sociais de empresa no LinkedIn e profissionais com atuação em empresas privadas.

Na medida que localizava os/as profissionais, enviava uma mensagem, de forma individual, onde apresentava-se e convidava a pessoa a participar do estudo, todos os convites foram enviados de forma individual. Assim que a pessoa aceitava o convite, a pesquisadora solicitava o e-mail do/a participante e sua disponibilidade para realizar o agendamento. Por e-mail foi enviado o Roteiro do Processo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B) para que o/a participasse obtivesse as demais informações sobre o estudo. Confirmava-se a data, horário da entrevista e o link de acesso da sala virtual.

Os/as participantes foram esclarecidos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e incômodo que esta pode lhes acarretar, na medida de sua compreensão e respeitados em suas singularidades (BRASIL, 2016). Em relação aos riscos previstos em pesquisas desenvolvidas em ambiente virtual, meios eletrônicos, ou atividades não presenciais, coube salientar aos/às convidados/as, os desafios das tecnologias utilizadas, bem como, as limitações dos pesquisadores para assegurar total confidencialidade e potencial risco de sua violação (BRASIL, 2021).

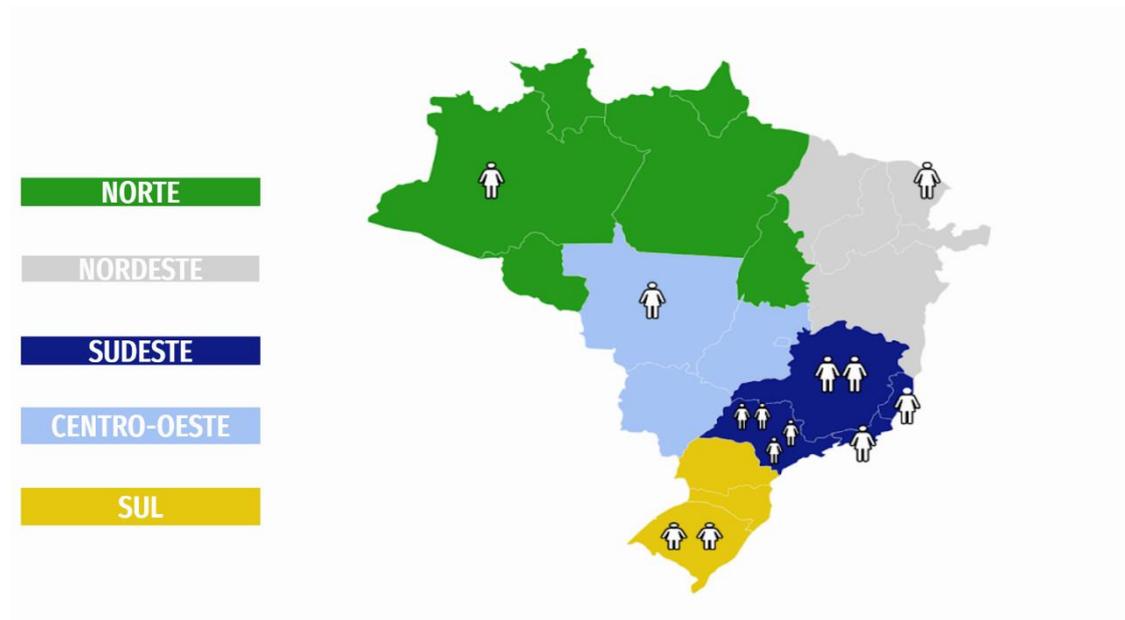
Inicialmente considerou-se a probabilidade de os sujeitos serem em sua maioria do Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista esse ser o local de residência e trabalho

da pesquisadora, embora a amostragem via bola de neve não permita o controle de demais características dos/as participantes da pesquisa, os/as primeiros informantes foram desta região do país. No entanto, por se tratar de um estudo com abrangência nacional, planejou-se abranger as cinco regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-oeste; Sudeste e Sul), contemplando pelo menos dois/duas profissionais de cada região, totalizando dez entrevistas.

Entretanto, quando a pesquisadora foi a campo, percebeu que grande parte dos/as participantes encontravam-se na região Sudeste e algumas alterações relacionadas a regiões se fizeram necessárias em relação ao que estava inicialmente previsto para a coleta de dados das entrevistas individuais.

Desta forma, realizou-se treze entrevistas semiestruturadas com assistentes sociais de empresas privadas, contemplando as cinco regiões do país, conforme apresenta o mapa.

Figura 2 - Mapa das entrevistas semiestruturadas no Brasil



Elaborado pela autora (2022).

A busca dos/as participantes para as entrevistas através do método bola de neve e da Plataforma LinkedIn não garantiram o controle sobre a região de atuação profissional dos/as participantes. A pesquisadora percebeu que a maior parte dos/as participantes localizados na Plataforma LinkedIn e indicados por informantes chaves estavam localizados na região Sudeste, obteve-se amostra dos quatro Estados desta

região, sendo eles, quatro assistentes sociais da região de São Paulo, dois de Minas Gerais, um do Rio de Janeiro e um do Espírito Santo.

Entretanto percebia-se que as demais regiões precisavam ser contempladas na pesquisa. Então utilizou-se algumas estratégias para localizar os/as profissionais das demais regiões. Na região Norte foi possível localizar um/a profissional através do contato com a Universidade Federal do Amazonas, que possibilitou a indicação por informantes-chaves de um/a profissional do Estado do Amazonas. Na região Centro-Oeste também foi possível localizar um/a profissional que foi indicada por uma pessoa que atua na mesma empresa que a pesquisadora, este/a assistente social atua no Estado do Mato Grosso. Para localizar um/a participante da região Nordeste foi preciso inclinar as buscas do LinkedIn para essa região, certamente, foi a busca mais difícil para a pesquisadora, mas tornou-se possível, conforme aceite do/a assistente social do Estado do Ceará. Em relação a região Sul do país, o processo foi um pouco mais fácil, por tratar-se do local de moradia e trabalho da pesquisadora. No entanto, contemplou-se rapidamente a amostra de dois/duas participantes do Estado do Rio Grande do Sul.

A coleta das entrevistas individuais teve início no dia 9 de novembro de 2021 e término em 12 de abril de 2022, desta forma, a coleta foi desenvolvida em cinco meses. Cada entrevista teve duração média de 60 minutos, com exceção de uma entrevista que teve duração de 2h. O processo de consentimento livre e esclarecido para participação da pesquisa foi realizado de forma oral e gravado, conforme aspectos éticos para pesquisas com seres humanos. Os encontros virtuais aconteceram pela plataforma Zoom. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas, com o objetivo de transformar os relatos em texto para análise dos dados.

Cabe ressaltar que a entrevista é considerada uma forma de interação social, pelo diálogo assimétrico no qual uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 1996). A entrevista semiestruturada parte de aspectos centrais ao estudo que emanam do problema de pesquisa e das questões norteadoras, apoiados nas teorias que lhe dão sustentação.

Nesse sentido, o/a entrevistado/a segue espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências, orientado pelo foco principal estabelecido pelo entrevistador, a participar, de certo modo, da elaboração do conteúdo da pesquisa (PRATES, 2012). A entrevista semiestruturada seguiu um roteiro pré-estabelecido pela pesquisadora (APÊNDICE C), este roteiro foi essencial para direcionar as questões que precisavam ser abordadas com os/as participantes do estudo.

Faz-se importante destacar um interessante acontecimento que ocorreu a partir da coleta de dados. Um/a assistente social participante da pesquisa da região Sudeste sentiu-se instigado/a com as questões da pesquisa, levou suas reflexões para um grupo de estudos de assistentes sociais de empresa e passaram a refletir sobre a necessidade de debater sobre o Projeto Ético-Político Profissional. Desta forma, convidou a pesquisadora para ministrar uma palestra sobre o Projeto Ético-Político Profissional (PEP) para esse grupo de estudos composto por assistentes sociais de empresas da região Sudeste. A palestra teve o seguinte título “Reflexões sobre o trabalho do/a assistente social na empresa: perspectivas do Projeto Ético-Político Profissional”. Nesta palestra a pesquisadora teve a oportunidade de aprofundar o debate teórico a respeito do PEP e compartilhar alguns achados da pesquisa, respeitando todos os cuidados éticos do estudo.

Esse movimento causado pela pesquisa foi um marco no processo de Doutorado da pesquisadora, as implicações causadas nos/as profissionais que colocaram-se a refletir sobre os aspectos do estudo fizeram com que a pesquisadora vivenciasse a relevância social e científica da pesquisa. No encontro foi possível perceber o interesse dos/as assistentes sociais em se aproximar do debate teórico do Serviço Social, muitas relataram que por vezes distanciam-se desse aprofundamento teórico devido a necessidade de se aproximar de outros temas necessários a atuação profissional no campo empresarial. Também sinalizaram a importância do estudo na área, na qual sentem-se representados/as na construção desta Tese de Doutorado.

O encontro foi permeado por reflexões, trocas de conhecimento e até emoção, pois ao compartilhar dados preliminares da pesquisa, um/a das profissionais identificou-se com o relato de um/a profissional entrevistado/a, pois também havia passado por uma situação parecida no seu ambiente de trabalho. Para a pesquisadora, o encontro fez com que este estudo agregasse ainda mais sentido, considerando a identificação da pesquisadora com o grupo, o processo de conhecimento partilhado e os vínculos afetivos construídos.

Além desta experiência, cabe ressaltar que a pesquisadora vem sendo convidada por professores de Universidades públicas e privadas da cidade de Porto Alegre com o objetivo de partilhar sua experiência profissional no âmbito empresarial e o andamento da pesquisa de Doutorado com os/as alunos/as de graduação do curso de Serviço Social. Entende-se que este também é um produto importante do estudo, refletir sobre as questões desta pesquisa com estudantes que estão no processo de formação em

Serviço Social, abordando os desafios e as possibilidades deste campo de atuação profissional. Cabe sinalizar, que essa construção coletiva alegria a pesquisadora e permeia de sentidos esse processo de construção da Tese de Doutorado.

A coleta empírica também foi composta através de entrevista com **grupo focal** em ambiente virtual. A escolha pela coleta em grupo focal deu-se pelo fato de permitir uma “interação grupal que faz com que os participantes discutam e manifestem suas opiniões trazendo à tona uma gama de dados (produzidos pela interação) que revelem pontos de consenso e dissenso, fundamentais para dar respostas às indagações da pesquisa” (ABREU; BALDANZA; GONDIM, 2009, p. 06). Para Gaskell (2008) o grupo focal é um debate aberto e acessível a todos, os assuntos em questão são de interesse comum, as diferenças de status entre os/as participantes não são levadas em consideração; e o debate se fundamenta em uma discussão racional, é uma troca de pontos de vista, ideias e experiências.

A coleta do grupo focal, assim como as entrevistas, ocorreu em ambiente virtual, considerando que vivemos um período de pandemia do coronavírus (COVID-19), na qual exige o isolamento social por medidas de segurança em saúde. No entanto, cabe sinalizar que “a internet não só amplia o número de pessoas envolvidas na pesquisa como garante diversidade devido a sua capacidade de atingir àqueles que residem em várias regiões do país e do mundo” (ABREU; BALDANZA; GONDIM, 2009, p. 06). A maior parte dos/as participantes do estudo não reside na cidade e no Estado de moradia da pesquisadora. Por isso, enfatiza-se que a amplitude da amostra de participantes oriundos de diversas regiões do país só foi possível pelo desenvolvimento da coleta de forma online. Tais aspectos contribuem para a economia de tempo e a ausência de custos na coleta em grupo de forma virtual.

Em relação a escolha pela metodologia de coleta em grupo focal, faz-se importante considerar que a pesquisadora utilizou essa técnica na pesquisa de Mestrado em 2017, de forma presencial. Na época a coleta empírica foi realizada com o objetivo de dialogar com os trabalhadores da rede de proteção da criança e do adolescente vítima de violência na cidade de Porto Alegre. Nesta experiência, percebeu-se a potência de um grupo focal para o processo de tomada de consciência dos trabalhadores sobre o seu papel na atuação em rede, sendo possível desvendar os limites e as possibilidades do trabalho em rede intersetorial. E potencializou-se os vínculos de solidariedade entre os/as profissionais e processos de resistência diante de um contexto adverso. Tais

elementos experienciados pela pesquisadora contribuíram na escolha e no desenvolvimento desta metodologia de pesquisa no Doutorado.

O processo de coleta em grupo envolveu uma série de etapas para atender o objetivo desejado. Primeiramente, foi necessário retomar a revisão de literatura sobre o grupo focal on-line, esta etapa ajudou a pesquisadora a realizar o passo-a-passo da organização do encontro. A pesquisadora estabeleceu uma data e horário para a realização do grupo, escolheu o dia 21 de março de 2022 às 17 horas para a coleta em grupo, a partir do agendamento, passou a organizar o convite do encontro.

Para encontrar os/as participantes do grupo focal, utilizou-se a técnica bola de neve, na qual, participantes das entrevistas tiveram a oportunidade de indicar profissionais do Serviço Social para participação do estudo. Também utilizou-se a Plataforma LinkedIn, na qual, foi fonte de busca para grande parte dos/as participantes desta pesquisa. Através desta plataforma, a pesquisadora foi localizando assistentes sociais com atuação em empresas em diversos Estados do Brasil, na medida que localizava os/as profissionais, encaminhava o convite para participação do grupo focal, de forma individual. Além destas estratégias, faz-se importante destacar que os/as participantes das entrevistas também foram convidados/as a compor a coleta em grupo.

O convite do encontro foi elaborado pela pesquisadora, através de um card (APÊNDICE D) e enviado por e-mail aos/às convidados/as. Quando a pesquisadora encontrava os/as profissionais com os critérios de participação na Plataforma LinkedIn, sempre solicitava o endereço de e-mail para envio formal do convite juntamente com o Roteiro de Processo de Consentimento Livre e Esclarecido para que os/as participantes tivessem as informações necessárias a respeito do estudo e do grupo focal. Seguindo os aspectos éticos, o conteúdo do Processo de Consentimento Livre e Esclarecido foi encaminhado para o e-mail individual de cada participante antes da coleta de dados para visualização, leitura e aceite em participar do grupo focal. Após aceite por parte dos/as participantes, eles/as receberam outro e-mail informando link de acesso da sala de discussão. E, no dia do encontro, a pesquisadora enviou um e-mail lembrando os/as participantes da data e horário do grupo focal, reforçando o link de acesso.

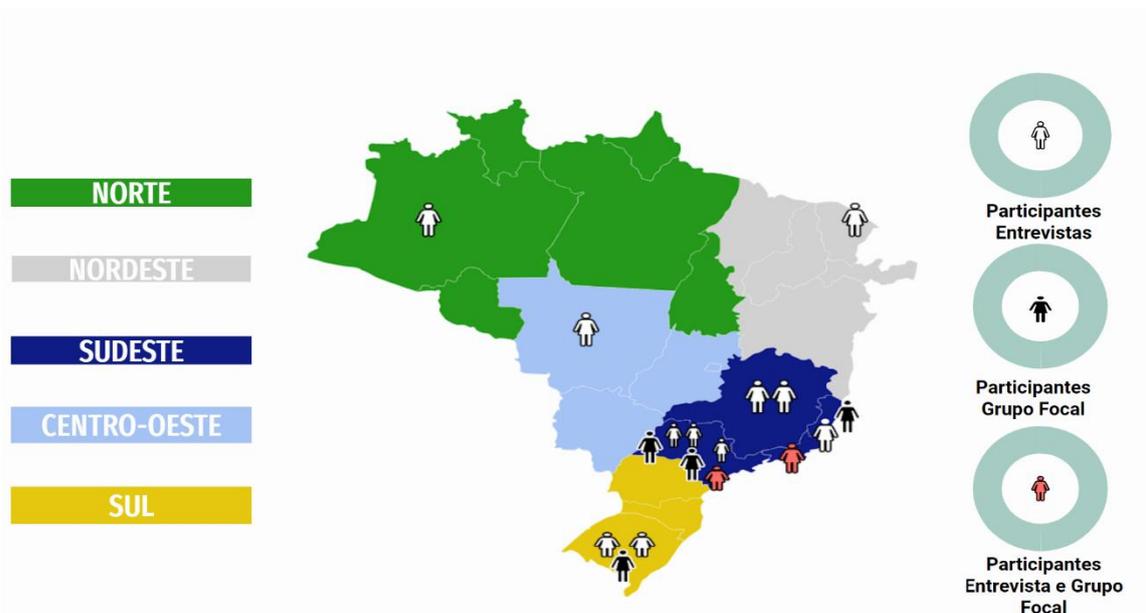
Aproximadamente dez dias antes da atividade a pesquisadora começou a enviar os convites para participação do grupo focal. Cerca de cinquenta assistentes sociais foram convidados/as a compor este espaço coletivo. Dos cinquenta convites enviados, recebeu-se o retorno de dezesseis pessoas, tal fato deixou a pesquisadora animada com o interesse das pessoas que receberam o convite e aceitaram compor esse espaço de

construção coletiva sobre o tema que também se trata de um lugar de fala destes/as profissionais. Os/as convidados/as que tiveram contato com o tema do estudo pela primeira vez, parabenizaram a pesquisadora e dispuseram-se a participar. Também tiveram retornos de assistentes sociais que agradeceram o convite e informaram a indisponibilidade devido a outros compromissos profissionais e/ou pessoais agendados para a data e horário do encontro. O número de pessoas confirmadas estava em consonância com a literatura, os autores sugerem que tenha-se a confirmação de 10 a 12 pessoas, pois “há um percentual de não participação dos convidados, ou seja, é comum uma desistência que varia de 10% a 50%.” (ABREU; BALDANZA; GONDIM, 2009, p. 14).

Em relação ao número de participantes do grupo focal, segundo Gaskell (2008) compreende de seis a oito pessoas participantes, para Underhill e Olmsted (2003) varia de quatro a seis participantes e dez a doze correspondentes para Sweet (1999). Estudiosos desta metodologia enfatizam que se o pesquisador deseja aprofundamento de um assunto bastante polêmico, recomenda-se menos participantes, para não prejudicar a dinâmica da discussão.

No dia do encontro tivemos a presença de seis assistentes sociais oriundos/as das regiões Sul e Sudeste do Brasil. No mapa abaixo, visualiza-se os/as participantes do Grupo Focal somando-se aos/as participantes das entrevistas, totalizando dezessete participantes neste estudo.

Figura 3 - Mapa das entrevistas e grupo focal no Brasil



Elaborado pela autora (2022).

Destaca-se que dois/duas participantes do grupo focal já haviam participado das entrevistas individuais (encontram-se em laranja no mapa), oriundos/as de São Paulo e Rio de Janeiro. Desta forma, quatro participantes são novos/as informantes da pesquisa (encontram-se na cor preto), referente aos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Espírito Santo. Mediante este mapa, analisa-se que os/as participantes deste estudo encontram-se predominantemente na região Sudeste do país, totalizando onze assistentes sociais desta região.

O grupo focal teve duração de 1 hora e 30 minutos. Em relação à condução do encontro, cabe destacar que a pesquisadora na condição de mediadora do encontro desejou boas-vindas a todos/as os/as participantes e fez uma apresentação inicial falando sobre sua formação e tema de estudo. Na sequência apresentou-se a observadora do grupo focal, uma colega assistente social, Mestre e Doutora em Serviço Social que apoiou o processo de observação do grupo focal. No grupo focal online o observador tem a função de gravar a interação dos/as participantes no chat, gravando os registros da dinâmica do processo de discussão (ABREU; BALDANZA; GONDIM, 2009). A colega que fez o papel de observar o grupo focal fez anotações importantes e gravou em áudio o grupo para que não tivesse risco de perder a gravação.

Após apresentação da mediadora e observadora da atividade em grupo, a pesquisadora fez uma apresentação com slides a fim de explicar como ocorria o encontro. O processo de consentimento livre e esclarecido foi retomado com os participantes antes de iniciar a entrevista e o grupo focal, desta forma, foi gravada e colhida oralmente a manifestação de concordância ou não para participação da pesquisa. Todos/as receberam orientação quanto o direito de não participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de explicação ou justificativa. A pesquisadora enfatizou a importância dos/as participantes guardarem em seus arquivos uma cópia do documento eletrônico.

Após esse processo, foi explicado sobre o objetivo e funcionamento do grupo focal, enfatizando sobre a contribuição coletiva acerca das suas experiências profissionais enquanto assistentes sociais de empresas como possibilidade de reflexão e trocas de experiências entre os/as integrantes do grupo. Enfatizou-se a importância de fortalecer os valores de solidariedade, respeito e união entre os/as participantes.

Em relação ao espaço de fala, retomou-se o direito de manifestar-se livremente sobre os tópicos abordados. A mediadora pediu que enquanto um/a participante

estivesse manifestando-se, os/as demais mantivessem seus microfones fechados e sinalizassem seu interesse em falar. Também ressaltou-se que a metodologia em sala virtual permite que os/as participantes expressem-se através dos emojis/símbolos e chat. Retomou-se a construção do espaço de forma respeitosa e sigilosa acerca dos conteúdos compartilhados e identidades dos/as participantes.

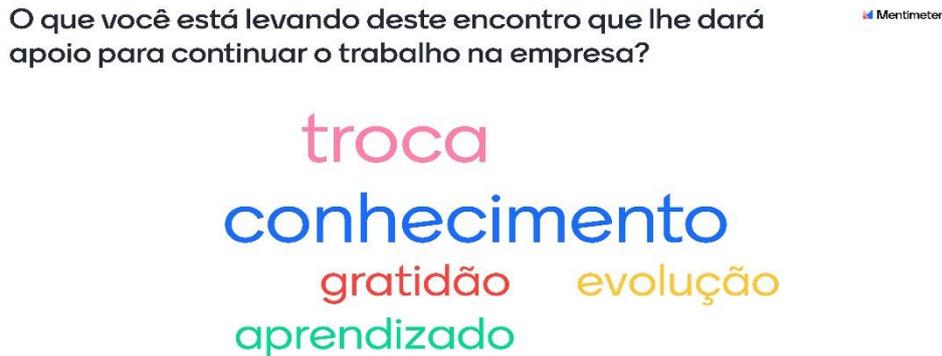
Após essas informações, a mediadora solicitou que os/as participantes apresentassem-se a fim de que todos/as os/as participantes tenham conhecimento inicial sobre os/as demais, mas também com a finalidade de coleta de dados pediu-se que informassem o nome, cidade ou estado de atuação profissional, ramo ou setor da empresa que atua (exemplo: setor de mineração, engenharia, outros), se ocupa cargo de assistente social, analista, gestora, se outro (qual) e o tempo de trabalho em empresa. Após a apresentação dos/as seis integrantes do grupo focal, iniciou-se o diálogo acerca das questões da pesquisa.

A coleta foi orientada por um roteiro com tópicos chaves a fim de cercar o objeto pesquisado e possibilitar a construção coletiva (APÊNDICE E). O “guia de discussão” garante que os principais tópicos da pesquisa sejam abordados, visto que na interação dos/as participantes, assuntos diversos podem surgir e causar grande dispersão temática (ABREU; BALDANZA; GONDIM, 2009).

Cabe sinalizar que buscou-se proporcionar espaço de fala a todos/as participantes, bem como, desenvolveu-se uma escuta cuidadosa para avaliar o momento certo de avançar nos tópicos de coleta. A coleta em grupo deu-se de forma satisfatória, os/as seis integrantes participaram de forma ativa na discussão das questões abordadas. Em diversos momentos tivemos a identificação entre os/as participantes através de relatos de experiências que já tinham sido vivenciadas pelos/as demais. Estes aspectos ressaltam a especificidade da metodologia em grupo, na qual permite a interação entre as pessoas, a troca de ideias, sentimentos, experiências a respeito de um assunto específico (ABREU; BALDANZA; GONDIM, 2009).

Na dinâmica de “reflexões finais” do grupo focal pediu-se que os/as participantes respondessem em uma palavra a seguinte pergunta: “O que você está levando deste encontro que lhe dará apoio para continuar o trabalho na empresa?”. As respostas geraram uma nuvem de palavras (FIGURA 4). Devido o número de participantes não tivemos um número de palavras expressivas para análise quantitativa, mas destaca-se as palavras mencionadas pelos/as participantes como importante resultado do grupo focal.

Figura 4 - Nuvem de palavras do grupo focal



Elaborado pelo site Mentimeter⁷.

Cabe destacar a potência da técnica de coleta através do grupo focal neste contexto de (in)visibilidade na qual vivenciam os/as assistentes sociais que atuam em empresas. O grupo focal possibilita este espaço potencial de mobilização, reconhecimento e pertencimento entre os/as profissionais. Expressões como troca, conhecimento e aprendizado revelam que este espaço proporcionou novos conhecimentos que permitiram o desenvolvimento pessoal e profissional para os/as integrantes do grupo. O espaço de identificação entre as experiências vivenciadas por esses/as trabalhadores/as também está relacionado com a possibilidade dos/as assistentes sociais reconhecerem-se enquanto sujeitos coletivos pertencentes a este espaço sócio-ocupacional.

Ainda como reflexões finais do encontro leu-se a mensagem da Marilda lamamoto (2004) o momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia a dia nos horizontes de novos tempos, mais humanos, mais justos, mais solidários. Destaca-se que a pesquisadora utilizou essa mensagem quando desenvolveu a técnica de grupo focal com profissionais, em 2017, no Mestrado. Embora seja uma citação de 2004, ela pode ser interpretada de múltiplas formas e faz muito sentido para o contexto atual, principalmente para debater um tema pouquíssimo aprofundado no Serviço Social. Ao encerrar o encontro, a mediadora agradeceu a presença e contribuição dos/as participantes e informou que os resultados desta pesquisa serão apresentados através da Tese de Doutorado e de demais publicações. Assim que os/as participantes saíram da sala

⁷ Site: <https://www.mentimeter.com/pt-BR>

virtual, a observadora e a mediadora dialogaram sobre os dados coletados, enfatizando o desenvolvimento de forma satisfatória.

Em relação as informações coletadas no Grupo Focal e nas Entrevistas Semiestruturadas cabe sinalizar que somaram-se 968 minutos de áudios que foram transcritos e resultaram em 194 páginas de textos analisados neste estudo. A pesquisadora encontra-se responsável pelo armazenamento adequado dos dados coletados, bem como os procedimentos para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações do/a participante da pesquisa (BRASIL, 2021). Desta forma, após concluída a coleta de dados, foi realizado o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem". O mesmo procedimento foi realizado para os processos de consentimento livre e esclarecido.

No processo de análise utilizou-se a técnica de triangulação segundo Triviños (1995). Na técnica de triangulação os fenômenos sociais são multicausais e não podem ser explicados sem o desvendamento de suas “raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorealidade social” (TRIVIÑOS, 1995, p.138). O autor destaca as etapas de realização dessa técnica: 1) processos e produtos centrados no sujeito; 2) elementos produzidos pelo meio; e 3) processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macroorganismo social.

Desta forma, a triangulação dos dados ocorre através da escuta dos sujeitos, análise documental e análise dos processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macroorganismo social no qual está inserido o sujeito (TRIVIÑOS, 1995). Estes elementos contribuem para a interlocução da análise da realidade, os aspectos teóricos e os dados empíricos.

As informações desta pesquisa foram analisadas através da análise temática (SOUZA, 2019) compatível com a análise de conteúdo de Bardin (2009). A análise temática (AT) “é um método de análise qualitativa de dados para identificar, analisar, interpretar e relatar padrões (temas) a partir de dados qualitativos” (SOUZA, 2019, p.52). Em consonância com Souza, a autora Bardin (2009) destaca a pré-análise, a descrição analítica e a interpretação inferencial como etapas fundamentais para a análise das informações coletadas. A classificação dos conceitos e sua codificação e categorização são procedimentos indispensáveis na execução da análise.

Utilizou-se as 6 fases da análise temática: 1) familiarização com os dados; 2) geração de códigos iniciais; 3) busca de temas; 4) revisão de temas; 5) definição e nomeação de temas; 6) produção do relatório (SOUZA, 2019). Desta forma, os dados foram transcritos, revisados, lidos e relidos no banco de dados. Realizou-se a codificação dos dados de modo sistemático em todo o banco na perspectiva de reunir extratos relevantes a cada código. Reuniu-se os códigos em temas potenciais a fim de unir os dados pertinentes a cada tema em potencial. Checou-se o funcionamento dos temas em relação aos extratos e ao banco de dados como um todo para gerar o mapa temático da análise. Refinou-se os detalhes de cada tema e a história que a análise conta para gerar definições e nomes claros a cada tema. E, por fim, identificou-se os exemplos vividos em uma última análise dos extratos escolhidos observando a relação com pergunta de pesquisa e literatura na perspectiva de elaborar o relato científico da análise (SOUZA, 2019).

Na perspectiva de preservar o anonimato quanto à identidade dos/as participantes da pesquisa, eles/as foram desidentificados e serão apresentados neste estudo através de uma codificação. Os sujeitos participantes do estudo receberam um código constituído a partir das letras iniciais da profissão de assistente social (AS) seguidas do numeral, exemplo, AS1, AS2 e assim consecutivamente até o AS17, conforme número de participantes do estudo.

Esta pesquisa foi realizada com seres humanos em ambiente virtual, respeitando e considerando os aspectos éticos para o desenvolvimento eficaz da pesquisa, conforme previsto na Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde – CNS e no Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS (BRASIL, 2021). A pesquisa passou por autorização da Comissão Científica da PUCRS (ANEXO A) e do Comitê de Ética e Pesquisa (ANEXO B). Para o desenvolvimento da presente pesquisa foi solicitado a dispensa de concordância institucional (ANEXO C). Considerando que a coleta empírica foi realizada com o direcionamento específico sobre o trabalho dos/as assistentes sociais, as quais foram acordadas de forma individual com cada participante, solicitou-se a dispensa de autorização das empresas.

A pesquisadora tem como compromisso ético a devolução de resultados e a socialização dos achados da pesquisa. Conforme o artigo 5º do Código de Ética do/a assistente social, este/a profissional tem o dever em “devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses” (CRESS, 2005, p. 24). Os resultados serão

devolvidos por meio de relatório que será socializado sob a forma de Tese, artigos e apresentação em congressos, seminários e demais eventos acadêmicos.

Diante do exposto, a presente Tese está estruturada em quatro capítulos, sendo o primeiro deles a introdução, elaborada para apresentar os caminhos metodológicos da pesquisa. No segundo capítulo intitulado “O trabalho do/a assistente Social na empresa”, encontra-se subdividido em quatro itens que abordam as transformações no mundo do trabalho e sua relação com o Serviço Social. Discorre-se sobre as condições e relações do trabalho do/a assistente social na empresa e contextualiza-se a empresa enquanto espaço de trabalho deste/a profissional. E, por fim, aborda-se o debate sobre a (in)visibilidade e a hierarquização dos campos de trabalho no Serviço Social.

No terceiro capítulo aprofundam-se as análises nos dados empíricos a fim de responder os objetivos desta pesquisa. O título faz referência ao caráter coletivo deste estudo, na qual, ressalta-se as experiências dos/as assistentes sociais, intitula-se este capítulo como “Construção coletiva: parâmetros para atuação do/a assistente social na empresa”. Dialoga-se sobre as competências e funções do/a assistente social na empresa e examina-se as principais demandas e as estratégias de intervenção do/a assistente social na perspectiva da garantia de direitos. E por fim, desvendam-se os desafios e as possibilidades do trabalho do/a assistente social para materializar o projeto ético-político profissional.

Na sequência, constitui-se a conclusão, retoma-se os elementos centrais abordados ao longo do estudo e a tese resultante do processo investigativo, a fim de tecer algumas reflexões e propor possíveis caminhos para ampliação do debate e a qualificação do trabalho do/a assistente social na empresa. E por fim, apresentam-se as referências utilizadas e os roteiros que conduziram a coleta dos dados, através dos apêndices A, B, C e D e anexos A, B e C.

2 O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EMPRESA

Neste capítulo, explana-se o processo de reestruturação produtiva impulsionado pelo contexto neoliberal no Brasil, na qual, traz consequências nas condições e relações de trabalho para a classe trabalhadora, incluindo os/as assistentes sociais, profissionais que estão imersos neste contexto social. Busca-se resgatar elementos da história a conjuntura contemporânea que perpassam desde as transformações societárias do mundo do trabalho até a crise sanitária causada pela Covid-19 e o governo de Jair

Messias Bolsonaro. Tais elementos implicam diretamente no acirramento das desigualdades sociais, através do desemprego, da precarização das condições de trabalho, da fome, da miséria e das múltiplas violações de direitos sofridas pela população. Sinaliza-se a relação intrínseca desta conjuntura política, econômica e social com as expressões da questão social, objeto de trabalho do/a assistente social.

Em consonância com a discussão das transformações no mundo do trabalho, aborda-se no segundo item deste capítulo, elementos acerca da historicidade da inserção do/a assistente social na empresa e as transformações que foram impactando nas suas condições e relações de trabalho. Mapeia-se através dos dados empíricos da pesquisa, os dados correlatos as condições e relações experienciadas por estes/as trabalhadores/as na conjuntura contemporânea. Desvenda-se aspectos como os cargos que os/as assistentes sociais ocupam, a jornada semanal de trabalho, a quantidade de vínculos de trabalhos e tempo de trabalho nas empresas.

No terceiro item deste capítulo, pontuam-se elementos em relação as empresas, a partir deste lugar enquanto espaço sócio-ocupacional de trabalho do/a assistente social. Aborda-se elementos a respeito da função social da empresa e do empresariado no Brasil, bem como a concepção de responsabilidade social empresarial. Examina-se as áreas oriundas das empresas em que os/as assistentes sociais estão inseridos. Resgata-se a discussão sobre os elementos históricos e contraditórios do trabalho do/a assistente social neste campo, na qual perpassam os desafios e as possibilidades deste trabalho.

Finaliza-se este capítulo com o objetivo dar luz para a (in)visibilidade e a hierarquização do trabalho do/a assistente social no âmbito empresarial, mediante os dados empíricos da pesquisa. Busca-se problematizar elementos que hierarquizam os campos de trabalho na área do Serviço Social, principalmente o campo público e o privado. Para tanto, busca-se contextualizar essa discussão a partir dos elementos contraditórios que se expressam na sociedade capitalista, no contexto neoliberal. Desta forma, resgata-se os interesses antagônicos que perpassam as políticas sociais no âmbito público e privado, espaços da atuação dos/as assistentes sociais.

2.1 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL

Essa Tese propõe-se a aprofundar a debate a respeito do trabalho do/a assistente social na empresa, desta forma, o trabalho aparece como uma importante categoria

teórica deste estudo. Considera-se que estes/as profissionais estão submetidos as condições e relações de trabalho da sociedade capitalista e desenvolvem sua atuação profissional com trabalhadores/as das empresas na perspectiva da garantia de direitos sociais. Por isso, torna-se essencial contextualizar as determinações históricas e contemporâneas que implicam diretamente nas relações e condições dos/as trabalhadores/as, dentre eles, os/as assistentes sociais.

Historicamente o trabalho vem sofrendo mutações que estão em consonância com as transformações sociais. Autores que dialogam sobre o mundo do trabalho, como Ricardo Antunes (1998), Giovanni Alves (2013a), Ricardo Lara (2011), Daniela Neves (2022), dentre outros, referem que nas últimas três décadas do século XX ocorreram importantes transformações nos processos de trabalho.

Após o longo período de crescimento da economia capitalista, iniciado no pós-guerra, os anos 1970 seriam marcados pela estagnação e pela crise, estampadas de forma mais visível na crise de acumulação taylorista e fordista, mas que encontravam suas determinações mais profundas, caracterizadas por uma crise estrutural do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2002; ANTUNES, 2010). Na perspectiva de responder aos obstáculos impostos ao processo de acumulação, “nos anos 1980, um conjunto de medidas, articuladoras de velhas e novas formas de exploração do trabalho, passou a redesenhar a divisão internacional do trabalho” (ANTUNES; PRAUN, 2015, p.408).

Novas estratégias de organização dos processos de trabalho foram introduzidas nas indústrias de automóveis no início do século 20, desenvolvidas por Frederick Taylor e Henry Ford nos Estados Unidos (NEVES, 2022). Para o sistema capitalista essas novas estratégias trouxeram uma mudança lucrativa e desta forma generalizaram-se por todo o mundo no segundo pós-guerra. “Esta modalidade de gestão da força de trabalho designa-se, até hoje, como fordista-taylorista” (NEVES, 2022, p. 13). Nesta perspectiva, a autora Neves (2022) complementa que nas últimas décadas, as corporações capitalistas vêm desenvolvendo o chamado Toyotismo, trata-se de um “modelo flexível de organização do trabalho, que marca a estratégia geral de reestruturação do sistema econômico global, em resposta à sua crise que se manifestou já no final dos anos setenta do século passado e continua até a crise atual” (NEVES, 2022, p.13).

As transformações ocorridas no mundo do trabalho impactam em novas formas de processos de trabalho, mercados de trabalho, produtos, serviços e padrões de consumo (NEVES, 2022). O “surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços, novos mercados e, sobretudo, taxas

altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 1992, p. 140). Este modo de dispor da força de trabalho caracteriza novos meios de acumulação no capitalismo, três características são fundamentais nesta concepção de trabalho: 1) intensificação da exploração do trabalho; 2) crescimento baseado na exploração do trabalho vivo; 3) o capitalismo, enquanto um sistema de regulação baseado na busca incessante de acumular capital, apresenta uma intrínseca dinâmica tecnológica e organizacional (ANTUNES, 1998).

No Brasil, este cenário acentuou-se a partir de 1990 com a instauração do neoliberalismo e a intensificação do processo de reestruturação produtiva desencadeando profundas metamorfoses na classe trabalhadora e em sua morfologia. A “combinação entre padrões produtivos tecnologicamente mais avançados, busca pela melhor qualificação da força de trabalho e prática da intensificação da exploração da força de trabalho se tornou característica do capitalismo no Brasil” (ANTUNES, 2018, p. 135). Nesta perspectiva, alteraram-se as diversas formas de exploração da classe trabalhadora em nome do capital.

Estas transformações são impulsionadas por revoluções tecnológicas, compreendidas como um poderoso e visível conjunto de tecnologias, produtos e indústrias novas e dinâmicas (PEREZ, 2004). A nova estratégia produtiva inclui a “abertura de capital, privatização de empresas estatais, terceirização, demissão de trabalhadores e aumento, ao máximo, da produtividade” (ALMEIDA, 2004, p.04).

O desenvolvimento tecnológico e da gestão do capital altera, além da forma de produção, as diversas dimensões da vida do sujeito. Nesta perspectiva, a maquinofatura compõe uma nova forma de produção do capital, produto do desenvolvimento da manufatura e da grande indústria, surgindo como determinação da base técnica do sistema de produção de mercadorias, colocando a gestão como nexos essenciais da produção do capital e revolucionando a relação entre o homem e a máquina (ALVES, 2013a).

Para Antunes (2018) a implantação de programas de qualidade total e ganhos salariais vinculados à lucratividade e à produtividade impulsionados pelo contexto neoliberal, possibilitou “a expansão intensificada da reestruturação produtiva, tendo como consequências a flexibilização, a informalidade e a profunda precarização das condições de trabalho e vida da classe trabalhadora brasileira” (ANTUNES, 2018, p. 156). Em decorrência a estas mudanças que precarizam o trabalho estão os adoecimentos, acidentes, óbitos, dentre outras situações que colocam o trabalhador em

condição de extrema vulnerabilidade.

No modelo de flexibilidade produtiva e organizacional baseada no Toyotismo, utilizam-se novos comandos nas relações com a classe trabalhadora com o propósito de adaptar sua oferta à demanda do mercado. Desde o “sistema de gerenciamento de estoque, baseado no chamado *just in time*, até a estrutura aparentemente mais democrática de comunicação do kanban, são expressões da flexibilização que impera no atual modelo de organização do trabalho” (NEVES, 2022, p. 14). Na análise da autora há um ocultamento do real objetivo destes comandos de comunicação perpetuados por empresários e gerentes com a classe trabalhadora. Cria-se a ilusão de neutralidade, transparência, horizontalidade e autonomia (HARVEY, 1992).

Para Alves na sociedade dominada pelo capital predomina o “modo de vida *just in time*, onde o tempo de vida se reduz ao tempo de trabalho” (ALVES, 2013b, p. 238). Na análise do autor, este conceito inicialmente foi utilizado na gestão Toyotista, como um processo de fluxo da produção industrial e posteriormente se expandiu como um modo de vida aos sujeitos trabalhadores, que vivenciam os elementos valorativos do produtivismo capitalista (ALVES, 2013b).

O modo de vida *just in time* “implica maior carga de pressão no plano psíquico do homem-que-trabalha, tendo em vista que ele opera o fenômeno da vida reduzida” (ALVES, 2013b, p. 240). Nesta perspectiva, as pessoas são capturadas pela ordem social vigente, que atribui valores e comportamentos regidos pelo capital, o que traduz uma vida reduzida ao tempo de trabalho e ao consumo desenfreado. “A vida reduzida é vida “capturada” na medida em que ocorre a introjeção de valores-fetiches do capital no sujeito que colabora” (ALVES, 2013b, p. 241). Trata-se de um modo de vida veloz, com valores invertidos, e, que de fato captura o sujeito trabalhador.

Esta discussão faz-se extremamente importante, tendo em vista, que os/as trabalhadores/as, dentre eles, os/as assistentes sociais, estão imersos nas contradições da sociedade capitalista. Estes/as profissionais vivenciam nas suas relações de trabalho às imposições do sistema produtivo vigente.

Desde os anos 1980, autoras como Mota (1985), Iamamoto (2005) afirmam o Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho e, portanto, no todo das práticas sociais. Nesta perspectiva, se recupera o lugar da profissão no contexto capitalista e na relação contraditória entre capital e trabalho, na qual, movimenta as mudanças do trabalho na sociedade, incorporando novas formas de organização e gestão do trabalho, se

estendendo também ao Serviço Social.

O Serviço Social reproduz-se como um trabalho especializado na sociedade por ser socialmente necessário: produz serviços que atendem às necessidades sociais, isto é, tem um valor de uso, uma utilidade social. Por outro lado, os Assistentes Sociais também participam, como trabalhadores assalariados, do processo de produção e/ou redistribuição da riqueza social (IAMAMOTO, 2005, p. 24).

Nesta perspectiva, Iamamoto (2005) elucida que o trabalho do/a assistente social tem efeito na produção ou na redistribuição do valor e da mais-valia. Inclusive a autora cita que na empresa privada, “o Assistente Social pode participar na reprodução da força de trabalho e/ou da criação da riqueza social, como parte de um trabalho coletivo” (IAMAMOTO, 2005, p.24) e que apenas nos serviços Estatais o/a profissional contribui no processo de redistribuição da mais-valia, via fundo público.

No entanto, entende-se que na esfera pública o/a assistente social pode contribuir na reprodução da força de trabalho, bem como na esfera privada pode participar dos processos de redistribuição da mais-valia. Na sociedade capitalista, na qual o Estado se compromete com a produção e reprodução do capital, tais elementos se expressam nos processos de trabalhos do/a assistente social nos múltiplos espaços de atuação profissional.

O exercício da profissão realiza-se pela mediação do trabalho assalariado, que tem na esfera do Estado e nos organismos privados – empresariais ou não – os pilares de maior sustentação dos espaços ocupacionais dos/as assistentes sociais. Iamamoto (2009, p. 08) destaca:

A mercantilização da força de trabalho, pressuposto do estatuto assalariado, subordina esse trabalho de qualidade particular aos ditames do trabalho abstrato e o impregna dos dilemas da alienação, impondo condicionantes socialmente objetivos à autonomia do Assistente social na condução do trabalho e à integral implementação do projeto profissional.

Na sociedade capitalista, as forças de trabalho, inclusive dos/as assistentes sociais são atravessadas pelos dilemas de alienação, na qual, expressam-se no tensionamento acerca do direcionamento ético-político dos/as assistentes sociais que estão inseridos em espaços sócio-ocupacionais distintos, na condição de trabalhadores/as assalariados/as, submetidos aos processos de flexibilização impostas pelas transformações sociais do trabalho.

Nesta perspectiva, observa-se que a precarização no mundo do trabalho causa o

adocimento das pessoas. As mudanças na esfera produtiva intensificaram a exploração da força de trabalho e o desgaste da saúde do/a trabalhador/a. As condições de sofrimento no trabalho não foram minimizadas, em contrapartida, muito se avançou da produtividade do capital (LARA, 2011).

Aspectos relacionados à saúde do/a trabalhador/a já eram analisadas por Marx, na sociedade capitalista do século XIX:

O capital não tem, [...] a menor consideração pela saúde do trabalhador [...], a não ser quando é coagido pela sociedade a ter consideração. Receamos ter que confessar que os capitalistas não se sentem inclinados a conservar e zelar por esse tesouro e dar-lhe valor [...] a saúde dos trabalhadores foi sacrificada (MARX, 1983, p. 215).

O descaso com a saúde e a vida do/a trabalhador/a vem percorrendo longas décadas. A perda de direitos trabalhistas, historicamente conquistados, vem ocorrendo de forma acentuada no cenário atual. Os/as trabalhadores/as adoecem como às imposições do sistema capitalista.

O modo de vida *just in time* impõe a vida reduzida ao trabalho, impossibilitando uma vida plena de sentido. Desta forma, “o trabalho, no modo de produção capitalista, é determinado pelo processo de produção, no qual acidentar e adoecer são resultantes de relações sociais em que o trabalhador torna-se apêndice da máquina” (LARA, 2011, p. 79). O adoecimento do/a trabalhador/a é decorrência deste processo de precarização das condições de trabalho.

O processo de adoecimento do/a trabalhador/a desenvolve-se na medida em que ele/a se vê diante de uma “organização do trabalho voltada para o controle acentuado de sua atividade, sob condições de trabalho em que as margens para a autonomia e o imprevisto, mesmo que bastante já limitadas na fase anterior do capitalismo, tenham sido gradativamente eliminadas” (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 415).

Estas são tendências que caracterizam as condições de trabalho na realidade brasileira. Mas, por outro lado, cabe destacar que as transformações no mundo do trabalho também exigiram uma série de legislações e políticas sociais que preconizam os direitos da classe trabalhadora, conquistas históricas através de manifestações coletivas que denunciam a desproteção no trabalho. Dentre estes equipamentos que resguardam as leis trabalhistas está a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1º de maio de 1943, prevê as normas que regulam as relações de trabalho entre o/a empregador/a e os/as empregados/as e também os direitos reservados em relação ao trabalho na Constituição Federal Brasileira de 1988, na qual prevê o tripé da Seguridade

Social: Saúde, como direito de todos, Previdência Social, de caráter contributivo, e Assistência Social, para os que dela necessitar (BRASIL, 1988). As políticas sociais referentes aos direitos trabalhistas são de extrema importância no âmbito estatal e empresarial.

Para Neves (2022, p. 11) “os direitos do trabalho contemporâneo não devem ser desprezados, pois expressa longa luta pela redução do controle sobre o trabalho e melhoria das condições de vida dessa classe”. A autora complementa que não pode ser considerada como uma duradoura redução de exploração, tendo em vista, a desproteção social vivenciada por brasileiros/as. Os direitos trabalhistas ainda são vistos como um privilégio no Brasil, “nos termos empresariais e do Estado burguês, como custos adicionais desnecessários para a contratação de trabalhadores/as” (NEVES, 2022, p. 15).

A linha tênue entre a proteção e a desproteção do/a trabalhador/a ficou ainda mais evidente no período da pandemia. Em 2020, o mundo foi atravessado pela crise sanitária causado pela Covid-19 que afetou diversos países, em especial o Brasil, na qual teve mais de 34 milhões de brasileiros infectados pela Covid-19 e 685 mil mortes causadas pela doença⁸. Neste período, as autoridades sanitárias recomendavam o isolamento social como forma de prevenção da disseminação do vírus, no entanto, o isolamento social revelou o abismo entre as diferentes classes sociais no país, ampliando as desigualdades sociais e econômicas. O período da pandemia agudizou ainda mais a crise vivenciada no Brasil e “expõe a falácia das contrarreformas neoliberais em nosso país, em favor dos interesses do grande capital e em detrimento das necessidades e direitos das classes trabalhadoras” (YAZBEK; RAICHELIS; SANT’ANA, 2020, p. 207).

Neste período de pandemia, destaca-se uma série de ações que precarizam as condições e relações humanas em detrimento da estabilidade econômica, principalmente relacionadas ao acesso a renda e trabalho. No que diz respeito à situação dos/as trabalhadores/as no Brasil, cabe mencionar os dados do primeiro trimestre da PNAD contínua (IBGE, 2020), que revelou que a força de trabalho no Brasil era composta por 105 milhões de pessoas, sendo que dessas, 12,8 milhões estavam desempregadas. Dos 92,2 milhões que estavam trabalhando, 11,8 milhões não possuem carteira assinada no setor privado, 4,3 são trabalhadores/as domésticos/as, também sem registro, 800 mil são empregadores/as sem CNPJ, 18,7 milhões são trabalhadores/as por conta própria

⁸ Segundo dados no Ministério da Saúde. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 18 de Setembro de 2022.

sem CNPJ e 1,9 milhão são trabalhadores/as familiares auxiliares. Assim, são quase 50 milhões de trabalhadores/as sem a proteção social do Estado, encontram-se submetidos a uma relação de trabalho desigual e suscetíveis as múltiplas formas de violação de direitos. Tais aspectos nos levam a perceber a situação de pobreza, exploração e desemprego da população, uma vez que muitos destes encontram-se totalmente desprovidos de direitos do trabalho (NEVES, 2022).

E os trabalhadores/as formais, na qual, contam com os direitos trabalhistas também foram afetados no período da pandemia, para ilustrar a condição de precariedade do trabalho podemos analisar as mudanças na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) a partir da Medida Provisória (MP) nº 927/2020, Lei Ordinária nº 14.020/2020, na qual flexibilizam os direitos do trabalho, sob a justificativa da manutenção do emprego e da renda no enfrentamento da calamidade pública, conforme o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BRASIL, 2020). O Programa permitiu a alteração do regime de trabalho presencial para o teletrabalho, trabalho remoto ou outro tipo de trabalho à distância, a redução de salários e jornadas, e a suspensão de contratos durante a pandemia de Covid-19. Para Neves (2022, p. 13),

No momento em que o/a trabalhador/a necessitou da proteção social do Estado para garantir sua vida no meio de uma pandemia viral de grande letalidade, a regulação permitiu que os empregadores/empresários reduzissem salários, logo, redução dos rendimentos que permitem a sobrevivência dos indivíduos e suas famílias.

A pandemia acirrou um cenário de crise que já era crítico no país, submetendo milhares de brasileiros/as a condições desumanas. Por um lado, os/as trabalhadores/as formais mantiveram seus empregos mediante a redução salarial, que trouxe impactos importantes na subsistência das famílias brasileiras. Por outro lado, os/as trabalhadores/as informais e milhares de pessoas desempregadas encontravam-se em um cenário de incertezas em relação as possibilidades de renda e consequente sobrevivência, considerando a recomendação dos órgãos de saúde pública para cumprir o isolamento social.

O auxílio emergencial aprovado pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, trata-se de um benefício financeiro concedido pelo Governo Federal e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus - COVID 19 para trabalhadores(as) informais, Microempreendedores Individuais (MEI), autônomos(as) e desempregados(as) (BRASIL, 2020). No entanto, o auxílio emergencial não supriu as necessidades básicas das famílias brasileiras. Dados recentes da Rede

PENSSAN (2022) apontam que 116,8 milhões de pessoas encontram-se em situação de insegurança alimentar e 19,1 milhões de pessoas passam fome no Brasil. Indicadores que se inter-relacionam com a desproteção social vivenciada pela população brasileira no período da pandemia e que ainda se mantém na conjuntura contemporânea.

Para Yazbek, Raichelis e Sant'ana (2020), essas transformações provocadas pela crise da Covid-19 nas relações de trabalho ameaçam intensificar ainda mais desigualdade e a concentração de renda, que já eram vigorosas antes da pandemia pela perspectiva política atual em nosso país, hegemonicamente burguesa. O advento da Covid-19 trouxe ainda maior instabilidade devido a diminuição ou perda da renda de muitos/as trabalhadores/as.

O tratamento da crise sanitária vivenciada pelo Brasil foi agravado pela gestão de Jair Messias Bolsonaro, governo de extrema direita, que em janeiro de 2019 assumiu a presidência do país com duração até dezembro de 2022. Neste período, apresentou-se um governo explicitamente fascista, na qual, expressou o seu autoritarismo e a preservação de valores e princípios do militarismo, machismo e conservadorismo. Boito (2019) define o movimento de apoio a Bolsonaro, bem como o seu governo, como neofascistas. Este governo retira dos sujeitos a autoridade sobre suas próprias vidas, oprime e viola os direitos da população, bem como, preza pelos seus interesses pessoais e não coletivos.

A política neofascista (BOITO, 2019) no Brasil acentuou as atrocidades relacionadas a retrocessos políticos, econômicos, culturais e sociais. O desmantelamento e a precarização de políticas sociais que visam à proteção social da classe trabalhadora, da população negra, da comunidade LGBTQIAPN+, das mulheres, crianças e adolescentes, bem como, suas formas de acesso à saúde, educação, emprego, renda, habitação e outros direitos fundamentais são colocados em xeque meio a uma política neofascista, em um cenário neoliberal.

Cabe destacar a intrínseca relação do Serviço Social com as transformações sociais da conjuntura política, econômica e sanitária do Brasil. No cenário na qual acirram-se as desigualdades sociais, através do desemprego, da precarização das condições de trabalho, da fome, da miséria e das múltiplas violações de direitos com pessoas negras, LGBTQIAPN+, mulheres, pessoas com deficiência, dentre outras destinatárias de violências, o/a profissional do Serviço Social torna-se ainda mais essencial. Tendo em vista, que os/as assistentes sociais, por meio de processos

interventivos, atuam nas expressões da questão social, inerentes as contradições impostas pela sociedade capitalista.

Portanto, considera-se que essa exploração que aprofunda-se no mundo do trabalho e materializa-se na vida concreta da população, aponta para a necessidade de profissionais do Serviço Social em múltiplos espaços sócio-ocupacionais, inclusive nas empresas privadas. Estes/as profissionais contribuem na luta pela garantia de direitos sociais, através do acolhimento, orientação, informações e intervenções que ampliam os direitos da classe trabalhadora.

Sendo assim, esta discussão contempla elementos que desencadeiam transformações nas relações e condições de trabalho instaurada pelo processo de reestruturação produtiva e o neoliberalismo. Aborda-se os impactos destas transformações na classe trabalhadora, inclusive no/a assistente social. Desta forma, o próximo subcapítulo visa examinar as condições e relações de trabalho do/a assistente social que atua na empresa.

2.2 CONDIÇÕES E RELAÇÕES DO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EMPRESA

Esta Tese de Doutorado visa investigar o trabalho do/a assistente social no âmbito empresarial. Desta forma, faz-se relevante dialogar a respeito dos elementos históricos da inserção deste/a profissional na empresa e os impactos do processo de reestruturação produtiva nas condições e relações de trabalho destes/as profissionais. Além disso, os dados empíricos apresentam aspectos importantes sobre como se consolida e caracteriza-se este trabalho na conjuntura contemporânea.

O trabalho dos/as assistentes sociais na empresa vem ocorrendo desde a década de 1940. Há mais de 80 anos os/as assistentes sociais atuam neste espaço sócio-ocupacional permeado por múltiplas contradições, mas também com possibilidades de intervenções e de garantia de direitos nas áreas de saúde, educação, meio-ambiente, segurança do/a trabalhador/a, recursos humanos, responsabilidade social, dentre outras ocupações, funções e atuações que apresentam-se a estes/as profissionais.

Conforme literatura, a década de 1980 foi marcada por um período de avanços em relação ao mercado de trabalho do Serviço Social na empresa (LIMA.; COSAC, 2005). Segundo dados do Grupo Operacional de Serviço Social (1991), no estado do Rio Grande do Sul houve a implantação do Serviço Social em vários setores empresariais,

com a contratação de expressivo número de assistentes sociais. No estado de São Paulo, Pizzo (1999) explica que o complexo industrial calçadista mantinha muitos/as assistentes sociais atuando nas empresas e compondo o Grupo de Assistentes Sociais de Empresas de Franca (GASEF) (LIMA.; COSAC, 2005).

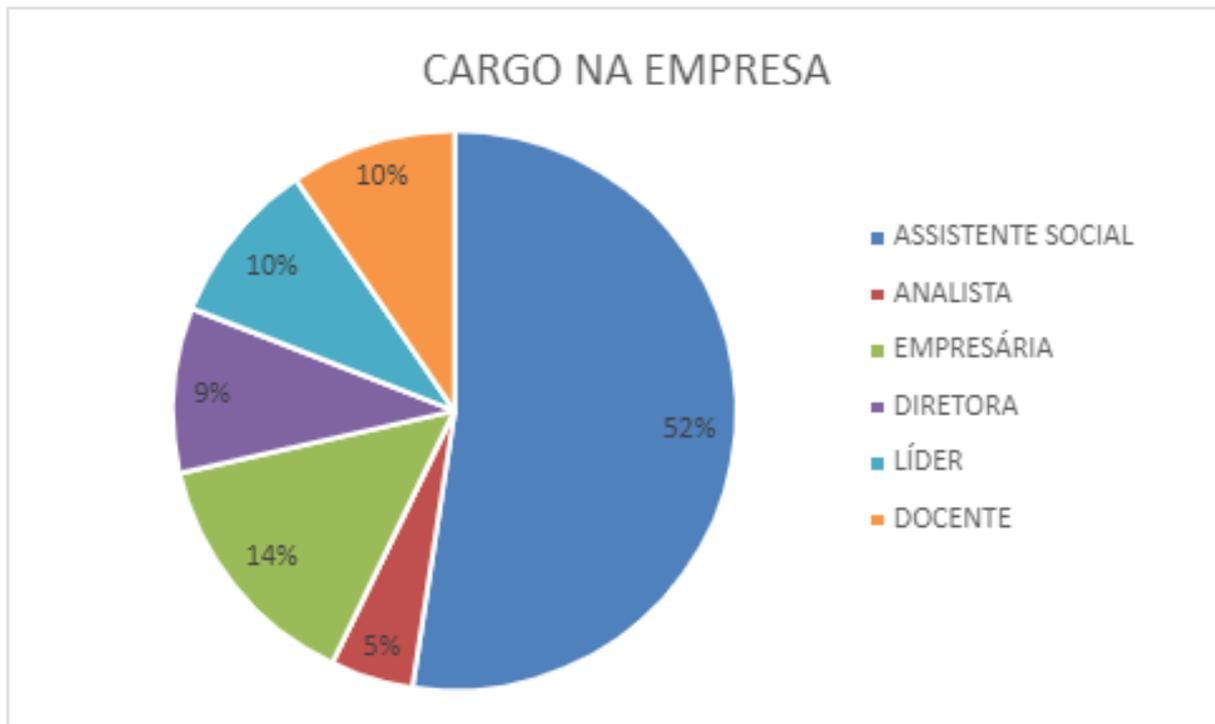
Em contrapartida, a década de 1990 foi marcada pelo “processo de reestruturação produtiva que provocou amplo desemprego o que resultou em redução do espaço de atuação do Serviço Social nas empresas” (LIMA.; COSAC, 2005, p. 237-238). Neste movimento as empresas passaram a exigir profissionais mais polivalentes, flexíveis e qualificados. Este período é marcado por transformações societárias na qual impactam diretamente nas condições e relações de trabalho, inclusive dos/as assistentes sociais.

A atuação dos/as assistentes sociais nas organizações empresariais restringia-se a área de Recursos Humanos e na década de 1990 houve transformações importantes neste setor. As empresas passam a identificar que as pessoas são importantes para a competitividade e representam o investimento necessário para a inovação empresarial (LIMA.; COSAC, 2005).

Neste contexto, o Serviço Social também assume papel de assessor/consultor nas questões relacionadas à administração de pessoal, à integração dos trabalhadores/as aos novos requisitos da produção, à modernização das relações de trabalho, ao tratamento das questões sociais/interpessoais que afetam o cotidiano dos/as trabalhadores/as. Assim como os/as profissionais passam a assumir cargos de gerentes da área de Administração de Recursos Humanos (LIMA.; COSAC, 2005) e de liderança de equipes, também passam a investir na constituição de empresas de assessoria e consultoria.

Sendo assim, busca-se abordar neste estudo aspectos que caracterizam as condições e relações de trabalho dos/as profissionais com formação em Serviço Social e com vínculo de trabalho ativo nas empresas. Aspectos como cargo que ocupam, jornada semanal de trabalho, quantidade de vínculos de trabalhos e tempo de trabalho nas empresas contemplam características sobre as relações que estão instauradas no contexto empresarial. No gráfico abaixo mapeia-se os cargos que os/as profissionais com formação em Serviço Social ocupam nas empresas.

Gráfico 1 – Cargo de ocupação na empresa



Elaborado pela autora (2023).

Os dados revelam que a maior parte dos/as profissionais entrevistados/as ocupam o cargo de assistente social, analisa-se a permanência da identidade profissional nestas organizações. Em segundo lugar, encontram-se os/as profissionais que se identificam como empresários/as. Na sequência encontram-se os/as profissionais que ocupam os cargos de líderes, docentes e diretores/as. E, por fim, constata-se profissionais com o cargo de analista.

Os dados trazem tendências para refletir sobre os cargos que os/as assistentes sociais ocupam nas empresas. Analisa-se a predominância dos cargos de empresário/a, diretor/a e líder, soma-se 34% dos/as profissionais entrevistados/as com cargos relacionados a gestão das empresas e lideranças de equipes. Destaca-se a importância deste/a profissional ocupar estes espaços, bem como atuar com os/as trabalhadores que estão ocupando estes cargos. Nesta perspectiva, resgata-se a percepção do/a AS9:

AS9: Eu me sinto confortável em trabalhar com foco nas organizações, porque eu estou focando em quem está no poder das organizações, eu foco em quem pode mudar a realidade dentro desses espaços de trabalho. [...] Nós temos que estar junto de quem decide, junto de quem detém o poder, transformar a mente dessas pessoas, porque as outras pessoas sofrem consequências dessas mentes que precisam ser esclarecidas [...] (ENTREVISTA 9, 2022).

Destaca-se a importância do trabalho do/a assistente social com quem tem o poder de decisão dentro de espaços com forças distintas. Este/a profissional será importantíssimo na mediação e no processo de conscientização sobre os direitos da classe trabalhadora, intervenção pautada no direcionamento do Projeto Ético-Político Profissional.

Outro aspecto de extrema relevância trata-se dos/as profissionais que participaram da pesquisa que atuam na docência. Observa-se que existem lacunas na formação dos/as assistentes sociais em relação a área empresarial. Conforme relato do/a AS4 “a atuação dos assistentes sociais no segundo setor é pouco trabalhada na formação, pouquíssimo contemplada nas disciplinas [...] (ENTREVISTA 4, 2021)”.

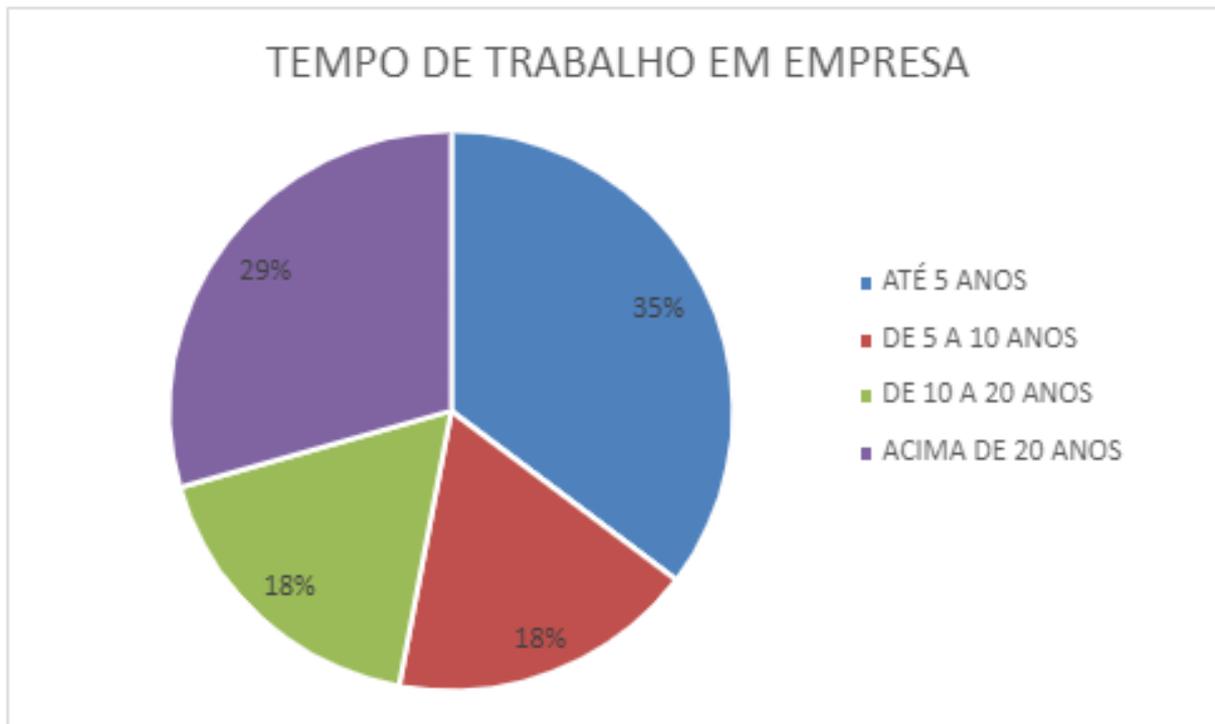
Os/as profissionais que atuam nas empresas denunciam a (in)visibilidade deste trabalho profissional no processo de formação do Serviço Social. Conforme explica o/a AS16:

AS16: A própria formação não tem isso. Quando a gente está numa empresa, como é que faz? Para onde eu vou? Porque na universidade a gente não tem essa prática, a gente não tem esse ensino, essa formação, como a gente tem para todas as outras áreas que o serviço social atua (GRUPO FOCAL, 2022).

Nesta perspectiva, faz-se necessário incluir o debate sobre o Serviço Social nas empresas na formação acadêmica de assistentes sociais. Observou-se que os/as entrevistados/as docentes também atuam em organizações empresariais, contribuindo com esse debate na formação e no exercício profissional.

Fez-se importante investigar se os/as assistentes sociais entrevistados tinham uma curta ou longa experiência no âmbito empresarial. Por isso, o estudo revela o tempo de trabalho que estes/as profissionais estão atuando em organizações empresariais.

Gráfico 2 – Tempo de trabalho na empresa

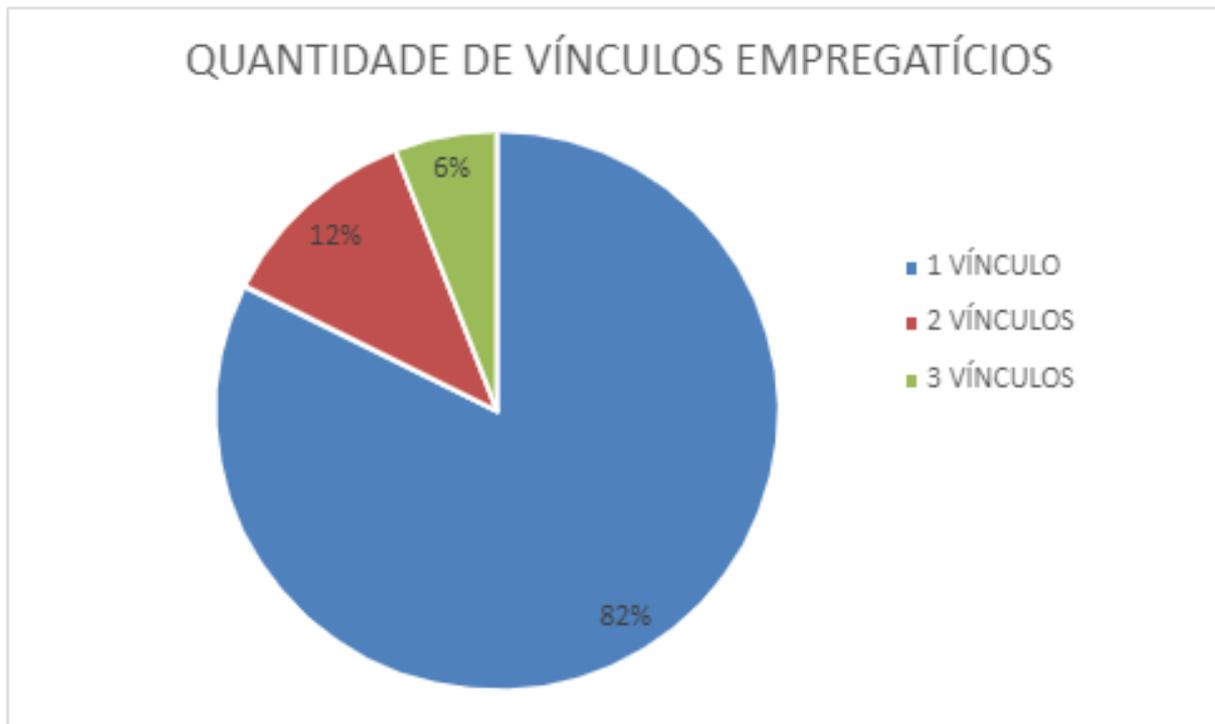


Elaborado pela autora (2023).

Constata-se que 65% dos/as participantes da pesquisa atuam na empresa há mais de 5 anos, sendo que 29% destes/as assistentes sociais estão atuando há mais de 20 anos nas empresas, revelando a trajetória histórica que os/as profissionais com formação em Serviço Social trilham no âmbito empresarial. Destaca-se que esta vasta experiência e conhecimento na empresa não são suficientes para que este/a trabalhador/a seja legitimado e reconhecido no âmbito do Serviço Social.

A quantidade de vínculos empregatícios do/a assistente social pode remeter as suas condições e relações de trabalho. Neste sentido, buscou-se compreender a quantidade de vínculos empregatícios dos/as assistentes sociais de empresas.

Gráfico 3 – Quantidade de vínculos empregatícios



Elaborado pela autora (2023).

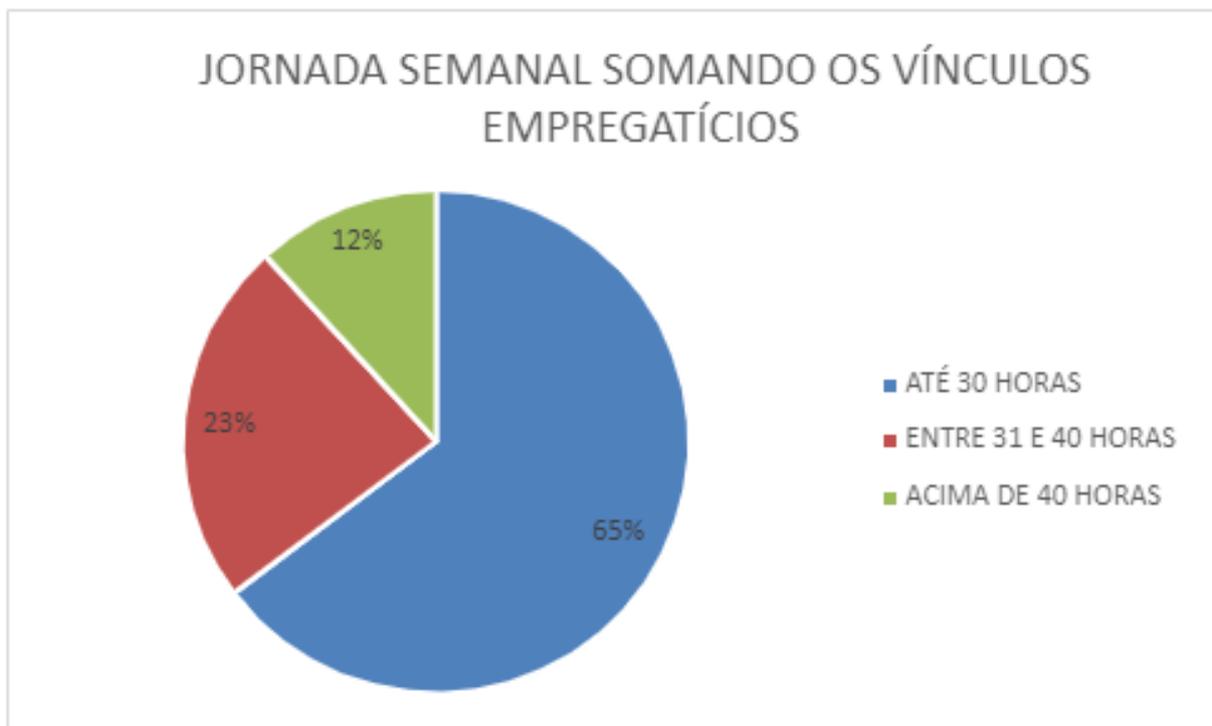
Observa-se que 82% dos/as profissionais entrevistados/as possuem apenas um vínculo de trabalho, elemento importante para refletir sobre as condições e relações de trabalho em uma perspectiva positiva. Na medida que este/a profissional não procura e/ou não precisa de outro espaço para trabalhar, pode-se considerar que estas condições de trabalho contemplam suas necessidades enquanto pessoa e profissional. Conforme o gráfico, encontrou-se 12% dos/as profissionais com atuação em dois espaços sócio-ocupacionais e 6% possuem 3 vínculos de trabalhos. Ao comparar estas informações com os dados recentes sobre a situação ocupacional da categoria profissional, observa-se que “a maioria expressiva das/os respondentes (31.637) declarou possuir 1 vínculo contratual (71,56%), 10,08% (4.457) possuem 2 vínculos, e 3 e 4 vínculos apareceram com números inexpressivos de 0,46% (204) e 0,17% (76)” (CFESS, 2022, p. 85).

Analisa-se que os dados da pesquisa de Doutorado estão em consonância com a pesquisa do CFESS, constata-se a prevalência de 1 vínculo de trabalho em ambos os estudos. Em contrapartida, na pesquisa do CFESS são poucos os/as profissionais que declaram 4 vínculos empregatícios e nesta pesquisa nenhum/a profissional declarou possuir mais de 4 vínculos de trabalho.

Cabe destacar que a quantidade de vínculo de trabalho não está necessariamente

ligada a jornada semanal deste trabalhador/a, considerando que ele/a pode ter um vínculo de trabalho e realizar 40 horas semanais ou pode ter mais de 1 vínculo de trabalho e sua jornada semanal ser de 30 horas. No gráfico a seguir observa-se a jornada semanal destes/as profissionais:

Gráfico 4 – Jornada semanal somando os vínculos empregatícios



Elaborado pela autora (2023).

O gráfico demonstra que os dados se encontram em sintonia com a pesquisa do CFESS, a qual enfatiza que 2,71% têm uma jornada de até 20 horas, 5,70% trabalham entre 20 e 24 horas e 44,37% possuem uma jornada semanal entre 25 e 30 horas (CFESS, 2022). Totalizando 52,78% de assistentes sociais com jornada semanal de até 30 horas.

Desta forma, a maior parte dos/as profissionais entrevistados/as desenvolvem a jornada semanal de trabalho de até 30 horas, em consonância com a Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010, a qual prevê no artigo 5º a duração do trabalho do/a assistente social de 30 horas semanais. A mesma lei institui que profissionais com contrato de trabalho em vigor tenham a adequação da jornada de trabalho, sendo vedada a redução do salário (BRASIL, 2010).

Os dados ressaltam que as condições de jornada de trabalho dos/as assistentes sociais no Brasil estão em consonância com os/as trabalhadores assistentes sociais no âmbito empresarial. No entanto, sabe-se das dificuldades enfrentadas pela categoria

profissional para garantir a jornada semanal de 30 horas “num contexto de intensa flexibilização e precarização das relações de trabalho, e de rebaixamento salarial, a garantia de uma jornada semanal de até 30 horas é atravessada por desafios” (CFESS, 2022, p. 112).

Para Neves (2022) “a intensificação da exploração da força de trabalho é acompanhada pelo rebaixamento salarial, retirada de direitos trabalhistas, o aumento da idade para aposentadoria e o crescimento de impostos regressivos” (NEVES, 2022). Características que se expressam na realidade brasileira e perpassam as condições dos/as trabalhadores/as no contexto histórico e acirram-se na contemporaneidade. Conforme revela o relato do/a AS13:

*AS13: [...] Eu trabalhava em outra empresa, foi bem na época que começou a questão das 30 horas, **para eu não ficar só 30 horas na empresa me colocaram como gerente, mas eu tinha que fazer o papel do assistente social** e continuaria a 40 horas, quando eu saí **eles contrataram a assistente social com 30 horas, com o salário de quando eu entrei há 4 anos atrás.** Então falam “há não teve diminuição de salário”, mas teve diminuição de salário, não teve para mim. Mas acrescentaram mais coisas para eu fazer e mudaram o meu cargo. Mas para aquela colega que entrou naquele momento, o salário dela não era para ser aquele [...] (ENTREVISTA 13, 2022).*

O relato revela os desafios das condições e relações de trabalho dos/as assistentes sociais, na qual identifica-se no âmbito empresarial, lócus deste estudo, mas que expande-se a outros espaços sócio-ocupacionais. Os processos de precarização e flexibilização encontram estratégias de driblar o que está previsto em lei. No caso relatado, analisa-se que manteve-se o salário do/a profissional com formação em Serviço Social, na condição de manter a carga horária semanal de 40 horas e mudar o cargo para gerente. Na sequência, substituiu-se o cargo de gerente para assistente social, cumprindo a legislação das 30 horas semanais, mas com o salário inferior ao que o/a profissional recebia há quatro anos.

Os dados da realidade nos remetem para a precarização nas condições dos processos de trabalho. Para Alves (2013b, p.236) “a precarização do trabalho é um traço estrutural do modo de produção capitalista, possuindo, entretanto, formas de ser no plano da efetividade histórica”.

Cabe destacar que no âmbito empresarial ocorreu a demissão em massa dos/as assistentes sociais para a substituição deste cargo para analista, técnico social, líder de impacto social, dentre outros, como observado no gráfico 1. Nas exigências para o cargo, solicita-se a formação em Serviço Social, mas na carteira de trabalho não consta o cargo

de assistente social. Cargos destes/as profissionais também foram ampliados para outras áreas de formação como, por exemplo, psicologia, sociologia, dentre outras formações das Ciências Humanas e Sociais. Tais aspectos elucidam sobre as transformações no mundo do trabalho que impactam diretamente nos/as profissionais com formação em Serviço Social.

Mediante o rebaixamento salarial que assola a categoria profissional, identifica-se que muitos/as assistentes sociais submetem-se a trabalhar mais de 30 horas com mudanças de cargos ou possuem mais de um vínculo de trabalho na perspectiva de obter um salário melhor. Como constata-se no gráfico 4 sobre a jornada semanal somando todos os vínculos, 23% dos/as profissionais entrevistados/as realizam entre 31 e 40 horas semanais e 12% desenvolvem uma jornada semanal com mais de 40 horas de trabalho. Característica que revelam os processos de precarização e flexibilização nas condições e relações de trabalho.

Antunes e Praun (2015, p. 411) esclarecem que os/as trabalhadores/as se encontram,

expostos à flexibilização e à intensificação do ritmo de suas atividades, expressas não somente pela cadência imposta pela robotização do processo produtivo, mas, sobretudo, pela instituição de práticas pautadas pela multifuncionalidade, polivalência, times de trabalho interdependentes, além da submissão a uma série de mecanismos de gestão pautados na pressão psicológica voltada para o aumento da produtividade.

A flexibilização no mundo do trabalho proporciona a precarização nas condições e relações de trabalho. Cada vez mais os/as trabalhadores são cobrados a uma grande escala de produtividade em tempo reduzido. Além disso, o/a profissional é cobrado a ter uma postura polivalente frente às demandas que se apresentam no contexto do trabalho.

Conclui-se que os elementos que caracterizam as condições e relações de trabalho dos/as assistentes sociais na empresa privada são essenciais para compreender este espaço sócio-ocupacional enquanto espaço de trabalho destes/as profissionais. Observa-se que os dados revelam associações importantes com a pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social, indicando tendências que perpassam a categoria enquanto coletivo de trabalhadores e que também manifestam-se nos/as trabalhadores/as da empresa. Além disso, destaca-se os impactos dos processos de flexibilização e precarização das condições e relações de trabalho na atuação de profissionais com formação em Serviço Social que atuam no âmbito empresarial. Sendo assim, no próximo subcapítulo contextualiza-se a empresa enquanto

espaço sócio-ocupacional de trabalho do/a assistente social.

2.3 A EMPRESA ENQUANTO ESPAÇO DE TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL

Historicamente, a empresa aparece, enquanto espaço sócio-ocupacional de atuação para os/as assistentes sociais, sendo um local regulamentado para o trabalho destes/as profissionais. Por isso, contextualiza-se o campo empresarial e suas transformações com lócus para o social. Desta forma, busca-se identificar o papel do Serviço Social neste campo, na qual, apresenta-se através de elementos que trazem desafios e possibilidades para atuação profissional.

Faz-se importante ressaltar que a sociedade civil divide-se em três setores, primeiro, segundo e terceiro. O primeiro setor é formado pelas organizações governamentais (municipal, estatal e federal), o segundo setor é formado pelas empresas privadas, e o terceiro setor são as associações sem fins lucrativos. Nesta Tese, busca-se investigar o segundo setor correspondente a empresa privada.

A empresa constitui-se a partir de um “um conjunto sociocultural complexo, organizado para realização de serviços, fabricação de coisas, transformação ou extração de produtos da natureza” (OLIVEIRA, 2002, p. 251). Trata-se de um sistema social complexo que envolve diversos sujeitos com suas diferenças culturais, comportamentais, educacionais, étnicas, econômicas.

As empresas privadas possuem objetivos e estruturas extremamente distintos, diferenças em relação ao tamanho, à natureza e à administração. No entanto, apresentam a racionalidade econômica enquanto um ponto em comum.

O objetivo da empresa é eminentemente econômico e suas funções também, porém, à medida que fatores externos tais como governos, mercado, consumidores ou mesmo outras organizações provocam manifestações e intervenções, a mesma busca desempenhar novas funções sociais e políticas em resposta a esses fatores, sem deixar que o cumprimento de seus objetivos sejam afetados (LIMA.; COSAC, 2005, p.237).

A empresa possui o objetivo econômico, mas também desempenha um papel fundamental ao desenvolver bens e serviços entre as partes interessadas, agindo como transformadoras e intermediárias de recursos, entre si e os seus clientes. As organizações empresariais desenvolvem bens e serviços úteis para a sociedade.

Estas organizações empresariais atuam nas mais diversas áreas do conhecimento, desde as mais tecnológicas até as mais arcaicas possuem a intersecção

com o trabalho humano, desta forma, há possibilidade de inserção do/a assistente social. Neste estudo observou-se que estes/as profissionais estão inseridos/as em empresas de áreas distintas, conforme se demonstra no gráfico 5:

Gráfico 5 - Área de atuação das empresas



Elaborado pela autora (2023).

Destaca-se que 14% das empresas são da área da saúde e este mesmo percentual refere-se as empresas de consultoria e assessoria. Na sequência aparecem empresas do ramo automotivo e negócio social, com uma frequência de 10% cada. Posteriormente, apresentam-se com 9% de frequência as empresas do comércio, siderurgia e educação. E com números menos expressivos (5% cada), as empresas do ramo de seguros, alimentação, mineração, construção civil e marketing digital. Analisa-se que empresas de ramos bem diversificados empregam assistentes sociais, o que traduz as múltiplas possibilidades de empregabilidade destes/as profissionais, em setores distintos, com forças e relações complexas.

Nesta perspectiva, cabe destacar que as empresas são organizações que fazem parte da sociedade capitalista. Desta forma, os elementos contraditórios também estão imbuídos nas suas relações com a sociedade, na medida que contribuem para a acumulação de riqueza e consequente desigualdades sociais, como também, direcionam seu olhar para o social, através de ações para os/as trabalhadores/as e para a sociedade. Entretanto, não pretende-se reduzir as contradições existentes nesta atuação das empresas no “social”. Silveira (2008) destaca que o social é permeado por um campo de disputa de projetos de sociedade, um que visa os interesses do capital e outro que

visa os interesses da população.

No cenário histórico há uma mudança de atitude do empresariado brasileiro em relação ao social nas primeiras décadas do séc. XX. Esse movimento deu-se a partir da organização coletiva dos/as trabalhadores/as por melhores condições de vida para eles/as e suas famílias. Tais aspectos contribuíram para que o empresariado assumisse parte do financiamento e da gestão do sistema de proteção social (SILVEIRA, 2008).

Esse movimento que garantiu alguns direitos aos/às trabalhadores/as, como habitação em torno das fábricas e creche para os/as filhos/as dos/as trabalhadores/as também manifestou o controle e a coerção por parte do empresariado (GÓES, 1988). As condições precárias de trabalho, tais como jornadas de trabalho de 10 a 18 horas, ambientes insalubres, sem acesso à água potável e com alimentação no nível mínimo sustentável ocasionavam o adoecimento constante dos/as trabalhadores/as e surtos de doenças contagiosas. Desta forma, os empresários disponibilizavam “médico e farmácia que atendiam aos operários e eram pagos por esses” (GÓES, 1988, p.50).

Na década de 1940 do século XX ocorreu a fundação do Sistema S: o Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria (SENAI) (1942), Serviço Social do Comércio (SESC) (1946); Serviço Social da Indústria (SESI) (1947); Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC) (1948). Estes organismos demarcam uma aliança com o Estado com o objetivo de “[...] organizar o atendimento à saúde dos trabalhadores e criar sistemas educacionais voltados para as necessidades técnicas do processo de industrialização” (COUTO, 2004, p.105).

Para Silveira (2008) as formas de condução e de compreensão do social, por parte do empresariado, muito pouco alteram-se até 1980, mantendo-se nos limites da tradição filantrópica e controladora. Ao longo de 1990 o tema da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) passou a ser pauta dos empresários “incentivado pelo período de redemocratização e abertura econômica do País e pelos direitos conquistados com a Constituição Federal de 1988” (REIS, 2007, p.281).

Na revisão de literatura sobre Responsabilidade Social Empresarial encontram-se diversas as concepções sobre o tema e por tratar-se de uma perspectiva presente nas organizações empresariais até os dias atuais, pretende-se contextualizar essa categoria teórica. Para Tomei o movimento de Responsabilidade Social “parte da premissa de que as organizações têm responsabilidade direta e condições de abordar os muitos problemas que afetam a sociedade” (TOMEI, 1984, p. 189). Nesta perspectiva, as empresas têm responsabilidade pelos problemas sociais e desta forma precisam pensar

em alternativas para enfrentar as questões da sociedade.

A Responsabilidade Social da empresa dá-se na “capacidade da empresa de colaborar com a sociedade, considerando seus valores, normas e expectativas para o alcance de seus objetivos” (OLIVEIRA, 1984, p. 205). Nesta concepção, percebe-se os elementos contraditórios através do interesse da empresa em colaborar com a sociedade desde que esta perspectiva atenda os seus objetivos particulares.

Para Guimarães “o modelo de responsabilidade social deveria resultar de uma preocupação em se aliar o desenvolvimento econômico ao desenvolvimento de qualidade de vida” (GUIMARÃES, 1984, p. 215). A empresa deve considerar a sua contribuição como um todo na sociedade e não apenas a lucratividade, embora esses interesses estejam entrelaçados. Compreende-se que há interesses privados nas práticas de responsabilidade social, principalmente as questões da imagem pública da empresa e de sua sustentabilidade. Desta forma, “o investimento em projetos sociais pode estar ligado à eficácia da produção e à lucratividade da empresa” (MELO RICO, 1998, p. 37).

Na literatura sobre o tema da Responsabilidade Social Empresarial, Cesar destaca que:

É recorrente a ideia de que, diante da incompetência do Estado na busca de soluções inovadoras para os problemas sociais, os empresários, mais confiantes em suas capacidades de decisão e ação, chamaram para si o exercício da responsabilidade social (CESAR, 2008, p. 23).

Nesta perspectiva o Estado é considerado incompetente na resolução das questões sociais, tornando esse campo oportuno para a ação do empresariado. Desta forma, em um cenário em que as ações sociais do Estado encontram-se cada vez mais restritas mediante um contexto de extrema desigualdade social, na qual amplia-se as necessidades sociais da população, como a situação da fome e da miséria que assolam o país. Mesmo compreendendo que “a gestão de políticas e programas de erradicação da pobreza e das desigualdades sociais é ainda competência do Estado” (REIS, 2007, p. 285). Sabe-se que no contexto neoliberal, tem-se o Estado mínimo, com ações focalizadas e reduzidas as pessoas mais necessitadas.

É neste cenário em que muito pouco pode-se esperar do Estado que surge a “empresa cidadã”, a fim de liderar o processo de “reconstrução social” (CESAR, 2008, p.23). A empresa passa a construir estratégias de enfrentamento para problemas sociais que o Estado não dá conta através das políticas públicas.

Nesta perspectiva, a empresa passa a desenvolver um conjunto de ações que busca atender empregados/as, clientes, fornecedores e a comunidade em geral.

A atuação empresarial não incide apenas sobre a reprodução da força de trabalho ativa, para o aumento da produtividade, mas também sobre o contingente “excedentes” em situação de “risco social” ou marginalizados econômica e socialmente, penetrando no terreno das funções sociais assumidas pelo Estado com o ingresso do capitalismo no estágio monopolista (CESAR, 2008, p. 24).

As organizações empresariais passam a promover serviços e atendimentos à população que sofre com o descaso do Estado, ao não prover a garantia de direitos básicos. Desta forma, as empresas ampliam a atuação através de projetos, políticas e programas em ações que promovam o impacto social nas mais diversas áreas, como ações de garantia de direitos relacionadas a saúde, alimentação, educação, habitação, emprego e renda, entre outras.

Cesar (2008, p.18) retoma a ideia de responsabilidade social corporativa como:

Um conjunto de atividades que a empresa realiza para atender, internamente, às necessidades dos seus empregados e dependentes e, externamente, as demandas das comunidades, em termos de assistência social, alimentação, saúde, educação, preservação do meio ambiente e desenvolvimento comunitário, entre outras (CESAR, 2008, p. 18).

Nesta perspectiva, a empresa elabora uma série de projetos, políticas e programas sociais com o objetivo de atender o público interno e externo com ações voltadas para atender as necessidades sociais da população. E também voltada aos seus interesses privados, considerando que estas ações possibilitam uma série de premiações e certificações que “sustentam seu desempenho e, critérios éticos e sociais, enaltecendo, assim, sua chamada inserção cidadã” (CESAR, 2008, p. 18).

Além destes ganhos para a empresa, cabe ressaltar que também há uma relação contraditória a respeito das ações voltadas a classe trabalhadora, considera-se que, ao investir na saúde e qualidade de vida do/a trabalhador/a, aumenta-se os indicadores de produtividade e lucratividade da empresa. Cabe destacar as relações contraditórias que perpassam as ações sociais no campo empresarial, locus de trabalho dos/as assistentes sociais.

Araújo (2010) destaca que as empresas são espaços de grandes desafios para os/as assistentes sociais, assim como os demais campos da atuação profissional, considerando que em um mesmo espaço existem infinitas possibilidades de imprimir em seu trabalho as lutas por direitos sociais dos/as trabalhadores/as, ao mesmo tempo são submetidos às inflexões e rebatimentos das contradições que são inerentes à sociedade

capitalista. Desta forma, o trabalho profissional neste campo permeia os desafios inerentes ao capitalismo e as possibilidades de mediação.

No entanto, ainda é um campo de trabalho receptor de muitas críticas na área do Serviço Social. A autora Ana Elizabete da Mota ao escrever uma de suas primeiras obras sobre o Serviço Social no contexto empresarial, livro intitulado “O feitiço da Ajuda” de 1985, desvenda as requisições e as demandas da empresa para o Serviço Social.

Na perspectiva da autora, o início desta trajetória é marcado pela requisição de assistentes sociais para mediar as contradições inerentes entre a empresa e o/a trabalhador/a (capital x trabalho). A empresa privada enquanto espaço de atuação do/a assistente social na sociedade capitalista perpassa elementos contraditórios. Para Mota (1985),

a presença do Assistente Social na empresa, antes de qualquer coisa, vem confirmar que a expansão do capital implica na criação de novas necessidades sociais. Isto é, a empresa, enquanto representação institucional do capital, passa a requisitar o Assistente Social para desenvolver um trabalho de cunho assistencial e educativo junto ao empregado e sua família (MOTA, 1985, p. 16).

Para a autora, a justificativa de executar serviços sociais dentro da empresa dá-se pela contribuição na qualidade da força de trabalho dos/as empregados/as, considerando que as carências materiais e sociais podem implicar na produtividade do/a trabalhador/a. Desta forma, a empresa dá legitimidade a uma prática profissional, na medida que identifica a necessidade de mediar os interesses de classe (MOTA, 1985). Nesta perspectiva, o Serviço Social estaria a servir o capital, na medida que é requisitado pelo empresário e não pela classe trabalhadora.

Mota destaca o papel do Serviço Social como um dos principais mecanismos de controle sobre o/a trabalhador/a, desvelando as armadilhas sedutoras de práticas como “promoção social”, “bem-estar pessoal e familiar”, o “lazer coletivo” como forma de anestesiar o/a trabalhador/a para que o/a mesmo esqueça da sua condição de explorado, sob os encantos da ajuda. Nesta perspectiva, o capital parece ser humanitário, quando na verdade o que lhe interessa é o aumento da produtividade da força de trabalho.

Mota faz uma abordagem crítica a respeito desta atuação profissional, enfatizando o quanto os/as assistentes sociais colaboram, através da sua prática e discurso, à dominação da classe trabalhadora. Reitera que o/a trabalhador/a identifica a prática do/a assistente social na empresa como ajuda, “no sentido restrito de minorar dificuldades, sem alterar situações” (MOTA, 1985, p. 136). Embora o/a trabalhador/a identifique que

essa prática tem utilidade para si e sua família, ele/a também reconhece que contribui para ampliar a sua produtividade e força de trabalho.

No entanto, sabe-se que os espaços de atuação dos/as assistentes sociais na sociedade capitalista, inclusive as empresas, são atravessados por relações e condições oriundas das contradições entre capital e trabalho.

se entendermos que as classes sociais existem numa relação contraditória, tal conclusão precisaria ser alterada desde que a mediação do serviço social também é plasmada contraditoriamente, podendo servir ora ao capital, ora ao trabalhador, dependendo das condições objetivas e das opções políticas de seus agentes (MOTA, 1985, p. 18).

Observa-se que a própria autora discorre sobre os elementos contraditórios que perpassam os espaços sócio-ocupacionais, mas também o trabalho do/a assistente social. E conseqüentemente, a intervenção do Serviço Social pode contribuir para os direitos da classe trabalhadora, mas também para o capital. Por isso, toda a análise em relação a atuação do/a assistente social não pode ser desvinculada a sociedade na qual esse trabalho acontece. Sendo necessário considerar a conjuntura política, econômica e social, mas também as relações históricas e contraditórias.

Mediante essa breve contextualização a respeito dos caminhos que as empresas vêm trilhando e desbravando no âmbito da responsabilidade social, cabe destacar que o/a assistente social aparece como um/a dos/as profissionais que contribui na gestão, operacionalização e avaliação dos projetos, programas e políticas sociais no âmbito empresarial, elementos que ressaltam as possibilidades do trabalho neste campo. Trata-se de um espaço de trabalho complexo e contraditório, mas estes aspectos não podem diminuir o/a trabalhador/a e as possibilidades do seu trabalho neste campo. Nesta perspectiva, o próximo subcapítulo tem como objetivo desvendar as formas de (in)visibilidade e hierarquização deste espaço sócio-ocupacional na área do Serviço Social.

2.4 A (IN)VISIBILIDADE E A HIERARQUIZAÇÃO DOS CAMPOS DE TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL

Neste subcapítulo pretende-se abordar a discussão acerca dos elementos que (in)visibilizam e hierarquizam os campos de trabalho de atuação no Serviço Social. Busca-se desvendar as contradições presentes nos múltiplos espaços de atuação profissional, dentre eles, o setor público e o privado.

Sabe-se que existem diversos campos para o exercício profissional de assistentes sociais, as pesquisas na área de Serviço Social (CFESS 2005/2022) demonstram a predominância da atuação destes/as profissionais no setor público. No entanto, as pesquisas também apontam outros campos que empregam estes/as profissionais, como Organização Social, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, Organismos Sindicais e o Setor Privado por meio das empresas, espaço sócio-ocupacional que está sendo investigado neste estudo.

No entanto, identificam-se que os espaços sócio-ocupacionais que não são do setor público são considerados espaços de menor valor para atuação deste/a profissional. É como se existissem espaços melhores e piores para desenvolver o trabalho profissional. Nesta perspectiva, os dados empíricos deste estudo evidenciam aspectos que hierarquizam estes campos de trabalho na área de Serviço Social.

AS14: *Esses dias eu fui assistir uma palestra de uma grande assistente social, eu estava me achando de assistir a palestra dela e no meio da palestra ela falou assim “**não existe assistente social que não trabalhe para o governo**”, ela trouxe isso no meio da palestra e aí eu fiquei pensando “**ai gente, mas só um pouquinho, então eu não existo?**”. [...] A gente tem outras possibilidades do serviço social. Acho que a gente tem colegas de várias áreas da rede privada, então é um outro espaço, por que a gente não pode usar esse espaço? Por que a gente não pode trabalhar com tantas populações? **A gente tem infinidade de possibilidades** (GRUPO FOCAL, 2022).*

Neste relato, observa-se que além da hierarquização destes campos de trabalho há também uma (in)visibilidade acerca deste espaço sócio-ocupacional de atuação profissional regulamentado na área do Serviço Social. Observa-se que a fala sobre a inexistência de assistentes sociais que não trabalhe para o governo foi realizada por um/a assistente social que ocupa um espaço na formação continuada de profissionais, que reproduz-se na produção e compartilhamento de conhecimento através de uma palestra. Contudo, trata-se de uma fala que estigmatiza e oculta o/a assistente social de empresa.

O estigma apresenta-se como uma “construção social que representa uma marca no indivíduo, delegando a pessoa um status desvalorizado em relação aos demais membros da sociedade” (TEIXEIRA et al., 2019, p. 93). As autoras complementam que essa marca pode ser visível ou invisível, física ou social.

Nesta perspectiva, o estigma trata-se de atributos e estereótipos construídos em relação a uma pessoa a qual a diminui perante as demais. Para Goffman (1891, p.06) “tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito

grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem [...]”. Desta forma, o estigma refere-se a um atributo depreciativo ao sujeito.

Nesta perspectiva, o setor privado aparece como um lugar ilegível para este/a profissional, desconsiderando todas as possibilidades do Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional. Infelizmente essa divisão fragmenta a categoria profissional, alimenta o estigma e traz ocultamento do exercício profissional no campo empresarial.

AS15: *Eu conheci uma assistente social de muitos anos de profissão que trabalhava na saúde pública e **quando eu falei que eu atuava em empresa, ela falou “então você não atua, né?” (risos) eu olhei para ela e falei “atuo sim, tenho muito o que fazer lá como assistente social” [...]** (GRUPO FOCAL, 2022).*

O relato manifesta a forma como os/as assistentes sociais que atuam no âmbito empresarial são desconsiderados/as e estigmatizados/as pelos/as demais colegas de profissão, aspectos que segmentam parte desta categoria de trabalhadores/as. Os/as profissionais são vistos como aqueles/as que não existem, tais situações fragilizam, discriminam e reduzem o valor da profissão no âmbito da empresa.

Destaca-se os elementos da (in)visibilidade e desqualificação em relação ao/a trabalhador/a que atua em consonância com a Lei de Regulamentação da Profissão, na qual, resguarda o campo empresarial enquanto um espaço sócio-ocupacional de trabalho aos/às assistentes sociais. No entanto, o estigma coloca essa atuação em um lugar de desvalorização, como se o trabalho fosse desvinculado ao Projeto Ético-Político Profissional.

Utiliza-se o termo **(in)visibilidade** considerando a contradição entre o visível o invisível. Neste estudo observa-se que os/as assistentes sociais sofrem com este processo de (in)visibilidade perpetuado na área do Serviço Social. Contraditoriamente, estes/as profissionais encontram-se “visíveis” ao responderem a pesquisa recente do conjunto CFESS/CRESS sobre o perfil profissional dos/as assistentes sociais. Na qual 2.751 profissionais responderam que desenvolvem o seu trabalho em empresa privada, revelando a existência populacional destes/as trabalhadores/as na empresa.

Os/as assistentes sociais que atuam no âmbito empresarial também são estigmatizados/as como aqueles/as que se “vendem ao capital”, devido ao trabalho que realizam vinculados a uma empresa privada. Conforme relato:

AS10: *A gente quando está nesse meio empresarial, a gente é muito julgado, né? Eles acham que a gente vendeu nossa alma por capital, mas eu posso afirmar para você que, durante os anos que eu estou nessa área, eu*

atendi demandas que eu jamais pensei que eu fosse atender em um ambiente privado (ENTREVISTA 10, 2022).

AS16: *E nós, a gente às vezes é até visto de uma forma “**ah você trabalha na empresa**”, **tipo está ajudando o capital**, mas não é dessa forma, só quem está lá dentro para saber as dores que a gente vivencia dia a dia [...] (GRUPO FOCAL, 2022).*

Observa-se que estes/as profissionais sentem-se julgados/as e estigmatizados/as como os “profissionais que se vendem ao capital” ou “ajudam o capital”, elementos que corroboram com uma opinião preconceituosa e violenta em relação ao trabalho do/a assistente social em empresas. Além disso, percebe-se o desrespeito com o/a profissional e com o trabalho que é realizado por pessoas com formação em Serviço Social, que atendem demandas do/a assistente social que manifestam-se na empresa. Segue outro relato que ilustra as contradições presentes na área de Serviço Social.

AS9: *Nós éramos taxadas de assistentes sociais “vendidas ao capital”, que nós trabalhávamos para o capitalismo selvagem. E isso sempre me instigou, intrigou, porque era uma fala que eu via que não tinha fundamento pela prática dos assistentes sociais que eu conhecia. Os assistentes sociais que me inspiraram eram pessoas que não instigavam o trabalhador a ser uma pessoa submissa, a ser uma pessoa de menor valor, pelo contrário (ENTREVISTA 9, 2022).*

Fica evidente no relato do/a AS9 que não há fundamento em determinar que o trabalho neste espaço sócio-ocupacional privilegia os valores do capital, bem pelo contrário, conforme o/a AS9, o trabalho deste/a profissional faz-se extremamente importante pois privilegia os direitos da classe trabalhadora. As expressões da questão social são inerentes as contradições entre capital e trabalho. Desta forma, elas manifestam-se nos diversos campos de trabalho na sociedade capitalista, no campo público e privado.

Em relação ao campo empresarial, compreende-se que é um espaço permeado por forças distintas, disputas de poder entre a classe trabalhadora e o empresariado, elementos que implicam diretamente nos processos de trabalho em que o/a assistente social insere-se. Mas estes aspectos não podem (in)visibilizar este campo e este trabalho, até porque são elementos presentes na sociedade regida pelo capital. O cotidiano destes/as trabalhadores/as é atravessado por limites, mas também por possibilidades que apresentam-se através dos processos interventivos do Serviço Social na perspectiva de consolidação do Projeto Ético-Político Profissional.

Sendo assim, sinaliza-se o abismo e a fragmentação que se constitui entre a classe trabalhadora de assistentes sociais. O ocultamento desta consciência de classe

reproduz-se na sociedade capitalista, minimizando as lutas coletivas da categoria de assistentes sociais. Tais aspectos relacionam-se com a (in)visibilidade deste trabalho profissional, na produção de conhecimento e na formação em Serviço Social.

AS4: Com relação a atuação dos assistentes sociais em empresas, eu constato na formação profissional que há uma ausência de formação para essa área, né? Uma negação, digamos assim, e um preconceito com relação à atuação dos profissionais nessa área, né? A formação é muito mais voltada para a atuação dos profissionais e para a vinculação dos profissionais no primeiro setor, nas organizações público-estatais.

A ausência do debate sobre o trabalho do/a assistente social na empresa ocorre desde a formação profissional, como um fator de preconceito com este campo. E ressalta-se a preparação destes/as profissionais para trabalhar no setor público-estatal. Desta forma, considera-se os mecanismos que vão (in)visibilizando e hierarquizando este campo de trabalho na formação de assistentes sociais, na produção de conhecimento, no exercício profissional, mas também oculta as necessidades das pessoas atendidas pelos/as assistentes sociais no âmbito empresarial.

Os dados empíricos do estudo instigam a reflexão sobre a hierarquização dos campos de trabalho no âmbito do Serviço Social, tornando explícito a diferenciação entre setor público e privado, desta forma, inclina-se a discussão para estes dois campos. Busca-se também, contextualizar a sociedade capitalista no cenário neoliberal. Além de desvendar os interesses antagônicos que perpassam as políticas sociais no âmbito Estatal, considerando que este campo aparece como maior empregador de assistentes sociais.

Para aprofundar esse debate aborda-se elementos que perpassam as políticas sociais e públicas no âmbito do Estado capitalista na perspectiva do neoliberalismo. Desta forma, faz-se importante considerar que as sociedades capitalistas constituem espaços de força, “territórios nos quais se criam e se movimentam forças sociais, resultado da presença e da articulação de classes sociais confrontadas” (OSORIO, 2014, p. 20). Esse movimento de forças dá-se essencialmente pela contradição entre capital e trabalho.

Osório destaca o Estado a partir de diversos elementos, tais como, “um conjunto de instituições; corpo de funcionários que administra e trabalha em tais instituições; leis, normas e regulamentos; uma particular condensação da rede de relações de poder, dominação, força e laços comunitários que atravessam a sociedade” (OSORIO, 2014, p.

19). Destaca-se na sua concepção as relações de poder que perpassam o contexto do Estado.

O Estado capitalista determina e regula a força de trabalho implicando diretamente no controle e determinação dos seus valores. Para Wellen (2021, p.142):

na evolução do capitalismo, o Estado tornou-se, cada vez mais, uma instituição central na determinação das condições de vida dos trabalhadores. No lugar de operar tão somente como um regulador externo e pontual dos movimentos do mercado, o Estado potencializou (especialmente a partir das demandas do desenvolvimento do próprio mercado) a sua capacidade interventiva.

Nesta perspectiva, cabe destacar o projeto neoliberal como expressão da reestruturação política e ideológica conservadora do capital em resposta a perda de rentabilidade e “governabilidade”, que enfrentou durante a década de 1970 (SOARES, 2003), frente a uma crise capitalista, vivenciada no modo de governo liberal. Portanto, visa superar as dificuldades que surgiram mediante as mutações do capitalismo.

O neoliberalismo captura as ações Estatais e faz da concorrência o princípio central da vida social e individual (DAROT.; LAVAL, 2016). Desta forma, a ideologia neoliberal contemporânea é, fundamentalmente, um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa privada (DAROT.; LAVAL, 2016). Cabe ao Estado desenvolver e purificar o mercado.

O neoliberalismo não procura tanto a retirada do Estado e a ampliação dos domínios da acumulação do capital quanto a transformação da ação pública, tornando o Estado uma esfera que também é regida por regras da concorrência e submetida a exigências de eficácia semelhantes àquelas a que se sujeitam as empresas privadas (DAROT.; LAVAL, 2016, p. 272).

Assim como no espaço empresarial, o campo Estatal também mobiliza novos instrumentos de poder, através de um Estado avaliador e regulador, na qual constitui-se novas relações entre a sociedade e o governo. Nesta perspectiva, os autores conceituam o “Estado Empresa” na qual tem um papel reduzido no que tange a produção do interesse geral. Estimula-se a ideia de que ele custa caro demais em relação às vantagens que oferece a coletividade e põe entraves a competitividade da economia (DAROT.; LAVAL, 2016). Com isso, o Estado deve curvar-se às regras do mercado, tendo em vista, a falta de qualidade e eficácia dos serviços públicos.

Desta forma, são múltiplos os desafios enfrentados para a efetiva garantia de direitos a partir de um Estado neoliberal. Os entraves para o desenvolvimento de ações coletivas, tendo em vista, a necessidade da concorrência na qual os indivíduos estão

submetidos é percebido em todos os cenários da sociedade. Este fenômeno também é visível na atuação dos/as assistentes sociais inseridos nas políticas sociais no âmbito do Estado.

Iamamoto (2004, p. 02) menciona que “o capital cria as condições históricas necessárias para a generalização de sua lógica de mercantilização universal, submetendo aos seus domínios e objetivos de acumulação o conjunto das relações sociais, a economia, a política, a cultura”. Desta forma, o projeto neoliberal naturaliza a imposição de um sistema capitalista, acentua-se as desigualdades sociais, decorrentes deste processo.

Neste contexto neoliberal ressalta-se que as relações mercadológicas preconizam as políticas públicas e sociais desenvolvidas no âmbito Estatal, manifestando as múltiplas relações de poder. As políticas sociais são consideradas uma constituição própria do modo de produção capitalista, sendo uma estratégia de conformar os conflitos entre capital e trabalho.

O Estado capitalista não realiza a política dos capitalistas, individualmente tomados. Ele realiza os ‘interesses gerais do capital’, como uma instituição especial, independente dos capitais individuais. Isso o coloca numa situação contraditória, obrigando-o a realizar compromisso entre as distintas frações da burguesia (por exemplo, entre o financeiro e o industrial), entre as exigências do capital como um todo e as pressões dos trabalhadores e de outras forças sociais (FALEIROS, 2009, p. 64-65).

Desta forma, as políticas sociais possuem importante relevância na relação entre capital e trabalho (WELLEN, 2021). As contradições que manifestam-se no campo das políticas sociais são mediadas pelo contexto econômico, social e político.

Segundo Behring e Boschetti (2011, p. 40), “[...] as políticas sociais como processos sociais inscritos na sociedade burguesa, devem ser compreendidos em sua múltipla causalidade, bem como em sua múltipla funcionalidade no âmbito da totalidade concreta, como princípio estruturante da sociedade”. A política social nasce de uma sociedade capitalista, seus traços peculiares estão relacionados a essa forma de sociedade.

Desta forma, as políticas sociais são permeadas pelos interesses hegemônicos do capital e os interesses da classe trabalhadora. Sposati (2006) destaca a seguinte contradição:

o compromisso de governantes como a atenção e o respeito aos direitos [...]” e “[...] uma tendência da população em desculpar o que é produzido pelo Estado,

na medida em que as ações governamentais são vistas como ajudas circunstanciais que resultam mais da bondade do governante do que no reconhecimento da dignidade do cidadão (SPOSATI, 2006, p. 10).

O viés assistencialista ainda predomina o campo das políticas sociais reiterando essa ideia de “ajuda” e minimizando o conceito da política social como efetivação de direitos. Na perspectiva da autora, destaca-se a forma como o Estado ainda é considerado, como aquele que ajuda e por esse motivo merece ser desculpado, reiterando os traços contraditórios que manifestam-se nas políticas no âmbito estatal.

A existência da política social encontra-se relacionada à sociedade burguesa, que produz desigualdades sociais, violências, miséria, desemprego, dentre outras mazelas deste modo de produção, consideradas expressões da questão social, objeto de trabalho do Serviço Social. Ressalta-se que os/as assistentes sociais atuam por meio das políticas sociais através da elaboração, operacionalização, execução e avaliação destas políticas.

Mediante essa perspectiva, cabe resgatar o debate de Netto (2001), na qual, menciona que a questão social e suas expressões só podem ser superadas a partir da construção de uma ordem social que vá além dos limites do comando do capital, mediante condições em que se suprima a escassez. Enquanto não se modificar o modo de produção desta sociedade, as expressões da questão social permanecerão sendo consideradas “problemas sociais” e tratadas através de políticas sociais com caráter minimalista, focalizado e restrito a determinados sujeitos ou grupos da sociedade, sem uma transformação mais efetiva na vida das pessoas, apenas mantendo sua condição estabelecida pela sociedade capitalista.

A partir desta concepção, faz-se necessário destacar que o campo das políticas sociais é permeado por múltiplas contradições, tendo em vista que é considerado um espaço de lutas, através de distintos direcionamentos. Isto porque, também por meio das políticas sociais, são elaboradas respostas às necessidades sociais que materializam-se em ações práticas no acesso aos direitos individuais e coletivos da população. Diante deste contexto, a política social, além de constituir uma estratégia do modo de produção capitalista, também é resultado das respostas às lutas históricas de segmentos sociais na busca pela ampliação de seus direitos (COUTO, 2004).

Ao considerar as contradições impressas na sociedade regida pelo capital, também é preciso identificar as políticas sociais como processo de resistência e luta para uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Para Behring e Boschetti (2009, p.53):

As estratégias de enfrentamento adotadas pelo Estado e pelas classes – o que envolve a política social como um elemento central – tem algumas implicações. [...] E o debate deve incorporar, necessariamente, os componentes de resistência e de ruptura presentes nas expressões e na constituição de formas de enfrentamento da questão social.

Portanto, as políticas sociais são formas de conformação e de enfrentamento e resistência das expressões da questão social, geradas numa sociedade capitalista. Para Couto (2004) os direitos sociais ancoram-se na ideia de igualdade, que constitui-se numa meta a ser alcançada, buscando enfrentar as desigualdades sociais. Os direitos sociais nascem como respostas às desigualdades sociais produzidas pelo conflito entre capital e trabalho.

Trata-se de um processo que constituiu-se através das constantes reivindicações de sujeitos que buscam defender a igualdade social dos bens e serviços socialmente produzidos. Por isso, os direitos são construídos historicamente, nascidos em certas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas (BOBBIO, 1992). Desta forma, os direitos sociais encontram-se constantemente em construção e consolidação, mediante as políticas sociais.

Desta forma, a proteção social dos indivíduos depende das políticas sociais que são executadas através de serviços, programas e projetos sociais, estes podem ser administradas pelo Estado, como também por instituições de caráter não governamental e privado. Entretanto, cabe sinalizar que este cenário é permeado por direcionamentos distintos. Para Pereira (2009, p. 98) faz-se necessário “compreender as relações entre Estado e sociedade como sendo contraditórias, isto é, de reciprocidade e antagonismo ao mesmo tempo”. Desta forma, estes aspectos precisam ser considerados, tendo em vista, as diferentes forças que movimentam este cenário induzido pelo modo de produção capitalista.

Estas diferentes forças também manifestam-se na precarização das condições e relações de trabalho nas políticas sociais. As manifestações do cenário neoliberal colocam-se em todas as relações e condições da vida em uma sociedade capitalista. Faz-se importante elucidar estes aspectos, pois os/as trabalhadores/as que atuam no âmbito estatal estão submetidos a uma série de relações contraditórias que são postas aos/as trabalhadores/as em qualquer espaço sócio-ocupacional.

Através desta breve contextualização buscou-se ampliar o debate sobre as

políticas sociais, compreendendo que, em uma sociedade capitalista, as políticas no âmbito estatal e empresarial serão mediadas por relações contraditórias entre capital e trabalho. Constata-se o equívoco dos/as assistentes sociais que denominam o campo estatal como privilégio para sua atuação na perspectiva de superar as expressões da questão social através das políticas sociais. Na ordem do capital, a partir de um Estado neoliberal, evidencia-se que não é possível essa superação.

Considera-se que os/as profissionais do Serviço Social atuam neste cenário de contradição de classes sociais, de projetos societários distintos. Estes/as profissionais não controlam todos os aspectos que incidem sobre a realidade, a sua alteração, mudança, transformação não depende apenas de atos e de ações desta categoria. No entanto, enfatiza-se a importância que as políticas possuem no âmbito estatal e empresarial, através das lutas sociais por intermédio das políticas enfrenta-se as expressões da questão social.

3 CONSTRUÇÃO COLETIVA: PARÂMETROS PARA ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EMPRESA

A experiência profissional da pesquisadora, a revisão bibliográfica e os dados empíricos do estudo manifestam o incipiente debate teórico e a (in)visibilidade acerca do trabalho do/a assistente social na empresa. Com isso, os/as profissionais e estudantes na área empresarial encontram múltiplos desafios para apropriar-se deste campo de trabalho, bem como para qualificar a sua intervenção profissional.

Desta forma, um dos objetivos deste estudo encontra-se na construção coletiva das orientações indispensáveis para a constituição de parâmetros para a atuação do/a assistente social na empresa em consonância com o Projeto Ético-Político Profissional (PEP). Tal objetivo relaciona-se com um dos produtos desta Tese de Doutorado em ampliar esse debate e qualificar o trabalho profissional, considerando que não há material da área do Serviço Social que especifique os parâmetros para atuação destes/as profissionais na empresa.

Desta forma, revela-se a importância de referenciar a intervenção dos/as profissionais de Serviço Social nesta área. Nesta perspectiva, busca-se dar voz e visibilidade aos/às assistentes sociais, trabalhadores/as de empresa que enfrentam múltiplos desafios ao chegar neste campo, mas também encontram possibilidades de mediação da intervenção profissional, possibilitando o acesso e a garantia de direitos.

Faz-se importante ressaltar que não pretende-se, a partir da construção dos parâmetros, limitar, normatizar ou encaixar a intervenção do/a assistente social no campo empresarial como apenas as que serão dialogadas neste estudo. Entende-se que é um campo complexo e contraditório, exigindo do/a profissional uma análise crítica em relação ao contexto institucional, bem como sua intervenção profissional neste espaço. Também faz-se importante destacar que esta pesquisa contempla uma amostragem do coletivo de assistentes sociais que trabalham nas empresas, revelando experiências concretas da realidade, mas não contemplam a totalidade das experiências.

Desta forma, a partir da construção coletiva de parâmetros para a atuação do/a assistente social na empresa, pretende-se valorizar as experiências profissionais e produções acadêmicas dos/as assistentes sociais que atuam neste campo, como também inspirar e referenciar os/as acadêmicos/as e profissionais que desejam estudar, refletir e apreender sobre este espaço sócio-ocupacional. E mobilizar a construção coletiva a partir dos espaços políticos organizativos da profissão.

Para estruturar este capítulo utilizou-se a análise temática, primeiramente definiu-se e nomeou-se os temas dos dados empíricos na qual relacionam-se com as questões norteadoras do estudo. Observou-se que as categorias emergentes dos parâmetros da atuação profissional na empresa conectavam-se com as categorias dos demais objetivos específicos da pesquisa, tais como, expressões da questão social, competências profissionais, funções exercidas pelo/a assistente social na empresa, intervenção profissional, instrumentalidade do Serviço Social, Projeto Ético-Político Profissional, dentre outras. Desta forma, definiu-se estruturar esse capítulo através dos dados empíricos e documentais, na qual, abordam-se elementos importantes sobre o trabalho do/a assistente social no âmbito empresarial.

Organizou-se este capítulo em três subcapítulos, sendo que o primeiro deles busca desvendar o que vem sendo exigido, desenvolvido, mas também atribuído as competências e funções profissionais no âmbito empresarial. Parte-se da discussão teórica acerca das competências e das atribuições privativas do/a assistente social e, na sequência, apresentam-se os dados empíricos da pesquisa a partir de evidências que dialogam com as competências e funções profissionais no âmbito empresarial.

No segundo subcapítulo, abordam-se as demandas e as estratégias de intervenção do/a assistente social na perspectiva da garantia de direitos. Inicia-se a partir do debate sobre as demandas para o Serviço Social na empresa, na qual, apresentam-se através das expressões da questão social. Em seguida, discute-se elementos da

intervenção profissional que possibilitam estratégias para o trabalho no âmbito empresarial. E, por fim, examinam-se de que forma o trabalho do/a assistente social contribui para a viabilização de direitos sociais relacionados a educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, dentre outros essenciais a vida do/a trabalhador/a.

E, por fim, no terceiro e último subcapítulo, desvendam-se os desafios e as possibilidades para materializar o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social na empresa. Dialoga-se sobre a concepção teórica do PEP e sua constituição jurídica. A partir dos dados empíricos explanam-se as possibilidades de materializar o projeto da profissão. E destacam-se os limites relacionados a sociedade capitalista e aspectos que (in)visibilizam e hierarquizam o trabalho do/a assistente social na empresa, impondo desafios para a materialização do Projeto Ético-Político Profissional.

3.1 COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EMPRESA

As competências e funções profissionais compõe os elementos que são indispensáveis para a constituição de parâmetros para a atuação do/a assistente social na empresa em consonância com o Projeto Ético-Político Profissional (PEP), respondendo aos objetivos desta pesquisa. Desta forma, desvenda-se nos dados empíricos do estudo o que vem sendo exigido, desenvolvido, mas também atribuído as competências e funções profissionais no âmbito empresarial.

Inicia-se o diálogo a respeito das competências profissionais, considerando que elas precisam ser compreendidas e incorporadas nos processos de trabalho nos diferentes campos de atuação dos/as assistentes sociais. A competência pressupõe uma ação que agrega valor diante das situações. No contexto de trabalho, a competência profissional remete à soma de conhecimentos e habilidades. Desta forma, as competências são necessárias para o direcionamento e atuação do/a trabalhador/a, indiferente da sua área de formação, ocupação e função.

As competências profissionais contemplam as múltiplas possibilidades do trabalho do/a assistente social. Na área do Serviço Social as competências estão legalmente designadas na Lei de Regulamentação da Profissão, conforme artigo 4º da Lei nº 8.662 de 1993 (BRASIL, 1993a):

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações

populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

IV - (Vetado);

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (BRASIL, 1993a).

As competências profissionais abordam elementos de extrema relevância no trabalho profissional nos distintos espaços sócio-ocupacionais, como órgãos da administração pública, organizações populares e empresas. Embora elas estejam alinhadas com os processos interventivos que perpassam a área do Serviço Social, destaca-se que elas não são privativas ao trabalho dos/as assistentes sociais, outros profissionais também podem desenvolver, executar e se apropriar deste conhecimento e trabalho profissional.

Destaca-se que algumas das competências profissionais também estão previstas nas atribuições privativas do/a assistente social (BRASIL 1993a), conforme artigo 5º desta mesma Lei. A dubiedade dos incisos causou dúvidas a respeito dos limites conceituais que impactam diretamente a formação e o exercício profissional.

Explana-se as atribuições privativas do/a assistente social, conforme o Artigo 5º da Lei de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993a):

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
 VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
 VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
 IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
 X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;
 XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
 XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
 XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional (BRASIL, 1993a).

Observa-se que os incisos II, III e VIII e XI do Art. 4º, que tratam das competências são, de fato, atribuições privativas do/a assistente social, porque apresentam competências que também estão previstas no art. 5º na referida Lei concernente às atribuições privativas. Esta constatação dificultava o trabalho dos órgãos fiscalizadores da profissão, desta forma, fez-se necessário um processo denso de reflexão, interpretação e alinhamento jurídico acerca destes conceitos.

Portanto, no Parecer Jurídico nº 27 de 1998 (BRASIL, 1998) diferencia-se as atribuições referentes às funções privativas do/a assistente social, isto é, suas prerrogativas exclusivas, enquanto as competências expressam a capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais (CFESS, 2012). O legislador distinguiu as competências genéricas, contidas no artigo 4º, que poderiam ser executadas por qualquer profissional, das privativas, designadas como atribuição do/a assistente social, conforme artigo 5º.

Conforme a visão de Terra (1998), as competências são qualificações profissionais para prestar serviços que a Lei reconhece, independentemente de serem, também, atribuídas a profissionais de outras categorias. É habilidade e aptidão para resolver determinada questão. As atribuições privativas também são competências, porém exclusivas, decorrentes, especificamente, da formação profissional.

Os espaços sócio-ocupacionais em que os/as assistentes sociais inserem-se não são exclusivos desta profissão, são espaços compartilhados com outros/as profissionais de especificidades diversas e interesses antagônicos. Desta forma, o/a assistente social precisa ter clareza de suas competências, atribuições privativas e funções para posicionar-se diante das adversidades que perpassam os campos de trabalho.

No documento instituído pelo Conselho Federal do Serviço Social sobre as

atribuições privativas do/a assistente social em questão (CFESS, 2012), dialoga-se sobre as especificidades das atribuições privativas e das competências profissionais, consta a seguinte consideração:

Sabemos que o Serviço Social, historicamente, atua nas múltiplas refrações da questão social, conformadas na ordem social contemporânea e seus procedimentos técnicos são instrumentais vinculados a uma intencionalidade, que extrapola a requisição institucional, cuja demanda nos é colocada sem lapidação teórica e ético-política. Só a competência do(a) profissional, pelo conhecimento teórico-político é capaz de decifrar seu significado (CFESS, 2012, p.30).

A partir desta consideração destaca-se a importância de o/a profissional direcionar a sua atuação de acordo com as competências profissionais que estão embasada no conhecimento teórico-político. A capacidade de análise crítica permite que o/a profissional decifre seu objeto de trabalho e utilize os instrumentos técnico-operativos necessários para a sua intervenção profissional, alinhado ao direcionamento do Projeto Ético Político Profissional.

Desta forma, pretende-se decifrar as competências necessárias e desenvolvidas pelos/as assistentes sociais no âmbito empresarial, dialogando com um dos objetivos específicos deste estudo. Neste sentido, enfatiza-se os dados empíricos que evidenciam como as competências aparecem no trabalho profissional. Conforme relato:

AS6: *O assistente social tem uma visão da questão de direito, o que é para mim é para o outro, independente desse nível hierárquico, né? Ela está sempre buscando garantir que você concedeu esse benefício, o quanto aquilo impacta na vida daquela pessoa, né? Então, dentro de benefícios, **nós assessoramos também à empresa no estudo, na análise, na política, na criação da política daquele benefício. A partir da necessidade identificada nos plantões de atendimento, eu trago essa necessidade para as políticas, eu transformo em política dentro da organização [...]** (ENTREVISTA 6, 2022).*

Observa-se que o trabalho do/a assistente social está relacionado ao inciso I do artigo 4º da Lei de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993a), na qual preconiza a elaboração, implementação, execução e avaliação das políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares. O/a assistente social atua na identificação das expressões da questão social que se materializa como demanda para a empresa e, conseqüentemente, contribui em todo o processo de planejamento, implementação e execução de uma política social na organização empresarial. E conforme AS6 avalia o quanto esse benefício impacta na vida das pessoas contempladas por essa política social.

O/a assistente social tem papel fundamental na orientação de indivíduos e grupos

de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso deles no atendimento e na defesa dos direitos, conforme inciso V das competências profissionais. Segue relato para ilustrar:

AS4: [...] a gente conseguiu colocar cadeirantes e aí na primeira semana de aula, o cadeirante não entra na sala de aula porque a porta não comporta. Aí, lá vai a AS4 “onde nós vamos colocar?” [...] Aí entra a segunda coisa que é “gente, a nossa acessibilidade arquitetônica é incompatível com o público”. “As pessoas já estão aqui, nós vamos mandar embora? Não! O que a gente vai fazer? Reformar!”. Investimentos que iria para a pintura, vai para a reforma, segundo as normas técnicas. **O conhecimento da legislação que a gente tem como assistente social.** Eu digo: “gente, se nos denunciarem tem as multas, arrumem o quanto antes, isso aqui vai dar um rolo”. Aí vão rapidinho lá. **Então, a gente usa algumas estratégias para chegar aonde a gente quer chegar.** [...] **Então seria um projeto simples de educação na área da tecnologia, torna-se um projeto de impacto social quando a gente define que não é para qualquer pessoa, são para pessoas de comunidades, pessoas em situação de vulnerabilidade.** (ENTREVISTA 4, 2021).

Analisa-se que o/a profissional está apropriado/a da legislação prevista para as pessoas com deficiência ao argumentar sobre a falta de acessibilidade do local e a necessidade de reformar o espaço para receber uma pessoa cadeirante, o que reforça a utilização dos recursos da instituição para defender os direitos das pessoas com deficiência. Direcionar recursos financeiros para a garantia de direitos humanos e sociais faz-se necessário e revela uma competência estratégica do/a assistente social. Esse relato traduz a importância do Serviço Social no âmbito empresarial e as infinitas possibilidades que as competências trazem no exercício da profissão.

Nas empresas, o/a assistente social ocupa a função de orientar os indivíduos e grupos em relação a diversos direitos sociais. Conforme relato:

AS5: Nós somos o profissional que acontece um falecimento, é coroa, **informa sobre o velório, vai falar sobre o seguro de vida, rescisão, previdência privada, pensão via INSS.** Então, assim, a gente tem um conhecimento muito amplo que vai dar todo aquele suporte naquele momento (ENTREVISTA 5, 2021).

Destaca-se a importância deste acolhimento e orientação nos casos de falecimento do/a trabalhador/a, onde a família encontra-se em situação de vulnerabilidade, muitas vezes sem saber por onde começar a encaminhar todas as questões relacionadas ao óbito. Por isso, a apropriação teórica e jurídica acerca das políticas sociais no âmbito privado e público faz-se estritamente necessário. Através deste conhecimento, o/a profissional vai fundamentar sua intervenção junto aos usuários dos seus atendimentos, na perspectiva de viabilizar os direitos sociais.

Cabe registrar que as competências profissionais intercruzam-se no trabalho do/a assistente social. O relato a seguir pode ser relacionado com o inciso V, mas também com o inciso VII, na qual faz referência ao planejamento, execução e avaliação de pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais.

AS5: *Em outra empresa que eu trabalhei, eu fui fazer uma pesquisa e maior parte dos funcionários, que ficaram afastados anos, era por acidente de moto. Daí eu fui pesquisar no mercado e descobri que a empresa que eu trabalho hoje, oferece curso de direção defensiva básica para motociclistas. É muito legal, o funcionário recebe o meio período de aula teórica e à tarde eles têm o centro de treinamento, que tem as pistas, então o funcionário pega a moto e tudo aquilo que ele aprendeu lá, ele vai atuar [...] Então eu estou falando de uma questão que eu acho super importante, porque tem a ver com acidente e a qualidade de vida (ENTREVISTA 5, 2021).*

Neste relato observa-se a identificação da demanda através de pesquisa desenvolvida pelo/a assistente social com o objetivo de contribuir para a realidade daqueles/as trabalhadores/as que estavam acidentando-se de moto. E observa-se que, estrategicamente, é uma forma de utilizar os recursos da empresa para contribuir na prevenção de acidentes.

Neste caso, cabe ressaltar o caráter contraditório que perpassa as relações de trabalho no âmbito empresarial. Pode-se relacionar o trabalho profissional do/a assistente social através do viés capitalista, na medida que evita-se os acidentes de moto, previne-se o afastamento destes funcionários e, conseqüentemente, aumenta-se a produtividade no âmbito do trabalho. Nesta análise, pode-se mensurar que o trabalho profissional contribui para a exploração do/a trabalhador/a, na ordem do capital.

Não pretende-se reduzir os interesses antagônicos que perpassam este trabalho, mas pretende-se reforçar a importância do/a assistente social na defesa dos direitos humanos e sociais dos/as trabalhadores/as. Compreende-se que este/a profissional tem um papel fundamental na valorização da vida, contribuindo para melhores condições de vida e trabalho das pessoas. Desta forma, enfatiza-se a importância do caráter investigativo da profissão, onde o/a profissional desbrava as demandas e encontra as possibilidades de mediação na perspectiva da saúde e qualidade de vida.

A competência prevista no inciso VIII do artigo 4º da Lei da Profissão prevê a prestação de assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II: elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil. O trabalho de

assessoria e consultoria apresenta-se como um nicho de atuação para o/a assistente social.

Cabe destacar que esta foi uma competência que emergiu dos dados empíricos da pesquisa, sendo necessário contemplar brevemente esse tema. Alguns/algumas profissionais atuam nas empresas contribuindo com os processos de assessoria e consultoria no âmbito do Serviço Social, como revela o relato do/a AS4:

AS4: [...] Assessorar as organizações em várias frentes. *A frente mais atual, digamos assim, se refere às políticas de inclusão e diversidade, é uma pauta recente, começou há uns 2 anos e no último ano, realmente a coisa decolou. As empresas estão muito sensibilizadas com essa pauta da diversidade. E, ao mesmo tempo, elas não sabem como trabalhar com essas questões, né? Acho que aqui tem uma demanda de abordar essa pauta. [...] Mas tem um espaço ainda significativo das empresas demandando esse trabalho de responsabilidade social das empresas, principalmente de investimento social privado, né? Elas querem alocar recursos para ajudar a desenvolver as comunidades onde estão [...]* (ENTREVISTA 4, 2021).

Analisa-se a identificação de demandas relacionadas as expressões da questão social, na qual este/a profissional possui competência para assessorar as organizações empresariais na elaboração, coordenação, execução e avaliação de planos, programas e projetos relacionados ao seu objeto de intervenção. O Serviço Social, enquanto área do conhecimento, deve estar atento as múltiplas possibilidades da assessoria e consultoria, esta competência relaciona-se aos novos formatos do mundo do trabalho. Sabe-se que são condições e relações de trabalho desafiadoras ao/à assistente social, mas, por outro lado, são possibilidades de atuação no cenário contemporâneo, que trazem formas concretas de intervenção nas expressões da questão social.

Além das competências que estão em consonância com a área de Serviço Social, desvenda-se as funções que são exigidas e exercidas por este/a profissional no âmbito empresarial, dialogando com os objetivos deste estudo. Considera-se que a função deste/a profissional nos múltiplos espaços de trabalho pode variar de acordo com as expressões da questão social que manifestam-se no espaço sócio-ocupacional, atividades atribuídas a este/a trabalhador/a e as possibilidades de intervenção, considerando os interesses antagônicos que perpassam as relações e condições de trabalho.

Para o/a AS5, a principal função do Serviço Social na empresa está relacionada a promoção de qualidade de vida para o/a trabalhador/a, conforme relato:

AS5: [...] *o assistente social dentro de empresa, eu vejo que a principal função*

é fazer com que o funcionário trabalhe com qualidade de vida. Ele tenha qualidade de vida enquanto está trabalhando, se tem alguma coisa atrapalhando isso, **a gente não tem a solução para todos os problemas, mas a gente vai falar “olha, aqui internamente tem esse recurso, você sabia?”** (ENTREVISTA 5, 2021).

Analisa-se o relato do/a profissional e retoma-se o viés contraditório do trabalho neste campo. Compreende-se que a promoção da qualidade de vida na sua totalidade torna-se inviável no contexto capitalista, estruturado pela exploração da classe trabalhadora.

No entanto, analisa-se que ao referir que a função do/a assistente social é “fazer com que o funcionário trabalhe com qualidade de vida”, pode-se relacionar à mediação através dos recursos possíveis, nos limites do capital, para contribuir na redução das expressões da questão social que impactam a qualidade de vida do/a trabalhador/a. O/a própria profissional faz uma reflexão crítica, dizendo que não tem solução para todos os problemas, mas existem possibilidades de mediação e intervenção nas questões que perpassam a vida do/a trabalhador/a. Importante ressaltar a redução de danos na vida do/a trabalhador/a e as possibilidades de promoção de saúde e qualidade de vida, temas que posteriormente serão retomados na perspectiva de garantia de direitos.

O Serviço Social faz a mediação entre a classe trabalhadora e a organização empresarial. Este/a profissional identifica as expressões da questão social e sensibiliza a empresa para ampliar e fortalecer ações e serviços que contemplam as demandas inerentes a realidade social. Conforme explica o/a AS4 sobre a função do/a assistente social na empresa:

AS4: De um lado é ajudar a organização a fazer uma leitura da realidade social, né? Em outras palavras, é traduzir a questão social para essas organizações, seja no trabalho, por exemplo, eu quero desenvolver o trabalho de responsabilidade social, então, vamos entender primeiro o que para vocês é responsabilidade social? Como é que vocês estão enxergando essas necessidades, demandas que se apresentam para vocês e o que vocês querem construir como respostas, que respostas são essas, que explicações que vocês dão para essas demandas? [...] (ENTREVISTA 4, 2021)

Identifica-se a importância de compreender qual é a visão dos/as integrantes da empresa sobre determinado conceito, como o exemplo utilizado da responsabilidade social. Investiga-se qual é o conhecimento, percepção e objeção com determinada atividade. A partir desta identificação, o/a AS4 consegue utilizar-se dos instrumentos da profissão para realizar uma intervenção prática-reflexiva com a própria equipe de trabalho para, posteriormente, seguir o planejamento coletivo de determinado projeto.

Cabe destacar que existem as funções que são atribuídas ao Serviço Social em diversos espaços sócio-ocupacionais e que precisam ser desconstruídas pois não fazem parte das especificidades de trabalho desta profissão. Conforme elucida o/a AS5:

AS5: [...] eu lembro que quando eu cheguei na empresa anterior, tinha aqueles projetos de arrecadar alimentos, arrecadar roupas e ficava com outra área e, uma vez, uma pessoa de relações trabalhistas, falou “AS5, mas isso não é social?”, eu falei “Não. Pode ser, mas não precisa ser, porque isso qualquer um faz”.

É você também levantar essas questões para a pessoa ver que eu sou um profissional especializado, eu posso fazer uma atividade burocrática, posso cuidar de benefício, eu posso cuidar da doação, não tem problema nenhum, mas se não ficar comigo, está tudo certo também, né? Essa que é a grande questão (ENTREVISTA 5, 2021).

Neste relato observa-se uma situação que historicamente acompanha a profissão que está atrelada ao assistencialismo, na qual, se institui ao/à assistente social a função de arrecadação de alimentos, roupas e outros mantimentos para distribuir para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Embora seja um debate antigo, ainda faz-se presente na atualidade.

Neste caso, observa-se que o/a assistente social informa que esta não é uma função específica do Serviço Social, mas que qualquer pessoa pode realizar. Sabe-se da importância das campanhas de arrecadação de alimentos e agasalhos para população em extrema situação de vulnerabilidade social.

Desta forma, não pretende-se julgar os/as profissionais que desenvolvem essa atividade em seus espaços de trabalho, mas promover uma reflexão crítica a cerca deste processo. Compreende-se o contexto de escassez de recursos humanos nos ambientes de trabalho faz com que essa atividade seja atribuída ao Serviço Social. No entanto, faz-se importante que o/a profissional avalie se há outras pessoas na equipe que possam contribuir com a coleta de doações, até mesmo para dedicar seu tempo nas funções, atribuições e competências específicas do/a assistente social.

Contudo, neste capítulo destacou-se o debate teórico acerca das competências e atribuições privativas do/a assistente social. Analisa-se que o trabalho encontra-se em consonância com as competências profissionais resguardadas na Lei que regulamenta a profissão. Na análise dos dados observou-se as competências desenvolvidas através da elaboração, implementação, execução e avaliação das políticas sociais. Observou-se que estes/as profissionais trabalham no planejamento, execução e avaliação de pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar

ações profissionais. Destacou-se a importância da orientação de indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais.

Ressalta-se, ainda, a competência deste/a profissional para prestar assessoria e consultoria nas organizações empresariais através da elaboração, coordenação, execução e avaliação de planos, programas e projetos relacionados ao seu objeto de intervenção. E pode-se refletir sobre o viés contraditório que atravessa o trabalho do/a assistente social neste espaço sócio-ocupacional.

Em relação a função desempenhada pelo/a assistente social na empresa, identifica-se a atuação na promoção da qualidade de vida dos/as trabalhadores/as. Observa-se que ocupa a função de traduzir as expressões da questão social para outras áreas profissionais na empresa e coletivamente construir estratégias de intervenção. E, por fim, desvendam-se as funções atribuídas ao Serviço Social no viés assistencialista e que precisam ser desconstruídas nestes espaços sócio-ocupacionais, desafiando o/a trabalhador/a a se posicionar perante a instituição e a equipe de trabalho.

Sendo assim, evidenciam-se nos dados do estudo as competências e funções necessárias e desenvolvidas pelos/as assistentes sociais no âmbito empresarial. Bem como, o quanto o trabalho deste/a profissional contribui no acesso e na garantia de direitos da população atendida.

3.2 AS DEMANDAS E AS ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA PERSPECTIVA DA GARANTIA DE DIREITOS

As demandas e as estratégias de intervenção apresentam elementos fundamentais para a constituição de parâmetros para a atuação do/a assistente social na empresa em consonância com o Projeto Ético-Político Profissional (PEP). Por isso, através dos dados deste estudo analisa-se as demandas e as intervenções do/a assistente social com o objetivo de viabilizar a garantia de direitos dos usuários no âmbito empresarial.

Inicia-se esse capítulo dialogando sobre a concepção de demandas para o Serviço Social. No sentido etimológico, demanda significa procura. Considera-se ação, ato ou efeito de buscar. Desvelar as demandas coloca-se como “condição para apreender as mediações que vinculam as reais necessidades dos processos sociais da sociedade burguesa” (MOTA; AMARAL, 1998, p.26).

Nos espaços de trabalho do/a assistente social são múltiplas as demandas que

apresentam-se para esta profissão:

a) diferentes tipos de demandas, a depender da região, subpolítica, do programa, da instituição/unidade, do campo/área, etc.); b) demandas espontâneas (especialmente na política e nos equipamentos da Assistência); c) demandas imediatas; d) demandas “indevidas” (formulação pouco clara); e) demandas secundárias; f) demandas reprimidas (GUERRA et al., 2016, p. 07).

Os elementos que caracterizam as demandas dos/as assistentes sociais são importantes para decifrar as demandas sociais. Cabe ressaltar que “as demandas sociais são produzidas por necessidades sociais que plasmam o processo de reprodução social da sociedade capitalista, historicamente colocadas por interesses antagônicos das classes sociais” (GUERRA et al., 2016, p. 07).

Compreende-se que as demandas sociais encontram-se intrinsecamente relacionadas ao objeto de trabalho do/a assistente social, que apresenta-se nas expressões da questão social, mediante as contradições entre capital e trabalho na sociedade capitalista. Desta forma, faz-se necessário apresentar como aparecem as expressões da questão social no campo empresarial e as estratégias de intervenção do/a assistente social diante do seu objeto de trabalho.

A questão social é oriunda do modo de produção capitalista, acentuada pela relação entre capital e trabalho. Definir a questão social, nas palavras de Netto (2001, p.45-46), é compreender que ela

[...] está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração. A exploração, todavia, apenas remete à determinação molecular da ‘questão social’, na sua integralidade, longe de qualquer uncausalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais etc.

A questão social está relacionada com a forma que a sociedade capitalista produz e reproduz as relações. As mudanças ocorridas no contexto histórico, político, econômico e cultural impactam nas expressões da questão social, que tem no seu cerne a relação entre capital e trabalho.

A “matéria-prima de trabalho do Serviço Social são as diversas expressões da questão social” (IAMAMOTO, 1999, p. 100), advindas das desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais, impostas pelo modo de produção capitalista.

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista (...). Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana –

o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (...) expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características ético-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (...) Esse processo é denso de conformismos e resistências, forjados ante as desigualdades, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Nesta perspectiva, compreende-se as expressões da questão social neste movimento entre conformismo e resistência. Sendo assim, manifesta-se como objeto oriundo da sociedade capitalista e expressa-se nos movimentos de desigualdades sociais vivenciados na sociedade. Conforme Iamamoto (2001), as expressões da questão social também encontram-se nos movimentos de resistências e lutas pela garantia de direitos.

No Serviço Social tem-se a “questão social como elemento central entre a profissão e a realidade” (YAZBEK, 2001, p. 33). O/a assistente social nos diversos espaços sócio-ocupacionais, inclusive nas empresas, realiza intervenções na perspectiva de enfrentar as expressões da questão social que perpassam as diversas relações sociais e humanas nos múltiplos espaços de trabalho.

Nas empresas, as expressões da questão social apresentam-se das mais variadas formas como demanda para o Serviço Social, entre elas, através da exclusão social, pobreza, violência, doença, falta de condições habitacionais, educacionais, emprego e renda, dentre outras vulnerabilidades que perpassam o ambiente organizacional. Segue relato para elucidar as múltiplas expressões da questão social:

AS3: não é porque está na empresa que acha que é todo mundo é rico, a gente tem colaboradores muito simples, com famílias muito simples também, sem suporte familiar. *Eu tive um caso de um colaborador que ele não tinha suporte familiar, e ele era HIV positivo, além de tudo, ele tinha a questão da saúde mental bem latente, depressão misto com ansiedade, ação suicida, era muito crítico, então é fazer o manejo, né? Encaminhar, reforçar todo o atendimento a conduta médica (ENTREVISTA 3, 2021).*

O relato elucidado para as múltiplas demandas relacionadas as expressões da questão social que perpassam o ambiente organizacional. Observa-se as vulnerabilidades relacionadas a renda, saúde, rede de apoio, dentre outras questões vivenciadas pelas pessoas e que manifestam-se do ambiente empresarial. Fatores como a falta de acesso a bens materiais, emprego, serviços de saúde, habitação adequada e recursos colocam-se enquanto violações de direitos. O/a assistente social informa que o/a trabalhador/a não possui suporte familiar para enfrentar a situação de doença, o que

pode acentuar o adoecimento emocional e dificultar a adesão ao tratamento em saúde. A respeito desta situação, cabe destacar que na sociedade em que vivemos, o HIV/AIDS ainda é uma doença estigmatizada, na qual, expõe a pessoa a riscos que se relacionam com as dimensões da vulnerabilidade, sendo destacadas por Ayres, Paiva e Jr. (2012a) como vulnerabilidades individuais, sociais ou programáticas.

A vulnerabilidade individual evidencia e aborda valores, crenças, credos, desejos, conhecimentos, atitudes, comportamentos, relações familiares, relações de amizade, relações profissionais, situação psicoemocional, situação física, redes e suportes sociais de cada sujeito (AYRES, et al. 2012b). Está intrinsecamente relacionada as redes e suportes sociais que cada sujeito dispõe para lidar com situações que aparecem ao longo da vida.

Para Ayres, et al., 2012b a vulnerabilidade social está ligada ao emprego/trabalho, compreendida como a relação do sujeito com o contexto social, as referências culturais, relações de gênero, raça/etnia, relações entre gerações, normas e crenças religiosas, o estigma e a discriminação, o emprego, salários, suporte social, entre outros (AYRES, et al., 2012b). Nesta perspectiva, relaciona-se ao vínculo empregatício do/a trabalhador/a, suporte social, normas e crenças.

Ayres, et al (2012b) relaciona a vulnerabilidade programática aos serviços de saúde, mencionando que esta dimensão encontra-se relacionada com recursos humanos e materiais para as políticas, articulação multissetorial das ações, atividades intersetoriais, qualidade dos serviços, equipes multidisciplinares, enfoques interdisciplinares, preparo tecnocientífico dos/as profissionais e equipes, compromisso e responsabilidade dos/as profissionais, respeito, proteção e promoção de direitos humanos (AYRES, et al. 2012b).

Por isso, faz-se extremamente importante a intervenção do/a assistente social nas expressões da questão social que perpassam o campo empresarial. O acolhimento e a identificação da demanda, seguidos do acompanhamento e encaminhamento destas situações contribui para minimizar a exposição dos sujeitos a vulnerabilidade programática, bem como garantir os direitos humanos e sociais.

Cabe destacar que qualquer ser humano pode se encontrar em situação de vulnerabilidade e esses aspectos colocam-se como demanda de trabalho para o/a assistente social no campo empresarial. Conforme evidencia o/a AS15:

AS15: Quando que um funcionário de uma empresa se encontra em situação de vulnerabilidade? Qualquer um de nós pode se encontrar nesse

momento.

Seja por um problema financeiro, seja por um problema de saúde, seja por luto, seja por qualquer um dos aspectos. E esse momento é que o assistente social vai atuar, seja na política pública, seja na nos benefícios que a empresa oferece. Então quando eu vou explicar para alguém sobre o Serviço Social, eu uso essa questão da vulnerabilidade onde todos nós somos e estamos passíveis de nos encontrar. E aí o Serviço Social vai atuar nessa parte para a auxiliar nessa questão do desenvolvimento pessoal, profissional, familiar e fazer essa ponte entre o que a empresa oferece, o que a sociedade oferece, o que essa pessoa pode fazer para ampliar o conhecimento dela, a ação, a atuação, enfim, todas as formas possíveis (GRUPO FOCAL, 2022).

A partir deste relato observa-se o quanto o ser humano está sujeito a condição de vulnerabilidade, qualquer pessoa está passível de encontrar-se nas múltiplas dimensões da vulnerabilidade, seja por uma situação aguda ou crônica. Na análise deste material, ressalta-se que ao apresentar a demanda, o/a profissional aponta para as estratégias de intervenção na perspectiva da garantia de direitos das pessoas atendidas, interligando as etapas destes processos de trabalho.

As dimensões da vulnerabilidade inter cruzam-se com as múltiplas formas de violências vivenciadas pela população, como pano de fundo destas violações encontra-se a violência estrutural. Esta “se manifesta na desigualdade, na exploração, nas relações de poder, na precariedade das condições do capitalismo moderno, articulando-se com as formas particulares de violência” (PEDERSEN, GROSSI, 2011, p.29). Compreende-se a violência estrutural como um fenômeno inerente a sociedade capitalista, onde se expressam as desigualdades sociais.

A violência estrutural intensifica as demais formas de violências, tendo em vista, que está presente na sociedade contemporânea e na (re)produção das relações sociais. Não se pretende com isso desconsiderar fatores individuais que geram as violências, entretanto, compreende-se que o sujeito “violento”, já teve seus direitos violados seja pela falta de acesso à saúde, educação, trabalho, entre outros direitos fundamentais para sua sobrevivência, seja por outras formas de violências (CAVALLI, 2009).

Com isso, considera-se que a violência se reproduz de diversas formas, sendo perpetuada por múltiplos atores e instituições. Como exemplo destas violências, destaca-se o assédio moral. Esta violência coloca-se como objeto de trabalho do/a assistente social na empresa. Conforme relato a seguir:

AS5: Teve uma funcionária que ela colocou uma foto de biquíni no perfil dela do Instagram e foi um auê na fábrica e a minha gerente de RH falou assim “AS5, chama ela por causa dessa auê, e onde já se viu ela colocar.” Porque era uma foto bem sensual, daí eu falei assim “Chefe, mas é um direito dela, não tem nada a ver com a empresa, isso é assédio, a gente falar para

ela que ela não deve colocar, é um assédio.” Na cabeça dela não, ela não concordou. Menina, eu chamei a funcionária, mas eu não falei nada disso, eu conversei com ela sobre o assunto, mas de forma bem tranquila. Falei para ela “olha, eu não sei se você tem conhecimento, mas chegou até o RH a sua foto, mas eu queria te dizer que você tem todo o direito, tá? você pode deixar a foto lá, não tem problema nenhum, mas eu me senti no dever de falar para você. Você estava sabendo disso?”, ela falou “não, eu não estava sabendo.” Mas eu falei “acontece, está tudo bem. **Existe todo o machismo aí por trás, por isso que dá esse auê**”. (ENTREVISTA 5, 2021).

Trata-se de um caso de assédio moral, na qual, o/a gerente de RH solicita a intervenção do/a assistente social para “resolver” a situação. Cabe destacar a apropriação teórica do/a profissional ao denominar esses mecanismos de coerção e controle de assédio moral. Embora seja direcionado a um/a trabalhador específico/a, o assédio repercute sobre o coletivo (ANTUNES; PRAUN, 2015). Normalmente é personificado na figura de um/a chefe, supervisor/a ou outro/a profissional com relação de poder, mas encontra-se em consonância com o conjunto de diretrizes que ordenam o trabalho coletivo na empresa (BARRETO; HELOANI, 2013.; GAULEJAC, 2007).

A partir desta definição, observa-se que o assédio perpassa o conjunto de diretrizes da empresa e atravessa-se no trabalho do/a assistente social, pois além do/a gerente de RH vigiar e definir o que o/a trabalhador/a posta nas suas redes sociais, ele/a solicita que o/a assistente social converse com o/a funcionário/a, atribuindo uma função que não condiz aos valores e princípios desta profissão. Analisa-se que o assédio perpassa a própria relação de trabalho do/a assistente social nesta empresa, sendo necessário o posicionamento ético-político do profissional.

Esta situação também pode ser relacionada a violência institucional, trata-se daquela “que se realiza dentro das instituições, sobretudo por meio de suas regras, normas de funcionamento e relações burocráticas e políticas, reproduzindo as estruturas sociais injustas” (SANTOS et al, 2011, p. 03). A violência institucional relaciona-se com a repressão e o poder das instituições ao promover situações injustas e que violam direitos sejam dos/as trabalhadores/as ou usuários/as dos serviços. A própria norma pode legitimar e promover a violência institucional, quando construída e/ou usada de maneira injusta ou de modo a perpetuar formas de injustiça (BLASCO, 1992).

Por isso, faz-se necessário que o/a profissional do Serviço Social esteja apropriado da legislação que preconizam os direitos sociais e dos instrumentos e técnicas de trabalho para efetivar a sua intervenção profissional. Nos diferentes espaços sócio-ocupacionais desvenda-se as estratégias para a intervenção profissional.

A abordagem da intervenção profissional depende dos diversos indicadores que compõem a dimensão técnico-operativa da profissão. Conforme destacado por Mioto e Lima (2009, p.29):

Nos campos da produção bibliográfica e do exercício profissional, observa-se que a abordagem da intervenção profissional realiza-se pelos diferentes sujeitos a partir dos indicadores: (a) dos espaços sócio-ocupacionais que se diferenciam pela natureza de ser público ou privado, até as próprias instituições (judiciárias, hospitalares, de creches); (b) das funções tradicionalmente desempenhadas pelos Assistentes Sociais, parecer social, plantão social, levantamento sócio econômico; (c) da análise de ações que estão sendo realizadas em áreas de inserção do Serviço Social; (d) das diferentes políticas sociais (saúde, habitação, assistência social); (e) da população alvo da atenção do Assistente Social, como idoso, mulheres, crianças, adolescentes. No campo do exercício profissional, além dos indicadores destacados, encontramos outro: a definição do exercício a partir dos instrumentos técnico-operativos, destacados como entrevistas, relatórios, encaminhamentos, visitas domiciliares. (MIOTO; LIMA, 2002, p.29).

A intervenção profissional deve ser pautada através dos espaço sócio-ocupacional, das funções desempenhadas por este/a profissional no local, da população atendida, da análise da conjuntura política e econômica e dos instrumentos técnicos-operativos que vão consolidar a intervenção do/a assistente social. A análise crítica a respeito destes elementos contribui para a efetiva realização do exercício profissional.

A utilização dos instrumentos e técnicas de trabalho do/a assistente social são essenciais para os processos interventivos de trabalho no âmbito empresarial. As demandas são desvendadas através do acolhimento e da escuta sensível do/a assistente social, faz-se necessário compreender tudo aquilo que é trazido pelas pessoas, expressões da vida concreta, que relacionam-se com o contexto social, econômico, cultural e individual. Os instrumentos contribuem para a compreensão dos sujeitos na sua totalidade, “com uma história atravessada por diversas dimensões da realidade social e subjetiva de cada um” (FERNANDES, 2005, p.17).

Será necessária uma grande perspicácia para compreender que as ideias, as concepções e as noções dos homens, numa palavra, a sua consciência, mudam de acordo com qualquer modificação registrada nas suas condições de vida, nas suas relações sociais, na sua existência social (MARX, 1979, p. 12).

Como sugere Marx, faz-se necessário compreender as condições de vida, as necessidades humanas que expressam-se na realidade social. Compreender a relação das demandas não como uma necessidade individual, mas como uma expressão coletiva, que perpetua-se em um contexto histórico e social permeado por desigualdades.

Cabe destacar que o/a assistente social possui papel extremamente importante no acolhimento dos/as trabalhadores/as no ambiente empresarial e na mediação através das estratégias de intervenção profissional. Os instrumentos e técnicas são essenciais para a identificação da demanda, bem como seu encaminhamento. Conforme relato abaixo:

AS5: *Na empresa, uma funcionária que falou assim “tenho um problema com a minha mãe, ela mora sozinha, ela não tem contribuição”, eu falei assim “mas que idade que ela tem?” Ela tinha 67, eu falei “ela mora sozinha? E o BPC?”, “O que é isso, AS5? Eu falei há 2 anos que ela poderia estar recebendo o BPC. Está vendo, são detalhes que a pessoa nunca ouviu falar. Ela deu entrada e, obviamente, não tinha muito o que discutir, a mulher mora sozinha, 67 anos, começou a receber. (ENTREVISTA 5, 2021).*

Faz-se importante mapear as necessidades daquela pessoa e sua família. A partir desta identificação, o/a profissional constrói estratégias de intervenção. No caso citado, o/a assistente social conduziu o processo de informação e orientação do benefício social, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) previsto na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (BRASIL, 1993c). Esta lei se materializa através da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no ano de 2004, que propõe a assistência social como direito através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (BRASIL, 2004), instituído pelas Normas Operacionais Básicas (NOB/SUAS) (BRASIL, 2005). Para Couto e Silva (2009, p. 32) trata-se de um “sistema público não contributivo, descentralizado e participativo [...]”. A proteção social de assistência social

Se ocupa das vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão, a cidadã e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana” (BRASIL, 2005, p.16).

Desta forma, a proteção social dá-se através do acesso a bens materiais e sociais. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) visa prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial para famílias, indivíduos e grupos que dela necessitarem, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais em áreas urbana e rural. Desta forma, o acesso da população ocorre através de uma rede constituída de serviços, ações e benefícios, organizados por níveis de complexidade: proteção social básica e especial.

Na perspectiva de construir estratégias de enfrentamento para as demandas que apresentam-se ao Serviço Social, faz-se estritamente necessário compreender as políticas públicas e sociais necessárias no trabalho do/a assistente social na empresa. Este trabalho acontece através da intersecção entre os setores públicos e privados na busca pela garantia de direitos sociais.

Conforme o artigo 6º da Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. Uma série de políticas sociais e públicas, poder público, privado e demais atores da sociedade contribuem para a efetivação destes direitos na vida da população. O/a assistente social constitui-se enquanto um importante profissional que atua nessa mediação para que os direitos efetivem-se a classe trabalhadora.

Os dados empíricos desta pesquisa demonstram que os/as assistentes sociais das empresas ocupam a função de trabalhar na perspectiva de viabilizar o direito à saúde do/a trabalhador/a. Atualmente a saúde é compreendida como direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visam à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988), através da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), determinada pela Constituição Federal de 1988.

É importante resgatar que, antes da implantação do SUS, só tinha direito à saúde quem contribuía com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o restante da população dependia do atendimento de instituições filantrópicas. A Reforma Sanitária foi um marco histórico na Política de Saúde do Brasil, rompeu-se com os critérios de contribuição para acessar os serviços de saúde e definiu-se o acesso universal aos serviços de saúde. Altera-se a concepção de saúde e doença.

Desta forma, considera-se os determinantes e condicionantes à saúde o acesso a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais à vida (BRASIL, 1990). Compreende-se o sujeito na sua integralidade, entendendo a saúde para além da ausência de doença, mas considerando que o cidadão deve ter acesso e garantia de direitos essenciais à vida, inclusive no âmbito empresarial.

No entanto, atuar na perspectiva da saúde do/a trabalhador/a no âmbito empresarial torna-se complexo. Mendes e Wünsch (2011, p. 464) referem que a “denominação saúde do trabalhador carrega em si as contradições engendradas na relação capital e trabalho e no reconhecimento do trabalhador como sujeito político”. Esta concepção encontra-se indissociável as metamorfoses do trabalho e as respostas políticas, econômicas e sociais na vida do/a trabalhador/a. Em consonância com essa reflexão a respeito do trabalho, as autoras complementam:

A centralidade do trabalho nas vidas das pessoas é repleta de antagonismos e contradições, pois ao mesmo tempo em que é propiciador de qualidade de vida, de satisfação das necessidades básicas, pode também representar o seu anverso, devido às condições destrutivas da organização trabalho na lógica do capital, que pode determinar a produção de doenças e mortes (MENDES; WÜNSCH, 2011, p. 464)

A análise crítica a respeito da complexidade do mundo do trabalho e dos processos de saúde-doença que perpassam esse campo faz-se essencial para o exercício profissional do/a assistente social que atua nesta área no âmbito das organizações empresariais. A promoção da qualidade de vida dos/as trabalhadores/as faz-se presente nos relatos dos/as assistentes sociais.

AS5: *Sempre que eu falo do Serviço Social organizacional, eu falo uma seguinte frase: “**nós queremos que os colaboradores trabalhem com qualidade de vida**”.*

*E se ele tem alguma interferência, seja interna ou externa, que esteja atrapalhando isso. **Nós estaremos lá para orientá-lo através das políticas internas ou através dos recursos da comunidade** (ENTREVISTA, 2021).*

AS16: *[...] a colega falou da questão do bem-estar. Eu enquanto trabalhadora na área da saúde, o que eu sempre converso com eles em atendimento é **a gente está aqui para contribuir para a sua saúde**. Não adianta você estar aqui na empresa sem saúde, porque você não vai estar bem para a sua família, não é? O que importa para a gente é que você esteja 100%, né? **Então é no sentido de colaborar para que ele possa estar com qualidade de vida. E que eu possa contribuir para eles no bem-estar** (GRUPO FOCAL, 2022).*

Destaca-se que a intervenção do/a assistente social nas empresas está voltada para a promoção da qualidade de vida e bem-estar do/a trabalhador/a, na qual analisa-se uma intervenção importante pois dialoga com os princípios que visam a garantia de direitos da população. No entanto, conforme explica Mendes e Wünsch (2011) na lógica do capital isso pode produzir doenças e mortes. Além da compreensão contraditória do/a AS16 quando se refere que o/a trabalhador/a deve estar 100%, analisa-se que a sociedade regida pelo capital impõe limites que não permitem que o/a trabalhador/a

tenha seus direitos sociais, econômicos e políticos 100% garantidos.

Sendo assim, o/a assistente social trabalha na perspectiva de reduzir e/ou minimizar os impactos das condições e relações de trabalho impostas pelo capital na vida do/a trabalhador/a.

AS 11: É um direito do trabalhador e da família dele ter a possibilidade de trabalhar e ter uma vida saudável pensando em bem-estar, né? Então, quando eu trabalho com o bem-estar, **eu trabalho nos pilares de bem-estar, que é o pilar financeiro, o pilar social, o emocional, o espiritual, o físico, a gente está trabalhando em todos os pilares. Então eu estou garantindo aí todas as questões sociais de saúde, de saúde integral, de bem-estar integral mesmo, quando a gente pensa que você pode garantir aí para o colaborador que ele tenha essa vida sustentável, né? [...]** (ENTREVISTA, 2022).

Cabe destacar neste relato o cuidado integrado em saúde, compreendendo o/a trabalhador/a na sua totalidade com suas demandas individuais e coletivas. Conforme conceituação do/a AS11 o bem-estar relaciona-se com diversos outros pilares que impactam diretamente na saúde.

Os dados empíricos apresentam o trabalho do/a assistente social na perspectiva de contribuir com a proteção, recuperação e promoção de saúde no âmbito empresarial. Conforme relato:

AS5: *a primeira empresa que eu trabalhei, eu coordenava um curso para gestantes, porque a empresa tinha 5.000 funcionários, tinha muitas mulheres, muitas esposas grávidas, então a gente fazia um curso maravilhoso com vários profissionais, a gente trazia a família, o funcionário podia participar* (ENTREVISTA 5, 2021).

Neste relato o/a assistente social refere a intervenção relacionada a promoção de saúde para as mulheres gestantes trabalhadoras da empresa ou esposas dos trabalhadores homens. Mendes e Wünsch (2011, p. 467) mencionam que a “concepção atual de saúde do trabalhador entende o social como determinante das condições de saúde, sem negar que o adoecimento deve ser tratado e que é necessário prevenir novas doenças, privilegiando ações de promoção da saúde”. Nesta situação o curso para gestante contribui para prevenção de novas doenças e também para a proteção social destas mulheres. Entende-se que o acesso à informação e orientação são indispensáveis para viabilizar os direitos sociais.

No entanto, os programas de saúde devem incluir a proteção, a recuperação e a promoção da saúde do/a trabalhador/a de forma integrada, e que sejam dirigidos não só aos/às trabalhadores/as que sofrem, adoecem ou acidentam-se, mas também ao

conjunto deles (DIAS, 1994). Segue relato que ilustra os processos de reabilitação de saúde no âmbito empresarial:

AS5: [...] quando você fala do **projeto de dependência química dentro da empresa, a importância de ter um projeto desse... Projeto de reabilitação do colaborador**. Hoje a gente tem uma parceria, onde a gente encaminha o colaborador para uma reabilitação específica. **É um local que tem é a fisioterapia, ou seja, ele sai durante o horário de trabalho para se recuperar, seja de algo que foi ocasionado pela empresa ou não.** (ENTREVISTA 5, 2021).

Observa-se a importância dos projetos e programas de reabilitação no âmbito empresarial. Cabe destacar os direitos preconizados na previdência social, que prevê o cuidado em saúde e estabilidade acidentária como uma garantia de direito, sem danos para o/a trabalhador/a no sentido de demissão por se acidentar/adoecer.

No entanto, analisa-se no relato do/a AS5 aspectos relacionados a cultura assistencialista e benevolente que ainda permeia as relações de trabalho. A empresa coloca-se como se estivesse fazendo um grande favor ao “liberar” o/a funcionário/a em horário de trabalho para atendimentos em saúde com vistas a sua reabilitação. No entanto, são condições de saúde previstas na legislação trabalhista, desta forma, a empresa executa o que está previsto.

Outro ponto analisado relaciona-se a articulação com serviços de saúde na perspectiva da reabilitação do/a trabalhador/a. Cabe destacar que nas estratégias de intervenção do/a assistente social também contempla-se o trabalho em rede na perspectiva da proteção social.

A rede de proteção social é composta pelos serviços, políticas e programas sociais. O trabalho em rede contribui na proteção social e garantia de direitos das pessoas atendidas pelo/a assistente social. A atuação em rede encontra-se conceituada na perspectiva da intersetorialidade. Para Bellini et al (2013), a intersetorialidade é uma lógica de gestão que perpassa diferentes âmbitos das políticas sociais e pressupõe uma articulação entre vários setores das diferentes políticas.

A intersetorialidade aparece como uma categoria emergente do estudo, os dados empíricos demonstram esta concepção. Conforme relato do/a AS6:

AS6: [...] eu não trabalho isolado, eu trabalho com os outros atores da sociedade, esse é o meu pensamento sempre, né? Então, **eu faço um atendimento, eu aciono o CRAS, eu aciono o CREAS, eu aciono a Secretaria de Saúde, né?** A gente tem problemas com questões de ordem até criminal, porque o funcionário muitas vezes tem um filho que foi recluso, ele está passando por alguma situação ou não nessa questão, mas são tantas outras que só o meu conhecimento e **só os benefícios que a empresa tem não dão conta de todas**

as esferas e impactos que a vida de uma pessoa sofre ao longo do seu tempo, né? Então, o assistente social tem sido diferencial, que é esse olhar para essa rede socioassistencial dessas políticas públicas (ENTREVISTA 6, 2022).

Observa-se que AS6 ressalta a importância do trabalho na perspectiva da rede intersetorial, considerando que o trabalho não dá-se de forma isolada e sim de forma coletiva, através de diversos setores e atores. O trabalho do/a assistente social em conjunto dos atores da rede não minimiza a singularidade e as atribuições dos distintos setores e atores, entretanto, busca-se mediante esta interação a proteção integral das pessoas atendidas.

A “intersetorialidade não anula a singularidade do fazer setorial pela instituição de uma polivalência impossível; ao contrário, reconhece os domínios temáticos, comunicando-os para a construção de uma síntese” (MENDES, 1996, p.253). Trabalhar na perspectiva da intersetorialidade coloca-se como estratégico no âmbito empresarial, reconhece-se a singularidade de cada setor em determinada situação, ao mesmo tempo em que busca-se estratégias de enfrentamento para situações complexas.

As situações complexas exigem uma atuação intersetorial. Conforme afirmam Junqueira, Inojosa e Komatsu (1998, p.24), a intersetorialidade refere-se “à articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações, com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando um efeito sinérgico no desenvolvimento social”. Para esses autores a intersetorialidade faz-se essencial na resolução de situações complexas. Conforme exemplifica o/a AS5:

AS5: *“a gente pode encaminhar para uma farmácia de alto custo, para outro recurso da comunidade”. A grande questão que eu falo dentro da minha empresa, o assistente social faz todo o acompanhamento social, a gente conhece exatamente o que tem fora da empresa, os recursos que têm do Estado, do Governo, do Município (ENTREVISTA 5, 2021).*

A partir deste relato destaca-se a importância de reconhecer os serviços, políticas e programas públicos e privados da região em que o/a profissional atua. Além do mapeamento destes locais, faz-se importante realizar o encaminhamento e o acompanhamento das situações para identificar se estão sendo resolvidas.

Outro ponto de extrema relevância nas estratégias do/a assistente social encontra-se relacionado ao trabalho na perspectiva da interdisciplinaridade. Mito e Nogueira (2008) sinalizam sobre o processo de desenvolvimento de uma postura profissional que viabilize um olhar ampliado das especificidades que conjugam-se no

âmbito das profissões, através de equipes multiprofissionais, visando integrar saberes e práticas voltadas à construção de novas possibilidades de pensar e agir.

Para Mito e Nogueira (2008, p. 06), a “integralidade está calcada em dois pilares básicos que são a interdisciplinaridade e a intersetorialidade”. Compreende-se que a intersetorialidade e interdisciplinaridade são indispensáveis para o enfrentamento das expressões da questão social no âmbito empresarial. Conforme elucida o relato do/a AS6:

AS6: [...] eu não sou o único profissional responsável pela superação das desigualdades sociais, essa organização tem fiscalizações, ela tem o Ministério do Trabalho, ela tem as gerências regionais, a Secretaria de Trabalho, a Vigilância Sanitária, o Ministério Público, o Sindicato. Nós temos muitas forças que trabalham em prol dessa função social, dessa busca dessa sociedade com menores desigualdades, né? Nós temos outros campos de conhecimento que também trabalham, então eu sou mais uma função que tem como objetivo essa busca (ENTREVISTA 6, 2022).

No relato do/a AS6 analisa-se os aspectos da intersetorialidade ao referenciar órgãos públicos e privados que trabalham em prol de uma sociedade menos desigual. Mas também enfatiza-se os diferentes campos do conhecimento que integram saberes a fim de construir estratégias coletivas em prol de uma sociedade mais justa. Elementos essenciais nas estratégias de intervenção do/a assistente social, faz-se importante reconhecer os recursos disponíveis e construir estratégias interdisciplinares e intersetoriais que visam garantir o acesso a direitos e a proteção social da pessoa em situação de risco ou vulnerabilidade.

Desta forma, a intersetorialidade e a interdisciplinaridade apresentam-se como indissociáveis, embora, cada uma destas categorias represente uma concepção distinta. Em relação à interdisciplinaridade, Nascimento (2010, p.117) refere que “o saber de determinada política setorial é importante, mas também expõe a necessidade de troca a fim de possibilitar a construção de novos saberes”. Neste caso, a interdisciplinaridade ganha força quando os/as profissionais conseguem agrupar o seu saber técnico a fim de criar possibilidades de construção de uma política inclusiva e articulada às reais necessidades da população atendida.

Em relação à abordagem interdisciplinar, as autoras Mendes, Lewgoy e Silveira (2008, p. 29) destacam que “[...] Um mesmo fenômeno só pode ser compreendido, e ainda relativamente, quando abordado pela integração de diferentes informações e conhecimentos de áreas distintas”. Através de diferentes olhares e do conhecimento teórico de cada profissional, os/as profissionais que atuam na perspectiva do seu saber

passam a unir forças para viabilizar a garantia de direitos das pessoas atendidas. Conforme refere o/a AS9:

*AS9: Se nós temos uma questão a ser tratada dentro da organização, **juntamos os saberes e o nosso alvo é a solução para aquela questão social.** E nessa junção de saberes, muitas vezes é um **profissional da área da psicologia que deve tomar a frente naquele momento, ou da saúde, ou da segurança [...]**(ENTREVISTA 9, 2022).*

Faz-se essencial que o/a assistente social que integra as equipes multiprofissionais trabalhe na perspectiva da interdisciplinaridade, atuando conjuntamente com outras áreas do conhecimento. Nesta perspectiva será possível desvendar os fenômenos da realidade e encontrar estratégias conjuntas para intervenção em determinada situação.

Desta forma, considera-se que o debate deste subcapítulo contemplou a concepção das demandas para o Serviço Social, promove-se a reflexão que as demandas encontram-se intrinsecamente relacionadas ao objeto de trabalho do/a assistente social, que apresenta-se nas expressões da questão social. Examina-se que a questão social manifesta-se de múltiplas formas na empresa, dentre elas, através da desigualdade social, exclusão, pobreza, violência, doença, falta de condições habitacionais, educacionais, emprego e renda, dentre outras que relacionam-se as dimensões da vulnerabilidade.

Desvenda-se que a intervenção profissional será direcionada por fatores que contemplam a dimensão técnico-operativa da profissão. Analisam-se as múltiplas estratégias de intervenção utilizadas pelos/as assistentes sociais nas empresas, dentre elas, o trabalho na perspectiva da intersectorialidade e da interdisciplinaridade. A utilização de instrumentos e técnicas necessárias para os processos interventivos de trabalho no âmbito empresarial.

E, por fim, explana-se que a intervenção do/a assistente social na empresa contribui para a viabilização de direitos sociais relacionados a educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, dentre outros essenciais a vida do/a trabalhador/a. Considera-se que esta discussão compõe pontos relevantes para a constituição de parâmetros para o trabalho do/a assistente social na empresa na perspectiva do Projeto Ético-Político Profissional.

3.3 SERVIÇO SOCIAL NA EMPRESA: OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES PARA MATERIALIZAR O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

Neste momento pretende-se dialogar sobre os desafios e as possibilidades para materializar o Projeto Ético-Político Profissional (PEP) no âmbito empresarial, discussão que encontra-se em consonância com o objetivo geral deste estudo. Mas também, ressalta-se a contribuição com o debate sobre as orientações indispensáveis para a constituição de parâmetros para a atuação do/a assistente social na empresa na perspectiva do PEP.

Faz-se importante resgatar a concepção do Projeto Ético-Político Profissional no Serviço Social. O PEP deve direcionar a atuação do/a assistente social, na perspectiva dos interesses da classe trabalhadora, na defesa intransigente dos direitos humanos. Para Yazbeck (2009, p.18) “A direção social que orienta este projeto de profissão tem como referência a relação orgânica com o projeto das classes subalternas”. Desta forma, entende-se que a intervenção destes/as profissionais deve estar alinhada aos valores deste projeto de profissão, na qual, coloca-se a favor dos direitos da classe trabalhadora.

Cabe destacar os aparatos jurídicos que compõem este Projeto Ético-Político Profissional, através da Lei nº 8662 que regulamenta o exercício profissional de 07 de junho de 1993 (BRASIL, 1993a), o Código de Ética de 1993 (BRASIL, 1993b), das Diretrizes Curriculares de 1996 (BRASIL, 1996). Através destes elementos, enfatiza-se as diretrizes e valores que imprimem a direção social na formação, na produção de conhecimento e no exercício profissional dos/as assistentes sociais.

Ao calcar essa discussão, faz-se necessário compreender as distintas características dos projetos societários e dos projetos profissionais. Os projetos societários estão presentes na dinâmica de qualquer projeto coletivo, possuem interesses diversos que originam-se nas mediações e contradições das classes sociais em conflito (burguesia x proletariado) na sociedade capitalista. Os projetos societários podem ser transformadores ou conservadores (TEIXEIRA; BRAZ, 2009). Os projetos profissionais vinculam-se aos projetos coletivos de maior abrangência, tais como os projetos societários, possuem uma dimensão política ao desenvolver-se na contradição dos interesses de classes, desta forma, possuem uma direção social (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

Para Netto (1999, p. 95),

Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético político do Serviço Social] apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício,

prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...].

Nesta perspectiva os projetos sociais direcionam o embasamento teórico e prático de uma profissão, bem como determinam valores e princípios que ancoram o trabalho profissional. Enfatiza-se ainda que todo projeto profissional está vinculado a um projeto de sociedade, seja ele transformador ou conservador.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social está relacionado com a explicitação de princípios e valores éticos-políticos; à matriz teórico-metodológica em que ancora-se; crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital; lutas e posicionamentos políticos através de suas formas coletivas de organização política em aliança com outros atores da sociedade (TEIXEIRA; BRAZ, 2009). Portanto, estes elementos estão vinculados a um “projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero”. (NETTO, 1999, p. 105).

A valoração ética do Projeto Ético-Político Profissional remete ao campo da análise e intervenção frente à questão social, balizando a intencionalidade e a direção do trabalho do/a assistente social. Sinaliza para determinações concretas no âmbito da competência ético-política, ou seja, não depende apenas de vontade política e adesão a valores, mas sim da capacidade de torná-los concretos, na unidade entre as dimensões ética, política, intelectual e prática, como direção no trabalho profissional (CLOSS, 2015). Nesta perspectiva compreende-se que o projeto profissional está vinculado com um projeto social democrático, com valores emancipatórios referentes à conquista da liberdade (BARROCO, 2006).

Os elementos do Projeto Ético-Político do Serviço Social têm em sua base os componentes que lhe dão materialidade através das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, as quais interagem enquanto mediações da prática profissional, em diferentes espaços sócio-ocupacionais. O PEP traz o direcionamento para atuação de assistentes sociais e, por tamanha relevância na profissão, ele também direciona esta pesquisa. Por isso, os participantes deste estudo foram questionados sobre o entendimento a respeito do Projeto Ético-Político Profissional e a viabilidade da sua materialização nos seus campos de trabalhos. Segue informações coletadas a respeito deste debate:

AS5: Olha, eu vou ser franca com você, na minha formação isso não agregou de forma que eu consiga falar para você de maneira profunda, teórica,

falando, assim “olha, sabe aquilo que a gente estudou?” Tudo bem que a minha formação foi há 20 anos. (ENTREVISTA 5, 2021).

Em consonância com o relato do/a AS5, a pesquisa empírica revelou três profissionais que não souberam explicar o conceito do Projeto Ético-Político Profissional. Entretanto, a análise a respeito dos processos interventivos destes profissionais demonstra que eles desenvolvem o trabalho em consonância com o direcionamento do PEP.

Em contrapartida, o relato do/a AS4 aborda aspectos importantes sobre a viabilidade do Projeto Ético Político Profissional no âmbito empresarial:

AS4: *Com certeza. Para mim, o **Projeto Ético Político** independe de organização, porque se a gente fosse procurar, assim, qual é a organização ideal para materializar nosso Projeto Ético Político? Nenhuma dentro do sistema capitalista. Nós precisaríamos mudar de sistema e mudando de sistema, não precisaria mais da profissão, provavelmente, né? Então, para mim, o Projeto Ético Político é algo que norteia o trabalho em qualquer setor, em qualquer espaço sócio-ocupacional. É algo constitutivo do DNA do assistente social, ou tu incorporas ou tu não incorporas (ENTREVISTA 4, 2021).*

Destaca-se a análise crítica do/a assistente social, menciona que na sociedade capitalista não há organização ideal para a materialização do PEP, no entanto, o/a profissional deve ancorar o seu trabalho nesta direção, independentemente do espaço sócio-ocupacional. Compreende-se que o trabalho deste/a profissional precisar estar alinhado as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa.

Nesta perspectiva, analisa-se que na sociedade capitalista o trabalho do/a assistente social é atravessado por interesses antagônicos, desta forma, o PEP direciona a intervenção deste/a profissional:

AS6: *o assistente social é um profissional que não vai estar num mundo ideal, mas ele vai estar numa empresa que cumpre a Legislação Brasileira em todos os seus âmbitos, né? Se ela cumpre, cabe ao assistente social junto com todos os atores dessa sociedade, **trabalhar para que a gente consiga evoluir enquanto sociedade, que é esse modelo ideal que o próprio Código de Ética nos traz, esse compromisso e todas as outras diretrizes da profissão (ENTREVISTA 6, 2022).***

Conforme relato, o trabalho deste/a profissional ocorre em uma sociedade capitalista, desta forma, com múltiplos desafios para a profissão. Por isso, faz-se essencial a atuação com os demais atores e setores dentro das organizações empresariais, como foi aprofundado no capítulo anterior, na qual enfatiza-se o trabalho

na perspectiva da intersectorialidade e interdisciplinaridade. Este conjunto de atores e setores atuam de forma coletiva na perspectiva de construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesta perspectiva, ressalta-se que o/a assistente social tem como compromisso ético-político cumprir os princípios fundamentais do seu Código de Ética Profissional:

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (BRASIL, 1993b, p. 23-24).

Os princípios do Código de Ética são fundamentais no trabalho do/a assistente social independentemente da organização em que atua. No entanto, a estigmatização em relação ao trabalho na empresa, como debatido no capítulo anterior, faz com que seja (in)visibilizado os processos interventivos neste campo, fundamentados nos princípios e valores do Código de Ética. Nesse sentido, o/a AS9 instiga a reflexão aos/às colegas de profissão que tem dúvidas sobre a viabilidade dos princípios na empresa:

AS9: *Aos colegas que têm dúvidas enquanto essa oportunidade e entendendo esse Projeto Ético Político Profissional como, o **respeito aos princípios dos direitos humanos, a liberdade, ao valor ético, ao compromisso da autonomia das pessoas, emancipação, expansão dos indivíduos da sociedade, defesa de direitos humanos, defesa da democracia e cidadania.** São todos princípios perfeitamente possíveis e desejados nas organizações, principalmente as organizações privadas (ENTREVISTA 9, 2022)*

Analisa-se que o/a AS9 faz referência aos princípios fundamentais do Código de Ética do/a Assistente Social na qual direciona o Projeto Ético-Político da Profissão. O/a profissional cita princípios que estão contemplados nos incisos I, II, III, IV, conforme destacado no Código de Ética. Observa-se que ele/a conclui o relato dizendo que estes princípios são possíveis e desejados nas organizações, principalmente nas privadas. A (in)visibilidade do trabalho neste espaço sócio-ocupacional faz-se tão presente, que o/a AS9 demonstra seu conhecimento acerca dos princípios, como forma de explanar sobre a fundamentação ético-política do seu trabalho.

Destaca-se enquanto um elemento importante do PEP a produção de conhecimento em Serviço Social. As pesquisas, artigos, livros e outras produções onde apresentam-se os processos reflexivos do exercício profissional e outros temas que envolvem a profissão. A questão da produção de conhecimento sobre o trabalho dos/as assistentes sociais em empresas aparece neste estudo como um elemento escasso no Serviço Social, conforme o mapeamento do Estado da Arte.

Em consonância com a pesquisa documental, os dados da pesquisa empírica apontam para a (in)visibilidade que dá-se também na produção de conhecimento na área empresarial. Os/as assistentes sociais que atuam neste campo sentem falta de um aprofundamento teórico-metodológico acerca do exercício profissional, conforme relato:

***AS10:** Eu estava ontem fazendo uma leitura do livro da Motta e o negócio é de 1990, 2000. Então **as literaturas que a gente tem são antigas e até mesmo para a gente poder discutir um projeto ético político é difícil.** Então é super necessário pesquisar, porque eu acho que é uma área que tem um crescimento, uma constante muito forte. As empresas estão começando a ver a necessidade do Profissional do Serviço Social (ENTREVISTA 10, 2022).*

Observa-se que a hierarquização dos campos de trabalho na área do Serviço Social traduz-se na produção de conhecimento a respeito deste campo. Analisa-se que esta (in)visibilidade perpassa o campo do conhecimento teórico-prático. E estes aspectos trazem desafios para o exercício profissional, que implica na materialidade do Projeto Ético-Político Profissional.

Outro desafio está relacionado ao conteúdo das literaturas do Serviço Social que discorrem sobre como dá-se o trabalho do/a assistente social na empresa. As produções localizadas na área, realizam uma abordagem crítica a respeito desta atuação, na qual, enfatiza-se amplamente os limites do trabalho profissional e minimiza-se as possibilidades que manifestam-se nas intervenções dos/as assistentes sociais que atuam no âmbito empresarial.

Nesta perspectiva, Doherty (2015) sinaliza que são poucas as pesquisas produzidas sobre o trabalho concreto do/a assistente social na empresa que buscaram ultrapassar a crítica diante deste cenário de mundialização financeira que já atravessa há décadas o cenário global. Ou seja, as pesquisas existentes explanam sobre a crítica do cenário global e dos interesses antagônicos que perpassam este espaço sócio-ocupacional, contradições que perpassam de formas diferentes os múltiplos campos de atuação do/a assistente social. Desta forma, examina-se que além desta discussão ser incipiente na produção de conhecimento no Serviço Social, também evidencia-se limitações em produções que discorram sobre as possibilidades do trabalho profissional neste espaço sócio-ocupacional. Aspectos que reforçam a relevância científica e social deste estudo.

Além da produção de conhecimento, cabe destacar as instâncias político-organizativas da profissão que envolvem tanto os fóruns de deliberação, entidades da profissão, tais como, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), organizações sindicais por meio dos fóruns consultivos e deliberativos dessas entidades que são consagrados coletivamente os traços gerais do projeto profissional, onde são reafirmados (ou não) compromissos e princípios. Assim, subentende-se que o Projeto Ético-Político Profissional pressupõe, em si mesmo, um espaço democrático de construção coletiva permanentemente em disputa.

Em relação as instâncias político-organizativas da profissão, a pesquisa aponta para a (in)visibilidade das demandas e necessidades dos/as assistentes sociais que atuam nas empresas nestes organismos políticos da profissão. Conforme relatos a seguir:

AS13: A minha visão às vezes é de revolta com a profissão e com os nossos conselhos que lutam muito em prol do Serviço Social público e esquece da parte do Serviço Social privado. [...] É uma batalha, é uma luta, mas dá a impressão que é uma luta sozinha, porque não é uma luta dos nossos conselhos, o CRESS, pelo menos aqui (região Centro-Oeste), eu nunca vi falar sobre Serviço Social na área organizacional, é sempre voltado para a educação pública, é sempre voltado para a saúde pública, para a previdência. Mas eu nunca ouvi falar da área organizacional. [...] (ENTREVISTA 13, 2022).

Percebe-se a revolta do/a profissional por ter suas demandas (in)visibilizadas pelos conselhos profissionais, ou seja, este/a profissional da área empresarial não sente-se representada nos movimentos de lutas realizados pela categoria profissional. Cabe destacar que são demandas individuais que representam o coletivo destes/as

profissionais que não são contemplados/as ou chamados/as para os debates a respeito do trabalho a partir da perspectiva da empresa.

Ainda acerca do debate sobre as instâncias político-organizativas da profissão, examinou-se a tentativa de inserção de um/a profissional do Serviço Social que atua na empresa, em um conselho da região Nordeste do país. Segue relato para ilustrar os desafios enfrentados:

AS12: No conselho aqui (região Nordeste) eu tentei me integrar, participar e fazer tudo o que eu podia para poder estar próximo do processo de desenvolvimento de discussões e até de sugestões de palestras e atividades que pudessem contribuir com esse olhar para as organizações, inserindo o profissional de Serviço Social, mas eu também não percebia esse desenvolvimento e aí eu fui me afastando mesmo [...] (ENTREVISTA 12, 2022).

Observa-se a tentativa do/a assistente social em integrar este espaço e não ter acolhimento de suas demandas, bem como não ter a receptividade de discussões que envolvem o trabalho profissional na empresa. Sendo assim, ocorre o distanciamento dos/as profissionais que atuam no âmbito empresarial dos espaços organizativos da profissão, justamente por essa falta de acolhimento, mas que também traduz a fragmentação das lutas da categoria profissional.

Por outro lado, ressalta-se que há uma reflexão dos/as assistentes sociais de empresas quanto a importância da participação nestes espaços organizativos da profissão, considerando que devem ser espaços de acolhimento, reflexão, aprendizagem. No entanto, para ocupar esses espaços estes/as profissionais consideram que precisam estar preparados/as, conforme sinaliza o/a AS6:

AS6: Eu acho que a nossa ausência nos espaços como CRESS faz com que eu esteja longe da categoria, né? [...] Mas eu percebi também que em alguns momentos da minha carreira, eu fui muito despreparada para uma conversa com o CRESS. Eu estive já em alguns momentos em uma reunião ou outra, foi muito pouco, né? Mas o pouco tempo que eu fui, eu fui despreparada. Então, por isso que a nossa presença nesses espaços não pode ser pontual [...] eu me desenvolvo, eu cresço, eu ouço, alguém me questiona, eu volto para casa, eu me modifico, eu volto lá e volto com outro discurso e aí eu sou respeitada. Agora, no momento em que eu isolada, vou lá, participo pontualmente e posso estar equivocado em vários pontos, isso me faz frágil e eu fragilizo a minha profissão. Então, a minha crítica, a mim e a quem está na empresa, é a nossa ausência dentro do CRESS porque a presença pontual é prejudicial. [...] acredito, sim, que nós temos que ter uma participação política melhor na profissão para a gente ser respeitada e para a gente crescer também (ENTREVISTA 06, 2022).

O relato traz diversas reflexões e possibilidades de análise. Primeiramente, destaca-se o quanto o/a assistente social culpabiliza-se na medida que sente-se

despreparado/a para participar do conselho, mas questiona-se qual a preparação necessária para compor estes espaços. Teoricamente o fato de exercer a profissão enquanto assistente social credencia este/a profissional para participar destes espaços, mas praticamente a discriminação em relação a este espaço sócio-ocupacional faz com que estes/as profissionais não sintam-se aptos a ocuparem este lugar. Sendo que os espaços políticos-organizativos da profissão deveriam preconizar o acolhimento sem discriminação.

No entanto, na sequência do relato do/a AS6, ele/a refere que precisa estar preparado/a para uma participação constante e construir debates que possibilitem que seja respeitado/a. Sendo assim, observa-se o peso que estes/as profissionais carregam por sua atuação na empresa, para sentirem-se aptos a ocupar os espaços organizativos da profissão, eles/as precisam estar “munidos/as” de argumentos para levantar e defender as demandas recorrentes do seu espaço de atuação profissional.

Ainda sobre esse relato, cabe destacar o risco do processo de discriminação que ocorre em relação ao trabalho do/a assistente social na empresa, uma parte do coletivo dos/as assistentes sociais encontra-se isolada, enfrentando suas demandas de forma solitária. Estes aspectos fragmentam o coletivo de trabalhadores/as da área de Serviço Social. Esse isolamento faz com que os/as próprios/as assistentes sociais de empresa sintam-se culpados pela participação pontual nos conselhos, o/a AS6 faz uma autocrítica sobre a necessidade da participação sistemática nos espaços organizativos da profissão. Compreende que a partir desta inserção ocorre o processo reflexivo, construtivo e de fortalecimento dos/as assistentes sociais que atuam na empresa.

Faz-se estritamente necessário pautar essa discussão que fragmenta, (in)visibiliza, hierarquiza e estigmatiza os/as profissionais das empresas no âmbito dos espaços políticos organizativos da profissão, dificultando que o Projeto Ético-Político Profissional materialize-se. Este estudo sinaliza a necessidade de o Serviço Social ampliar seu olhar para o que está (in)visível e perpassa as vísceras da categoria profissional.

O Projeto Ético-Político Profissional também é composto pela dimensão político-jurídica da profissão vinculado a elementos que materializam-se através das legislações próprias do Serviço Social, tais como, a Legislação que regulamenta o exercício profissional (BRASIL, 1993a), o Código de Ética (BRASIL, 1993b) e as Diretrizes Curriculares (BRASIL, 1996). Elementos que materializam-se no direcionamento dos/as profissionais que atuam nas empresas:

AS6: *Eu saio de uma formação que tem um Projeto Ético Político consolidado através do meu Código de Ética, da regulamentação da minha própria profissão. Ele tem um ideal, que é ter uma sociedade com mais igualdade [...] através desse Projeto Político, ele me traz uma função social para que eu possa exercer a minha atuação [...]* (ENTREVISTA 6, 2022).

O/a AS6 reconhece os aspectos jurídicos que compõem a direção social do Projeto Ético-Político, na qual expressa-se na formação e no exercício da profissão. Faz-se importante destacar os elementos que compõem a função social desta profissão.

A dimensão jurídica também está relacionada aos múltiplos aparatos jurídicos que perpassam o exercício profissional do/a assistente social, como a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998), Lei Orgânica da Saúde (LOS) (BRASIL, 1990), Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993c), Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (BRASIL, 1943) e outras de extrema importância para a garantia de direitos sociais.

AS10: *A gente precisa entender de uma lei trabalhista que muda, a gente precisa estar inteirada. Por exemplo, a licença maternidade pós alta de prematuro. A gente precisa ter esse conhecimento de que o colaborador tem direito”* (ENTREVISTA 10, 2022).

O/a AS10 salienta para o conhecimento a respeito das legislações que preconizam a garantia de direitos, seja na área trabalhista ou demais legislações que estão relacionadas a população atendida pelos/as assistentes sociais nas empresas. A apropriação a respeito da legislação, das políticas públicas e sociais são importantes para o trabalho na perspectiva de viabilizar direitos sociais a população.

O direcionamento do Projeto Ético-Político está presente na constante atuação dos/as assistentes sociais que atuam no âmbito empresarial. Muitas vezes, são estes/as profissionais que reconhecem os/as demais trabalhadores/as também como classe trabalhadora e priorizam um olhar humanizado para estas pessoas, rompendo com valores da ordem social vigente, conforme relato a seguir:

AS2: *Eu acho que o nosso compromisso com quem a gente está atendendo, com os nossos usuários, a gente tem que ser mesmo humano com ele, porque, quando eu falei com você sobre a nossa formação voltada para ser um lado mais humanizado, porque a gente pode ser o único profissional da empresa que vai olhar para o colaborador, não como uma mão de obra apenas, como pessoa, sabe? Então eu tento muito passar isso para que eu estou atendendo assim: “eu sou igual você. Eu também sou um trabalhador”. [...] a gente está nessa posição privilegiada de lidar com pessoas e tentar fazer a pessoa se*

sentir como pessoa mesmo, não apenas como uma mão de obra, uma peça da engrenagem no sistema (ENTREVISTA 2, 2021).

O relato traz elementos sobre a materialidade do Projeto Ético-Político Profissional, a partir do momento em que o/a assistente social, através dos seus processos interventivos, busca humanizar as relações de trabalho em organizações empresariais em que os/as trabalhadores são considerados apenas uma peça da engrenagem. Também destaca-se neste relato a consciência de classe deste/a profissional, no reconhecimento de que ele/a e seu/sua usuário/a fazem parte da classe trabalhadora, portanto, essa luta por garantia de direitos faz-se de forma coletiva.

Em relação aos desafios do trabalho para materializar o Projeto Ético-Político do Serviço Social, cabe destacar as relações antagônicas que perpassam o ambiente empresarial e a autonomia relativa dos/as assistentes sociais.

AS13: Na área privada eu vejo muita limitação, porque as vezes você tenta ser ética, política, mas não condiz o que a empresa pede de você. [...] E ao mesmo tempo não fazer isso, não cobrar o que a gente entende que é o correto, também é uma violação nossa, dos nossos direitos, minha enquanto pessoa. Então assim parece que eu não entendo o que que eu estou fazendo aqui? Por que eu estou aqui enquanto uma profissional assistente social, eu já me peguei nesse dilema por várias vezes eu faço o que a empresa me pede ou eu faço o que eu acredito que é certo? (ENTREVISTA 13, 2022).

Fatores relacionados à autonomia relativa dos/as profissionais para seguir os princípios e valores do Código de Ética Profissional e a determinação em relação ao trabalho do/a assistente social são características deste processo de relações antagônicas que perpassam os espaços sócio-ocupacionais, inclusive o empresarial. A submissão do/a profissional é inerente ao processo de produção do capital, tendo em vista a fragilidade das condições e relações de trabalho.

Destaca-se que as relações e as condições de trabalho do modo de produção capitalista trazem aspectos que impactam na autonomia relativa do/a assistente social.

Não se pode omitir, na trajetória de uma profissão, a existência de uma relativa autonomia teórica, política, ética e técnica que é exercitada pelo profissional – sob determinadas condições objetivas – ao atuar sobre uma dada realidade, problematizando-a com o aporte dos conhecimentos sistematizados e dos princípios que formaram a sua identidade ocupacional (MOTA; AMARAL, 1998, p. 42).

Os princípios e objetivos institucionais, projetos societários distintos, recursos disponíveis, ideologia da instituição, dentre outros fatores, fazem parte dos aspectos contraditórios que podem vir a limitar a autonomia profissional. Muitas vezes não há uma

construção horizontal e participativa acerca das normas e regras dos processos de trabalho e o/a profissional acaba submetendo-se a limitações impostas neste contexto. As decisões ficam centralizadas em uma pessoa ou grupo, limitando as expressões, opiniões e sugestões dos/as assistentes sociais. Cabe destacar que estes aspectos encontram-se no âmbito privado e público, pois falam das relações de trabalho.

Outro relato que expressa essas relações antagônicas, trata-se da imposição do/a assistente social ser chamado pela empresa para depor em audiências de ações trabalhistas. Conforme relato:

AS6: As empresas podem sofrer ações trabalhistas e muitas vezes ela precisa de um representante da organização para poder representar no fórum. E o assistente social trabalhando dentro do RH, às vezes por falta de profissionais, ele pode ser demandado. Está é uma posição que eu defendo, que nenhum assistente social possa assumir dentro de uma organização" (ENTREVISTA 6, 2022).

Cabe destacar que essa conduta seria completamente antiética, considerando que o/a assistente social faz a escuta e o acolhimento das demandas dos/as trabalhadores/as. Desta forma, o sigilo profissional faz-se estritamente necessário. Conforme previsto no artigo 19 do Código de Ética do/a Assistente Social, o/a profissional tem como dever comparecer perante a autoridade competente, quando intimado/a a prestar depoimento, para declarar que está obrigado/a a guardar sigilo profissional nos termos deste Código e da Legislação em vigor. Bem como, o artigo 20 do código de ética profissional menciona que é vedado ao/à assistente social depor como testemunha sobre situação sigilosa do/a usuário/a de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado/a (BRASIL, 1993b).

Desta forma, enfatiza-se o dever ético que o/a assistente social possui de manter o sigilo profissional em relação às informações dos/as usuários/as. Conforme o artigo 18, a quebra do sigilo só é admissível quando tratar-se de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade (BRASIL, 1993b). Por isso, sinaliza-se que o Projeto Ético-Político Profissional deve pautar o trabalho nos distintos espaços sócio-ocupacionais, inclusive nas empresas.

a categoria de assistentes sociais utiliza-se como direcionamento as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa como uma perspectiva em suas reflexões acerca do exercício diário da profissão. Estas três dimensões do Serviço Social ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico precisam estar articuladas para uma atuação consistente e crítica (LIMA; MESQUITA; OLIVEIRA, 2021, p. 59)

São muitos os desafios que perpassam o trabalho nos espaços sócio-ocupacionais. Por isso, o/a assistente social deve preconizar o seu trabalho através das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa na perspectiva de uma atuação crítica mediante a realidade social.

Conclui-se que desvendar os desafios e as possibilidades do trabalho do/a assistente social na empresa, na perspectiva do Projeto Ético-Político Profissional contribui para a ampliação do debate e a qualificação do trabalho neste espaço sócio-ocupacional. Demonstram-se nos dados empíricos as múltiplas possibilidades de materialização deste projeto de profissão, os/as assistentes sociais reconhecem o direcionamento do Projeto Ético-Político Profissional e os componentes que lhe dão materialidade.

Evidencia-se com profundidade a relação entre o PEP e as intervenções desenvolvidas pelos/as assistentes sociais nas empresas. Desta forma, considera-se o empenho e a dedicação destes/as profissionais para concretizar o Projeto Ético Político Profissional na perspectiva de garantia de direitos da classe trabalhadora, no espaço sócio-ocupacional da empresa.

No entanto, examinam-se os limites para efetivamente materializar o Projeto Ético Político Profissional no campo empresarial. Primeiramente pelo cenário da sociedade capitalista, na qual, os distintos projetos societários atravessam-se nas relações e condições de trabalho e impactam diretamente na intervenção dos/as assistentes sociais, que possuem uma autonomia relativa e múltiplos entraves nas condições e relações de trabalho.

Mas também pelos desafios relacionados ao estigma, a (in)visibilidade e a hierarquização do trabalho no âmbito da empresa e na produção de conhecimento. Analisam-se as dificuldades que estes/as profissionais encontram para inserir-se nas instâncias político-organizativas da profissão, ocultando as demandas e as necessidades dos/as trabalhadores/as do campo empresarial.

Sendo assim, constata-se a dedicação destes/as profissionais para materializar o PEP, que dá-se no direcionamento social da profissão e na apropriação das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. No entanto, aspectos relacionados ao coletivo da categoria de assistentes sociais remetem para a estigmatização, (in)visibilidade e hierarquização, dificultando que o Projeto Ético Político Profissional materialize-se na sua amplitude. Desta forma, consideram-se os impactos

na produção do conhecimento, exercício e formação profissional. Mas também, no atendimento dos/as usuários/as do Serviço Social organizacional. Este debate sinaliza a necessidade de travar essa pauta coletiva nos espaços políticos organizativos da profissão, nos espaços de formação e trabalho profissional.

4 CONCLUSÃO

O presente estudo contribuiu com um tema fundamental para o Serviço Social no Brasil, investigou-se sobre o trabalho do/a assistente social na empresa na perspectiva de consolidação do Projeto Ético-Político da Profissão (PEP). Historicamente, o/a assistente social é requisitado para trabalhar no setor privado, trata-se de uma das áreas de atuação mais longevas no Serviço Social, na medida que há registro deste/a profissional na empresa desde 1940 até a contemporaneidade.

Em consonância com a Lei de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993a) o/a assistente social desenvolve o trabalho a partir das atribuições e competências profissionais. São múltiplas as possibilidades de trabalho do/a assistente social na empresa, dentre elas, a atuação em projetos, políticas e programas sociais que visam a garantia de direitos nas áreas da educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, dentre outras essenciais a vida do/a trabalhador/a.

Na sociedade capitalista, a empresa constitui-se enquanto espaço sócio-ocupacional de atuação do/a assistente social, o/a profissional insere-se nesta organização permeada por relações complexas e contraditórias. Por isso, o exercício profissional do/a assistente social pode contribuir com respostas para as demandas sociais, assim como, podem favorecer para o acirramento destas demandas.

Com isso, ressalta-se a importância deste estudo que respondeu ao seguinte problema de pesquisa: quais os desafios e as possibilidades do trabalho do/a assistente social na empresa, na perspectiva de consolidação do Projeto Ético-Político da Profissão? Nesta Tese de Doutorado evidenciou-se que são múltiplos os desafios e as possibilidades que manifestam-se no trabalho do/a assistente social na empresa. No entanto, a amplitude do tema, a riqueza dos dados e desdobramento que ainda podem decorrer das análises devem ser ponto de partida para outras pesquisas vinculadas ao objeto de estudo em questão.

No horizonte desta indagação, esta pesquisa alcançou o objetivo geral de analisar os desafios e as possibilidades do trabalho do/a assistente social na empresa, na perspectiva de consolidação do Projeto Ético-Político Profissional, a fim de contribuir com a ampliação do debate e a qualificação do trabalho neste espaço sócio-ocupacional.

Nesta perspectiva, os dados apontam para as determinações históricas e contemporâneas do trabalho que implicam diretamente nas relações e condições dos/as trabalhadores/as, dentre eles/as, os/as assistentes sociais, impondo desafios ao trabalho destes/as profissionais. O processo de reestruturação produtiva ocorre na sociedade capitalista e implica em novas formas de exploração do trabalho. Estas transformações são impulsionadas pela revolução tecnológica que permite novos produtos, serviços e novos padrões de consumo.

No Brasil, mediante o contexto neoliberal, constatou-se a intensificação do processo de reestruturação produtiva. A flexibilização das leis trabalhistas, a informalidade, o desemprego e a precarização das condições de trabalho impactam na vida da população. Em decorrência a estas mudanças que precarizam o trabalho encontra-se o adoecimento físico e emocional das pessoas, os acidentes no trabalho, os óbitos, dentre outras situações que colocam o/a trabalhador/a em condições de extrema vulnerabilidade. Estas situações são vivenciadas pelo/a trabalhador/a atendido/a pelo/a assistente social na empresa, mas também, manifestam-se nas relações e nas condições de trabalho do/a assistente social.

O processo de precarização das condições trabalho e as desigualdades sociais foram agudizadas em 2020, com a crise sanitária causada pela Covid-19. No Brasil, os/as trabalhadores/as formais foram submetidos a regras flexíveis de trabalho, tais como, o teletrabalho, a redução de salários e jornadas, e a suspensão de contratos durante a pandemia. Os/as trabalhadores/as informais e milhares de pessoas desempregadas encontravam-se em um cenário de incertezas em relação as possibilidades de renda e conseqüente sobrevivência. De janeiro de 2019 a dezembro de 2022 o país esteve sob a gestão de um governo de extrema direita, contribuindo para o desmantelamento e a precarização de políticas sociais que visam à proteção social da classe trabalhadora.

Neste cenário, o trabalho do/a assistente social fez-se ainda mais necessário nos múltiplos espaços sócio-ocupacionais, em especial na empresa, considerando que este/a profissional trabalha no enfrentamento das expressões da questão social. O/a assistente social atua diretamente com a população que sofre com as múltiplas violações

de direitos, dentre elas, as pessoas negras, LGBTQIAPN+, mulheres, pessoas com deficiência, idosos, crianças e adolescentes, dentre outras destinatárias de violências.

Os dados do estudo revelaram as condições e relações de trabalho experienciadas pelos/as assistentes sociais de empresas, na conjuntura contemporânea. Desvendou-se que 52% dos/as profissionais com formação em Serviço Social participantes deste estudo, ocupam o cargo de assistente social nas empresas. Todavia, examinou-se que os/as demais profissionais ocupam os cargos de docentes, empresários/as, líderes, diretores/as e analistas nas empresas. Ao ocupar estes cargos manifestam-se as possibilidades deste/a profissional intervir com quem tem o poder de decisão nas organizações empresariais e inserir esse tema na formação de estudantes de Serviço Social.

Além destes aspectos, examinou-se que 65% dos/as participantes da pesquisa atuam na empresa há mais de cinco anos, sendo que 29% destes/as assistentes sociais estão atuando há mais de vinte anos nestas organizações. A vasta experiência e o conhecimento destes/as profissionais na empresa não são suficientes para que sejam legitimados/as e reconhecidos/as no âmbito do Serviço Social.

A maior parte dos/as profissionais participantes do estudo (82%) possuem um vínculo de trabalho e 65% dos/as assistentes sociais desenvolvem a jornada semanal de até 30 horas, condições adequadas para este/a trabalhador/a conforme a Lei nº 12.317 (BRASIL, 2010). Contudo, são muitos os desafios enfrentados pela categoria profissional para garantir a jornada semanal de 30 horas em um contexto de flexibilização, precarização e rebaixamento salarial que atravessam os/as trabalhadores/as como um todo, inclusive os/as assistentes sociais inseridos/as nas empresas.

Este estudo investigou a empresa enquanto espaço sócio-ocupacional de trabalho do/a assistente social. A empresa é denominada como um conjunto sociocultural complexo, desenvolve bens e serviços úteis para a sociedade, integrando diversos sujeitos com suas diferenças culturais, comportamentais, educacionais, étnicas, econômicas. As organizações empresariais inserem-se na sociedade capitalista, desta forma, contribuem para a acumulação de riqueza e acirramentos das desigualdades sociais. E, também, para projetos, políticas e programas sociais através das ações de responsabilidade social empresarial.

A responsabilidade social empresarial perfaz um campo com múltiplos interesses. Por um lado, têm-se a empresa investindo no social com o objetivo de ampliar sua

visibilidade, eficácia e lucratividade. Por outro, a empresa compromete-se com os direitos, qualidade de vida e saúde do/a trabalhador/a, como também, com a comunidade em geral, através do desenvolvimento de ações sociais nos territórios vulnerabilizados. Desta forma, desvendou-se os elementos contraditórios e complexos que perpassam este espaço sócio-ocupacional.

Na análise de dados evidenciou-se os desafios que hierarquizam e (in)visibilizam os campos de trabalho no Serviço Social. Os elementos que hierarquizam os campos de trabalho foram constatados na desvalorização do espaço sócio-ocupacional privado em detrimento do público. Os relatos como “não existe assistente social que não trabalhe para o governo” ou “você não atua em empresa, né?” nos remetem para a desqualificação deste campo e o ocultamento acerca da Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 (BRASIL, 1993a), na qual, resguarda o campo empresarial privado enquanto um espaço sócio-ocupacional de trabalho para os/as assistentes sociais.

Além da hierarquização dos campos de trabalho na área do Serviço Social há também a (in)visibilidade acerca deste espaço sócio-ocupacional que reproduz-se no estigma destinado aos/às assistentes sociais de empresa. Estes/as profissionais são estereotipados/as enquanto aqueles/as que “se vendem ao capital”, elementos que corroboram com uma opinião preconceituosa e violenta em relação ao Serviço Social na empresa. O estigma diminui estes/as profissionais perante os/as demais desta categoria.

Nesta perspectiva, o setor privado aparece como um lugar ilegível para o trabalho do/a assistente social, desconsiderando todas as possibilidades do Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional. Sendo assim, examinou-se o ocultamento das contradições que perpassam os diversos campos de atuação profissional na sociedade capitalista, inclusive o campo estatal. Tendo em vista que as expressões da questão social, objeto de trabalho do Serviço Social, manifestam-se nos diversos campos de trabalho, entre eles o Estado e a empresa.

Nesta pesquisa, desvendou-se os interesses antagônicos que perpassam as políticas sociais no âmbito estatal e empresarial na sociedade capitalista. A existência da política social encontra-se relacionada à sociedade burguesa, que produz desigualdades sociais, violências, miséria, desemprego, dentre outras mazelas deste modo de produção. Em consonância com esse debate resgatou-se a visão de Netto (2001), que afirma que a questão social e suas expressões só podem ser superadas a partir da construção de uma nova ordem social. Sendo assim, seria indevido acreditar

na superação das expressões da questão social meramente através das políticas sociais, no âmbito da sociedade capitalista.

Desta forma, a hierarquização dos campos de trabalho no Serviço Social enaltece o Estado como o único campo para atuação profissional e oculta as contradições que manifestam-se neste espaço sócio-ocupacional. Sabe-se da relevância do trabalho do/a assistente social nos equipamentos públicos. Contudo, há que se considerar e reconhecer que este/a profissional também possui papel importante no setor privado.

A construção deste trabalho ocorreu de forma coletiva, potencializando as experiências profissionais das pessoas entrevistadas com o objetivo de mapear as orientações indispensáveis para a constituição de parâmetros para a atuação do/a assistente social na empresa em consonância com o Projeto Ético-Político Profissional. Nesta perspectiva, o terceiro capítulo do estudo contempla essa discussão, encontra-se em consonância com os demais objetivos específicos da pesquisa.

Desta forma, a pesquisa buscou dar voz e visibilidade aos/às assistentes sociais, trabalhadores/as de empresa, que enfrentam múltiplos desafios ao chegar neste campo, mas também encontram possibilidades de mediação da intervenção profissional viabilizando o acesso e a garantia de direitos. A construção de parâmetros para atuação profissional não limita e não normatiza a intervenção do/a assistente social no campo empresarial, mas valoriza as experiências profissionais de quem atua neste espaço sócio-ocupacional.

Os parâmetros para este trabalho profissional consolidam-se no debate acerca das competências e funções profissionais. Na identificação das demandas e na análise das principais estratégias de intervenção do/a assistente social na perspectiva da garantia de direitos. E, por fim, no desvendamento dos desafios e das possibilidades para materializar o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social na empresa.

Estes resultados fazem parte de um dos produtos desta Tese de Doutorado, considerando que não há discussão sobre os parâmetros para atuação destes/as profissionais na empresa, enfatizando a relevância científica deste estudo. Na medida que amplia-se o debate e a produção teórica a respeito do trabalho do/a assistente social na empresa, têm-se o intuito de qualificar o trabalho profissional neste campo.

Desta forma, a investigação revelou as competências e funções exigidas para atuação do/a assistente social na empresa. Evidenciou-se as competências relacionadas a elaboração, implementação, execução e avaliação das políticas sociais, na qual, também ocorre através da assessoria e consultoria. O trabalho no planejamento,

execução e avaliação de pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais. A orientação de indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais. Analisou-se que o trabalho encontra-se em consonância com as competências profissionais resguardadas na Lei que regulamenta a profissão.

Em relação a função desempenhada pelo/a assistente social na empresa percebeu-se a atuação na promoção de saúde e qualidade de vida dos/as trabalhadores/as. Destacou-se que o/a assistente social ocupa a função de traduzir as expressões da questão social para outras áreas e profissionais da empresa a fim de construir coletivamente estratégias de intervenção. E refletiu-se sobre as funções atribuídas ao Serviço Social no viés assistencialista e que precisam ser desconstruídas nestes espaços sócio-ocupacionais, desafiando o/a trabalhador/a a posicionar-se perante a instituição e a equipe de trabalho.

Abordou-se na presente Tese elementos que dialogam com as demandas e as principais estratégias de intervenção para o trabalho do/a assistente social na empresa. Em relação as demandas que apresentam-se ao Serviço Social na empresa, identificou-se que as expressões da questão social, objeto de trabalho do/a assistente social, manifestam-se de múltiplas formas na empresa, dentre elas, através da desigualdade social, exclusão, pobreza, assédio e demais violências, doença, falta de condições habitacionais, educacionais, emprego e renda, dentre outras que relacionam-se as dimensões da vulnerabilidade.

Desvendou-se as estratégias de intervenção profissional na empresa a partir dos instrumentos e técnicas que contemplam a dimensão técnico-operativa da profissão em respostas aos fundamentos que vem norteando o trabalho profissional na empresa. As estratégias de intervenção do/a assistente social contribuem para a viabilização de direitos dos/as usuários/as no âmbito empresarial e para humanização das relações de trabalho nestas organizações. O trabalho em rede na perspectiva da intersectorialidade e interdisciplinaridade contribuem para a viabilidade direitos sociais relacionados a educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, dentre outros essenciais a vida do/a trabalhador/a.

Os dados empíricos do estudo revelaram as dimensões teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que norteiam o trabalho profissional no campo empresarial. Evidenciou-se o conhecimento a respeito da dimensão jurídica e política do Projeto Ético-Político Profissional por parte dos/as profissionais entrevistados/as.

Os/as assistentes sociais possuem domínio das legislações que preconizam a

garantia de direitos da população atendida na empresa, bem como, examinou-se o empenho e a dedicação destes/as profissionais para direcionar sua intervenção na perspectiva do Projeto Ético-Político Profissional. Sendo assim, evidenciou-se os valores e princípios que ancoram o trabalho profissional em consonância com os preceitos ético-políticos do Serviço Social.

No entanto, são muitos os desafios impostos pela sociedade capitalista e pela área do Serviço Social para o exercício profissional no campo empresarial. O incipiente debate e produção de conhecimento acerca do trabalho do/a assistente social em empresa na área de Serviço Social contribui para os limites enfrentados pelos/as profissionais e estudantes que atuam nesta área. O estigma vivenciado por estes/as profissionais contribui na fragmentação da categoria do Serviço Social e no distanciamento dos/as assistentes sociais de empresas dos espaços político-organizativos da profissão por não sentirem-se acolhidos/as e representados/as nestes espaços.

A hierarquização dos espaços sócio-ocupacionais elenca os campos inferiores e superiores para o trabalho, colocando a empresa em um lugar de menor valor para a atuação deste/a profissional. Desta forma, desconsidera-se as possibilidades da intervenção profissional neste campo.

Nesta perspectiva, evidencia-se que essa hierarquização e (in)visibilidade transpõe-se aos/às usuários/as atendidos/as pelos/as assistentes sociais nas empresas, na medida que nega-se este espaço como um local possível de trabalho deste/a profissional, negam-se as possibilidades de intervenção nas expressões da questão social, objeto de trabalho deste/a profissional. A desconsideração deste campo oculta as expressões da questão social, como se elas não manifestassem-se no âmbito empresarial, aspectos que revelam uma contradição.

Desta forma, para além do que se propôs pesquisar, este estudo trouxe à tona o sofrimento, a discriminação e o isolamento vivenciado pelos/as assistentes sociais que atuam no setor privado, elementos que dialogam com o grande achado desta Tese e manifesta-se no título do trabalho “Assistentes sociais pedem passagem: pelo fim da hierarquização e (in)visibilidade profissional”. Desvendou-se o quanto o Serviço Social na empresa encontra-se em um lugar de desqualificação, estigmatização e (in)visibilidade profissional. Por isso, enfatiza-se o pedido de passagem para a própria categoria de assistentes sociais.

Diante das análises chegou-se na seguinte tese: O trabalho do/a assistente

social no Brasil pode ser realizado em múltiplos espaços sócio-ocupacionais. A empresa é um destes campos de trabalho que o/a profissional desenvolve uma diversidade de funções e competências profissionais, dentre elas, o planejamento, gestão, operacionalização e avaliação de projetos, programas e políticas sociais, todas iluminadas pelo Projeto Ético-Político Profissional. No âmbito empresarial, o/a assistente social atua nas expressões da questão social, contribuindo para a viabilização de direitos sociais relacionados à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, dentre outros essenciais à vida do/a trabalhador/a. A hierarquização e a (in)visibilização do trabalho do/a assistente social na empresa está presente na formação, na produção de conhecimento, no exercício profissional com repercussões na atenção aos/às usuários/as atendidos/as pelo/a assistente social, dificultando a materialização do Projeto Ético-Político Profissional. Destinar à empresa um lugar de desqualificação para o trabalho do/a assistente social fere o Projeto Ético-Político Profissional, fragmenta a classe trabalhadora, oculta as demandas do segmento populacional destinatário do trabalho do/a assistente social da empresa, fragiliza a profissão e não considera as lutas históricas da categoria por espaços de trabalho e visibilidade social atendendo aos interesses da lógica do capitalismo.

Por isso, faz-se importante apontar algumas estratégias necessárias e possíveis sobre o trabalho do/a assistente social na empresa. Primeiramente, recomenda-se abordar este tema enquanto uma pauta coletiva da profissão, na qual, deve perpassar os espaços políticos organizativos, dentre eles, os conselhos federais e regionais do Serviço Social. Faz-se estritamente necessário incluir esse debate junto as Instituições de Ensino Superior, na perspectiva de contemplar esse tema na formação em Serviço Social, estimular campo de estágio curricular no espaço sócio-ocupacional da empresa, convidar trabalhadores/as de empresas para compartilhar os desafios e as possibilidades do exercício profissional junto aos/às alunos/as de graduação.

Na perspectiva do ensino e pesquisa, cabe ressaltar a importância desta pauta enquanto linha de pesquisa nos programas de pós-graduação em Serviço Social, este estudo sugere a continuidade e a ampliação de trabalhos com esse tema. E, por fim, faz-se necessário inserir esse debate no exercício da profissão a fim de compreender as necessidades dos/as assistentes sociais que estão nas empresas, mas também refletir e apreender junto a estes/as profissionais.

Sabe-se que há muito a caminhar para consolidar esse tema na área do Serviço Social. No entanto, esta Tese configura-se como uma forma de resistência diante da

(in)visibilidade deste espaço sócio-ocupacional e muitas conquistas teve-se na construção deste estudo.

Cabe destacar a contribuição no exercício profissional da pesquisadora, que pode refletir, qualificar e valorizar o seu trabalho enquanto assistente social de empresa. As leituras a respeito do tema, o contato com autores/as que dialogam sobre esse assunto, a escuta e a troca de conhecimentos com colegas assistentes sociais que também ocupam esse espaço sócio-ocupacional foram elementos essenciais para o aprimoramento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da pesquisadora. Além dos aprendizados e experiências obtidas nos diálogos em grupos e núcleos de pesquisas e com professores/as que compreendem a importância deste debate no Serviço Social. Desta forma, a trajetória do Doutorado em Serviço Social contribuiu para o seu pertencimento enquanto assistente social de empresa. Além do mais, todo sofrimento, desafios e possibilidades revelados neste estudo, de alguma forma, foram experienciados pela pesquisadora.

A partir da construção da pesquisa de Doutorado em Serviço Social, a pesquisadora foi chamada para abordar o tema em disciplinas dos cursos de Serviço Social em Instituições de Ensino Superior públicas e privadas. Destaca-se a contribuição importante para a formação acadêmica de futuros/as assistentes sociais, na qual, podem atuar nestas organizações. A pesquisadora foi convidada para dialogar sobre o Projeto Ético-Político Profissional com um grupo de assistentes sociais de empresas da região Sudeste do país, momento de reflexões teóricas e práticas de muito sentido para a pesquisadora. Estas experiências revelam o movimento causado pela pesquisa e colocam-se enquanto produto deste estudo.

Para finalizar, cabe ressaltar que esta Tese busca reafirmar as possibilidades do Serviço Social de enfrentar as expressões da questão social no contexto empresarial, compreendendo as mediações possíveis no cenário contemporâneo. Desta forma, urge o adensamento da construção de conhecimentos em Serviço Social orientados para a viabilização de direitos através de projetos, políticas e programas sociais desenvolvidos nas empresas privadas com o protagonismo do/a assistente social.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Nelsio Rodrigues de; BALDANZA, Renata Francisco; GONDIM, Sonia M. Guedes. Os grupos focais on-line: das reflexões conceituais à aplicação em ambiente virtual. **Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação**. Journal of Information Systems and Technology Management Vol. 6, No. 1, 2009, p. 05-24.
- AGUIAR, Tassiany Maressa Santos. A gestão de ações de responsabilidade social empresarial e a interface com o Serviço Social. **Dissertação de Mestrado**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2017.
- ALMEIDA, Rosângela da Silva. Determinismo x autonomia: a saúde dos trabalhadores como um campo de luta entre classes sociais. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 3, n. 1, p.01-12. 2004.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da precarização do trabalho**: ensaio de sociologia do trabalho. São Paulo: Práxis, 2013a.
- ALVES, Giovanni. Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho – a questão social no século XXI. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 235 - 248, jul./dez. 2013b.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Editora Cortez, 1998.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão** [recurso eletrônico] : o novo proletariado de serviços na era digital / Ricardo Antunes. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo.; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Revista Serviço Social & Sociedade**., São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015.
- ARAÚJO, Fábio Carvalho de. O Serviço Social em Empresas: formulações acerca de um espaço de atuação profissional. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.
- ARAUJO, Gleison Luís. As interações da ISO 26000 com a responsabilidade social e o serviço social nas organizações calçadistas: estudo de caso. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 2014.
- AYRES, José Ricardo.; PAIVA, Vera.; JR, Ivan França. Conceitos e práticas de prevenção: da história natural da doença ao quadro da vulnerabilidade e direitos humanos. In: AYRES, José Ricardo.; PAIVA, Vera.; JR, Ivan França. **Vulnerabilidade e direitos humanos – prevenção e promoção da saúde: da doença à cidadania**. Curitiba: Juruá, 2012a.
- AYRES, José Ricardo.; et al,. Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. In: Gastão Wagner de Sousa Campos. [et al.]. **Tratado de Saúde Coletiva**. 2ª.ed.ver. aum. São Paulo: Hucitec, 2012b.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, PO: Edições 70, 2009.

BARRETO, Margarida; HELOANI, Roberto. Assédio laboral e as questões contemporâneas à saúde do trabalhador. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lúcia. **O avesso do trabalho III**. Saúde do trabalhador e questões contemporâneas. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 107-123.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, Elaine.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 6º Ed. – São Paulo : Cortez, 2009. – (Biblioteca básica de Serviço Social ; v2).

BEHRING, Elaine.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BELLINI, Maria Isabel Barros.; et al. Políticas públicas e intersectorialidade em debate. I **Seminário Internacional Sobre Políticas Públicas, Intersectorialidade e Família**. Porto Alegre, RS, EDIPUCRS, 2013.

BLASCO, Rodolfo Ariel. **Victimas de violencia institucional**. Sequência: estudos jurídicos e políticos; Santa Catarina. Vol13, ISS 25, 41, 1992.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 11 Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOITO JR., Armando. **O neofascismo no Brasil**. Boletim LIERI, UFRRJ, n.1, maio 2019. Disponível em: <http://laboratorios.ufrj.br/lieri/wpcontent/uploads/sites/7/2019/05/Boletim-1-O-Neofascismo-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 25 de set de 2021.

BORGES, Keline da Silva. Identidade às avessas os desafios do exercício profissional das Assistentes Sociais da Vele em Carajás. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal do Pará. 2014.

BRASIL. **Consolidação das Leis de Trabalho**. Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943. Rio de Janeiro.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.080**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília - DF, de 19 de setembro de 1990.

BRASIL. **Lei 8.662 de 7 de Junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília. 1993a.

BRASIL. **Código de ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/1993 de regulamentação da profissão. - 10. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 1993b. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acessado em 16 de junho de 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.742**. Dispõe sobre a organização da Política de Assistência Social e de outras providências, de 7 de dezembro de 1993. Brasília - DF. 1993c.

BRASIL. **Lei de Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)**. Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social. Com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro.

BRASIL. **Parecer Jurídico nº 27 de 1998**. Análise das competências do Assistente Social em relação aos parâmetros normativos previstos pelo art. 5º da Lei 8.662/93, que estabelece as atribuições privativas do mesmo profissional. São Paulo, 13 de Setembro de 1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/ 2004**. Brasília.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social**. Construindo as bases para implementação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, julho de 2005.

BRASIL. **Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010**. Acrescenta dispositivo à Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. Brasília.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Diário Oficial da União de 24 de maio de 2016. p. 46, seção 1.

BRASIL. **Medida Provisória (MP) nº 927/2020, Lei Ordinária nº 14.020/2020**. Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. **Lei nº 13.982 de 2 de abril de 2020**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. **Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS**. Brasília, 24 de fevereiro de 2021.

CAVALLI, Michelle. **Violência estrutural: enfrentamentos para o serviço social?** In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 5., 2009, Presidente Prudente; [Anais eletrônicos...]. Presidente Prudente, 2009. p. 1-21. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2596/2302>. Acesso em 16 de Julho de 2022.

CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil**. Elementos para estudo do perfil profissional. Brasília /Maceió, CFESS-UFAL CRESS, 2005.

CFESS. **Atribuições privativas do/a Assistente Social em questão**. 1^o edição ampliada. Brasília. 2012.

CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Organização Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília. 2022.

CESAR, Monica de Jesus. **“Empresa-cidadã”**: uma estratégia de hegemonia. São Paulo: Cortez, 2008.

CLOSS, Thaisa Teixeira. **FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: Um estudo a partir da produção da área**. Tese de Doutorado em Serviço Social. PUCRS. Porto Alegre/RS, 2015.

CORRÊA, Michele Cardoso. **A prática do Serviço Social e a autonomia do usuário frente às situações de vulnerabilidade social no Centro de Referência no Atendimento Infante-Juvenil**. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Serviço Social. Centro Universitário Metodista IPA. 2013.

CORRÊA, Michele Cardoso. **As dimensões da vulnerabilidade nas famílias de crianças e adolescentes hospitalizados: a relação com a violência infantil**. Trabalho de Conclusão de Curso. Residência Integrada Multiprofissional em Saúde. Hospital de Clínicas de Porto Alegre. 2015.

CORRÊA, Michele Cardoso. **Entre limites e possibilidades: a intersectorialidade na rede de proteção da criança e do adolescente vítima de violência na cidade de Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2018.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

CRESS. **Coletânea de Leis**, Brasil, 2005.

DAROT, Pierre.; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal**. ECHALAR, Mariana (trad.). 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, E. C. Aspectos atuais da saúde do trabalhador no Brasil. In: ROCHA, L. E.; RIGOTTO, R. M.; BUSCHINELLI, J. T. (Orgs.). **Isto é trabalho de gente?** Vida, doença e trabalho no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1994.

DOHER, Ilma. **O serviço social em empresas para além da crítica: espaços de enfrentamento atuação profissional**. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2015.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado Capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FANAN, Raquel Mazzola de Andrade. **Gestão de pessoas: possibilidade de novo nicho de trabalho para o serviço social. Dissertação de Mestrado**. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 2013.

FERNANDES, Idilia. A dialética das possibilidades: a face interventiva do Serviço Social. **Textos & Contextos Revista Virtual Textos & Contextos**. Nº 4, ano IV, dez. 2005.

FREITAS, Gizelle Soares de. Serviço social e o projeto ético-político da profissão: dilemas do trabalho profissional nos programas urbano-habitacionais. **Dissertação de Mestrado em Serviço Social**. Universidade Federal do Pará. 2018.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7 – ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Aparecida: Ideias e Letras, 2007.

GIL, Antonio Carlos. Metodologia de Pesquisa em Serviço Social. In: IAMAMOTO, Marilda Villela.; et al. **Metodologia e técnicas do serviço social**. Brasília: SESI – DN, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**. v.35. n.2. São Paulo: RAE, 1995.

GOÉS, M. C. P. **A Formação da Classe Trabalhadora: movimento anarquista no Rio de Janeiro, 1888-1911**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara; 1891. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/goffman,erving.estigma_notassobrea-manipulacaodaidentidadedeteriorada.pdf. Acesso em: 28 de Maio de 2023.

GOMES, Marcia Regina Botao. Serviço social e consultoria empresarial: uma possibilidade de intervenção crítica? **Tese de Doutorado em Serviço Social**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2015.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio.; et al. ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS, DEMANDAS E REQUISIÇÕES: o trabalho do assistente social em debate. **Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social**. 2016.

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. n. 91. São Paulo: Cortez, 2007.

GUIMARÃES, H. W. M. Responsabilidade social da empresa: uma visão histórica de sua problemática. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 211-219, out./dez. 1984.

GRUPO OPERACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (GOSSE). O profissional de Serviço Social na empresa: um estudo exploratório. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São

Paulo: Cortez, n.35, p. 36-54, abr. 1991.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBBSAWM, Eric J. et al. **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 11. 1989.

IBGE. **Indicadores IBGE**. Pesquisa Nacional Por Amostra De Domicílios Contínua - PNAD Contínua. Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil 2012-2019. IBGE: Rio de Janeiro, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. Trajetória e desafios**. Texto base da conferência inaugural do XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, que tem como tema central: La cuestión social y la formación profesional en el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericana. San José, Costa Rica, 12 de julio de 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 341-375.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade, CFESS, 2012. In.: CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: 14 de Jun. de 2019.

JUNQUEIRA L. A.; INOJOSA, R. M.; KOMATSU, S. **Descentralização e intersectorialidade: na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza**. Caracas: UNESCO/CLAD, 1998. Série Concurso de Ensaios CLAD.

LARA, Ricardo. Saúde do trabalhador: considerações a partir da crítica da economia política. **Revista katálysis**., Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 78-85, jan./jun. 2011.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal/ Lógica Dialética**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LIMA, Maria José de Oliveira.; COSAC, Claudia Maria Daher. **Kátalysis**, v.8. n.2 . Jul dezembro de 2005. Florianópolis, SC, 235-246.

LIMA, Maria José de Oliveira.; MESQUITA, Raquel Aparecida de.; OLIVEIRA, Viviane

Arcanjo de. O SERVIÇO SOCIAL DE EMPRESA: reflexões sobre este campo de atuação em tempos de pandemia. **Revista Conexão Geraes** - Dez. 2021 | Conselho Reginal de Minas Gerais

LUDKE, Menga.; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANGUCI, Doraci Batista de Tolêdo. Responsabilidade social das empresas: indicadores e oportunidades. **Dissertação de Mestrado**. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. 2014.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social e uma nova perspectiva de história: a história social. In: MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo, Veras Editora, 1999.

MARX, Karl. **Sobre literatura e arte**. Tradução de Olinto Beckerman. São Paulo: Global Editora, 1979.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo, v. 1, tomo 1, Victor Civita, 1983.

MARX, Karl.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARCONI, Mariana de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MELO RICO, E. P. de. O empresariado, a filantropia e a questão social". **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XIX, n. 58, p. 24-40, nov. 1998.

MENDES, E.V. **Uma agenda para a saúde**. 2 .ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MENDES, Jussara Maria Rosa.; LEWGOY, Alzira Maria B.; SILVEIRA, Esalva Carvalho. Saúde e Interdisciplinaridade: mundo vasto mundo. **Revista Ciência e Saúde**, Porto Alegre, v. 1. n. 1, jan./jun. 2008.

MENDES, Jussara Maria Rosa.; WÜNSCH, Dolores Sanches. Serviço Social e a saúde do trabalhador: uma dispersa demanda. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 461-481, jul./set. 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo**. Revista Textos & Contextos. Porto Alegre, v 8, n.I p. 22-48. Jan/jun 2009.

MIOTO, Regina Célia Tamasso.; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **Sistematização, Planejamento e Avaliação das Ações dos Assistentes Sociais no Campo da Saúde**. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Orgs.) Serviço Social e Saúde: formação e trabalho

social. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MOROSINI, Marília Costa. **Estado de conhecimento e questões do campo científico.** Educação, Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 101-116 - jan./abr. 2015.

MOTA, Ana Elizabete da. **O feitiço da ajuda:** as determinações do serviço social na empresa. São Paulo: Cortez, 1985.

MOTA, Ana Elizabete.; AMARAL, Ângela Santana do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **A nova fábrica de consensos.** São Paulo: Cortez, 1998.

NASCIMENTO, Sueli do. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar. 2010.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: Revista **Temporalis nº 3.** Rio de Janeiro: Grafonile; junho/2001 – ABEPSS.

NEVES, Daniela. A exploração do trabalho no Brasil contemporâneo. **Revista Katálysis.**, Florianópolis, v.25, n. 1, p. 11-21, jan./abr. 2022.

OLIVEIRA, J. A. Responsabilidade social em pequenas e médias empresas. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 24, n. 4, p. 203- 210, out./dez. 1984.

OLIVEIRA, S. L. **Sociologia das organizações: uma análise do homem e das empresas no ambiente competitivo.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização:** A sociedade civil e o tema do poder. Tradução Fernando Correa Prado. 1ª edição Editora Outras Expressões. São Paulo – 2014.

PEDERSEN, Jaina Raqueli.; GROSSI, Patrícia Krieger. O abuso sexual intrafamiliar e a violência estrutural. In: AZAMBUJA, Maria Regina Fay de.; FERREIRA, Maria Helena Mariante. **Violência sexual contra crianças e adolescentes.** Artmed, Porto Alegre, 2011.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Orgs.) **Política social no capitalismo:** tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREZ, Carlota. **Revoluciones tecnológicas y capital financiero:** la dinámica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza. Primera edición em español. México: Siglo XXI, 2004.

PINTO, Luiz Fernando da Silva. **Gestão-cidadã: ações estratégicas para a**

participação social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PIZZO, A. L. V. A mentalidade do empresário calçadista francano: existe espaço para o Serviço Social? 1999. **Dissertação de Mestrado em Serviço Social** – Universidade Estadual Paulista, Franca, 1999.

PRATES, Jane Cruz.; PRATES, F. C. Problematizando o uso da técnica de análise documental no serviço social e no direito. **Sociedade em Debate**, Pelotas, n. 15, 2009.

PRATES, Jane Cruz. **Material Didático: Técnicas de Pesquisa - A Entrevista.** Oficina de Pesquisa NEDEPS, Porto Alegre, PUCRS, 2012.

PRATES, Jane Cruz. A pesquisa social a partir do paradigma dialético-crítico: do projeto à análise do dado. In: FERNANDES, Idília.; PRATES, Jane C. (Org). **Diversidade e estética em Marx e Engels.** Campinas: Papel Social, 2016.

QUEIROZ, Adriana de Souza Lima. A política de responsabilidade social na empresa Furnas – São José da Barra/MG. **Dissertação de Mestrado.** Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 2014.

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

REIS, Carlos Nelson. A responsabilidade social das empresas: o contexto brasileiro em face da ação consciente ou do modernismo do mercado? **R. Econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 279-305, maio/ago. 2007.

RODRIGUES, Giselle Viegas Dantas. Políticas empresariais “sociais” implementadas em comunidades atingidas por projetos minerometalúrgicos no Estado do Pará. **Dissertação de Mestrado.** Universidade Federal do Pará. 2016.

SANTOS, Ana Maria Ribeiro dos.; et al. Violência institucional: vivência no cotidiano da equipe de enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, vol. 64, núm. 1, enero-febrero, pp. 84-90, 2011.

SCAGNOLATO, Ana Lúcia. O Serviço Social e a avaliação de impacto na gestão de programas e projetos empresariais. **Tese de Doutorado.** Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 2014.

SILVEIRA, Sandra da Silva. O que é o social? Digressões acerca de sua natureza e de seu conteúdo. **Tese de Doutorado em Serviço Social**, PUCRS – Porto Alegre, 2008.

SILVEIRA, Tamiris Garcia da. Planejamento e gestão na responsabilidade social: desafios para o Serviço Social. **Dissertação de Mestrado.** Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 2016.

SOARES, L. T. **O desastre social.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUZA, Luciana Karine de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a

Análise Temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**; Rio de Janeiro, 71 (2): 51-67. 2019.

SPOSATI, Adaílza. Prefácio. In: YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SWEET, C. Expanding the qualitative research arena: on-line focus groups. **Marketing Research Association**. out. 1999.

TEIXEIRA, Mirna Barros et al. Os invisibilizados da cidade: o estigma da População em Situação de Rua no Rio de Janeiro. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 43, n. Especial 7, p. 92-101, dez 2019.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TERRA, Sylvia Helena. **Parecer Jurídico nº 27/1998**. Análise das competências do Assistente Social em relação aos parâmetros normativos previstos pelo art. 5º da Lei nº 8.662/1993, que estabelece as atribuições privativas do mesmo profissional. CFESS, Brasília, 13 set. 1998.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOMEI, P. A responsabilidade social da empresa: análise quantitativa da opinião do empresariado nacional. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 189-202, out./dez. 1984.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1995.

UNDERHILL, C.; OLMSTED, M. G. An experimental comparisons of computermediated and face-to-face focus groups. **Social Science Computer Review, Thousand Oaks**, v. 21, n. 4, p. 206-512, winter, 2003.

VINUTO, Juliana. A AMOSTRAGEM EM BOLA DE NEVE NA PESQUISA QUALITATIVA: UM DEBATE EM ABERTO. **Temáticas**, Campinas, p. 203-220, 2014.

WELLEN, Henrique. Política social e reprodução da força de trabalho?: um dilema contemporâneo. **Argumentum**, Vitória, v. 13, n. 1, p. 139-152, jan./abr. 2021.

YAZBECK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da Questão Social no Brasil. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

YAZBECK, Maria Carmelita. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

YAZBECK, Maria Carmelita.; RAICHELIS, R., SANT'ANA, R. Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 138. 2020.

APÊNDICE A - Roteiro de análise documental

1. Documentos que serão analisados: Legislações, planos, programas e decretos de marcos normativos para o Serviço Social; Dissertações e Teses dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social.

2. Descritores: Serviço Social na empresa, trabalho do/a assistente social na empresa; Projeto Ético-Político; Serviço Social organizacional; Responsabilidade social organizacional.

3. Identificação do documento

3.1. Título do texto:

3.2. Autoria:

3.3. Ano da publicação:

3.4. Tipo do documento: () legislação () tese () dissertação

Outros _____

4. Dados sobre a publicação:

4.1. Síntese da publicação (descrição sintética do tema central e forma de sua abordagem).

4.2. Fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que norteiam o trabalho profissional na empresa

4.3 Competências e funções do/a assistente social na empresa.

4.4 Demandas para o trabalho do/a assistente social na empresa.

4.5 Principais estratégias de intervenção do/a assistente social neste espaço sócio-ocupacional.

4.6 Orientações indispensáveis para a constituição de parâmetros para a atuação do/a assistente social na empresa em consonância com o projeto ético-político profissional.

4.7 Desafios e possibilidades do trabalho do/a assistente social na empresa.

5. Outras observações

APÊNDICE B - Roteiro para o Processo de Consentimento Livre e Esclarecido

a) Convite para participação esclarecendo o título do projeto, seus objetivos e possíveis contribuições da pesquisa - Você está sendo convidado para participar do projeto de pesquisa, intitulado “Serviço Social na empresa: desafios e possibilidades da atuação profissional”, tem como objetivo analisar como vem se constituindo o trabalho do/a assistente social neste espaço sócio-ocupacional, na perspectiva de consolidação do projeto ético-político profissional. Acreditamos que o estudo será uma importante contribuição científica para ampliar o debate e a qualificação do trabalho dos assistentes sociais em organizações empresariais.

b) Descrição dos procedimentos de pesquisa - Para realizar esse estudo estamos realizando análise documental, grupo focal e também entrevistas semiestruturadas. Você, se aceitar participar, irá contribuir com a sua narrativa sobre sua experiência em relação ao tema neste grupo focal e/ou entrevista. O grupo focal e as entrevistas terão duração de aproximadamente 60 minutos. É possível que seja proposto outro encontro para aprofundarmos aspectos que aparecerem na coleta de informações, e este só acontecerá caso seja do seu interesse e conforme sua disponibilidade.

c) Informações sobre riscos e benefícios – Os riscos a que você está exposto por participar dos procedimentos previstos é mínimo. Os possíveis desconfortos estão associados a verbalização de acontecimentos importantes, o que pode acarretar algum desconforto, constrangimento, cansaço ou estresse. Se houver necessidade, em razão de alguma mobilização de sentimentos difíceis de enfrentar, você será encaminhado para atendimento na rede pública de serviços ou organizações não governamentais que prestam apoio nestas situações.

Além dos desconfortos que você possa sentir em virtude das respostas do grupo focal ou entrevista, é possível que, infelizmente, a conexão falhe ou apresente certa lentidão, assim como, destacamos as limitações para assegurar total confidencialidade e potencial risco de sua violação. Qualquer ocorrência imprevista, não hesite em contatar as pesquisadoras através do e-mail beatrizg@puhrs.br ou as.michelecorrea@gmail.com e também através do telefone 51 985792391. Você tem o direito de pedir uma indenização por qualquer dano que, comprovadamente, resulte da sua participação no estudo.

Você não terá nenhum tipo de benefício direto ao aceitar participar do estudo. Os benefícios são secundários, tendo em vista a possibilidade de a pesquisa contribuir para o aprofundamento do debate teórico e a qualificação do trabalho dos assistentes sociais em organizações empresariais. Sua participação é voluntária e você tem garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação, pela sua decisão.

d) Informações sobre forma de obter esclarecimentos sobre a pesquisa - Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de esclarecer qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato comigo. Vou pedir que você anote os meus contatos: e-mail as.michelecorrea@gmail.com; telefone celular (51) 985792391. Minha orientadora, na qualidade de pesquisadora principal, também está à disposição para esclarecimentos sobre a pesquisa através do e-mail beatrizg@pucrs.br. Você pode tirar qualquer dúvida nesse momento. Caso alguma dúvida surja depois, lembre-se que você pode pedir esclarecimentos a qualquer momento.

e) Esclarecimentos sobre confidencialidade - As informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos participantes, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Ao consentir em participar deste estudo, você de forma voluntária e esclarecida, nos autoriza a utilizar dados e informações de natureza pessoal para finalidade de pesquisa e realização deste estudo, conforme Lei Geral de Proteção de Dados.

f) Esclarecimentos sobre proteção dos interesses do participante na pesquisa - Caso você tenha qualquer dúvida quanto aos seus direitos como participante de pesquisa, entre em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS) em (51) 33203345, Av. Ipiranga, 6681/prédio 50 sala 703, CEP: 90619-900, Bairro Partenon, Porto Alegre – RS, e-mail: cep@pucrs.br, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h30 às 17h. O Comitê de Ética é um órgão independente constituído de profissionais das diferentes áreas do conhecimento e membros da comunidade. Sua responsabilidade é garantir a proteção dos direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes por meio da revisão e da

aprovação do estudo, entre outras ações. Não se preocupe em anotar, irei passar essas informações também por escrito para você.

g) Esclarecimentos finais - Ao consentir em participar, você não abre mão de nenhum direito legal que teria de outra forma.

h) Informações sobre o consentimento - Caso você já tenha esclarecido todas suas dúvidas basta que você permaneça na sala de bate-papo em caso de entrevista e/ou grupo virtual (Zoom, whatsapp ou outros meios on-line) e manifeste sua concordância em participar à pesquisadora, daremos início a entrevista após deixar gravada sua concordância em participar. Não iremos iniciar a entrevista a menos que você tenha tido a oportunidade de fazer todas suas perguntas e tenha recebido respostas satisfatórias para todas as suas dúvidas e manifeste a concordância.

i) Esclarecimentos sobre a não concordância em participar - Caso você não concorde em participar do estudo, basta você expressar sua discordância e se retirar da sala de bate papo (em caso de entrevista e/ou grupo virtual com Zoom, whatsapp ou outros meios on-line).

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista semiestruturada com assistentes sociais

1. Identificação

1.1 Participante:

1.2 Cargo que ocupa na empresa:

1.3 Vínculo de trabalho que ocupa na empresa:

1.4 Tempo de trabalho no âmbito empresarial:

2. Conte sobre o trabalho que você realiza na empresa, destacando questões que você acha relevante sobre a sua atuação profissional?

3. Qual o seu entendimento sobre o Projeto Ético-Político Profissional? Na sua opinião ele é possível de operacionalização no trabalho do/a assistente social em organizações empresariais?

4. Tópicos que serão aprofundados durante a entrevista semiestruturada:

4.1 Contribuições (possibilidades) do trabalho do/a assistente social na perspectiva de acesso e garantia de direitos.

4.2 Competências e funções do/a assistente social.

4.3 Demandas, expressões da questão social, estratégias de intervenção e processos de trabalho.

4.4 Desafios e dificuldades da atuação profissional na empresa.

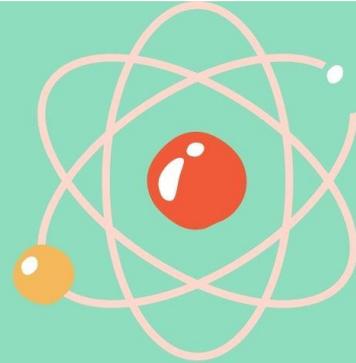
4.5 Como o profissional se sente atuando no âmbito empresarial.

4.6 Formação acadêmica do Serviço Social e requisições deste espaço sócio-ocupacional.

5. O Serviço Social tem parâmetros para atuação em várias áreas, mas não tem para atuação de assistentes sociais no âmbito empresarial. Se você pudesse definir questões essenciais para compor os parâmetros de atuação profissional nas empresas, o que você destacaria?

6. Você gostaria de compartilhar mais alguma questão sobre essa temática?

APÊNDICE D - Convite para o grupo focal



Você está sendo convidada (o) a participar da Pesquisa de Doutorado intitulada "Serviço Social na empresa: desafios e possibilidades da atuação profissional".

Será realizado um grupo focal (virtual) com oportunidade de discussão coletiva sobre os desafios e as possibilidades do Serviço Social neste espaço de atuação profissional.

Critérios de participação: Profissionais com formação em Serviço Social e com vínculo de trabalho ativo em empresas privadas.

Data: 21/03/2022

Horário: 17h

O link de acesso será enviado por e-mail.

Confirme sua participação através do e-mail Michele.Correa@edu.pucrs.br

Michele Corrêa - Assistente Social,
Mestra e Doutoranda em Serviço
Social/PUCRS



APÊNDICE E - Roteiro para o grupo focal com assistentes sociais

1. Identificação

1.1 Pesquisador:

1.2 Observador:

1.3 Participantes:

1.4 Tempo de duração do encontro:

2. O Grupo Focal será desenvolvido a partir das seguintes questões, esclarecidas junto aos participantes:

2.1 Vocês poderiam compartilhar experiências de como vem sendo desenvolvido o trabalho que vocês realizam na empresa?

2.2 E se fossem olhar para os desafios/dificuldades da atuação profissional na empresa, o que vocês pontuariam?

2.3 Qual o entendimento de vocês sobre o Projeto Ético-Político Profissional? Na opinião de vocês ele é possível de operacionalização no trabalho do assistente social nas organizações empresarias?

2.4 Se vocês fossem chamadas para defender o trabalho que vocês realizam na empresa, o que vocês gostariam de dizer?

2.5 O Serviço Social tem parâmetros para atuação em várias áreas, mas não tem para atuação de assistentes sociais no âmbito empresarial. Se vocês pudessem definir questões essenciais para compor os parâmetros de atuação profissional nas empresas, o que vocês destacariam?

2.6 Vocês gostariam de compartilhar mais alguma questão sobre essa temática?

3. Outras observações

ANEXO A - Autorização Comissão Científica PUCRS



SIPESQ

Sistema de Pesquisas da PUCRS

Código SIPESQ: 10528

Porto Alegre, 29 de julho de 2021.

Prezado(a) Pesquisador(a),

A Comissão Científica da ESCOLA DE HUMANIDADES da PUCRS apreciou e aprovou o Projeto de Pesquisa "D - SERVIÇO SOCIAL NA EMPRESA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL". Este projeto necessita da apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Toda a documentação anexa deve ser idêntica à documentação enviada ao CEP, juntamente com o Documento Unificado gerado pelo SIPESQ.

Atenciosamente,

Comissão Científica da ESCOLA DE HUMANIDADES

ANEXO B - Autorização Comitê de Ética e Pesquisa

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Serviço Social na empresa: desafios e possibilidades da atuação profissional

Pesquisador: Beatriz Gershenson Aguiarsky

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 51246021.0.0000.5336

Instituição Proponente: UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.953.051

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1808938.pdf, de 25/08/2021) e/ou do Projeto Detalhado (PROJETO_DE_PESQUISA.pdf, de 22/08/2021).

Este projeto apresenta uma proposta de pesquisa para ser realizada no processo de doutoramento em Serviço Social. O interesse em realizar esse estudo surgiu a partir da trajetória de vida pessoal, profissional e estudos prévios da pesquisadora, na qual, demonstraram o quanto é incipiente o debate sobre a atuação do Assistente Social na empresa na área de Serviço Social. Desta forma, busca-se analisar os desafios e as possibilidades do trabalho do Assistente Social na empresa, na perspectiva de consolidação do Projeto Ético-Político da profissão, a fim de contribuir com a ampliação do debate e a qualificação do trabalho neste espaço sócio-ocupacional. Vinculada ao método dialético-crítico marxista, temos como categorias analíticas da realidade a totalidade, a historicidade, a contradição e a mediação. As categorias teóricas do estudo são o neoliberalismo, o Serviço Social na empresa, o Trabalho do Assistente Social e o Projeto Ético-Político Profissional. O estudo será qualitativo de nível explicativo. A

coleta de dados acontecerá por meio de fontes documentais e empíricas. Serão analisados documentos acerca do trabalho do Assistente Social em empresa no Brasil, no período de 1990 a

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucrs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 4.953.051

2020. A pesquisa empírica será realizada através de uma (1) entrevista por grupo focal e dez (10) entrevistas semi-estruturadas. A coleta de dados será desenvolvida em ambiente virtual, considerando que vivemos um período de pandemia do coronavírus (COVID-19), na qual, exige o isolamento social por medidas de segurança em saúde. Os dados serão submetidos a análise textual discursiva. Os resultados serão apresentados na tese de doutorado e divulgados em congressos científicos, seminários, publicações em anais de eventos e em revistas.

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1808938.pdf, de 25/08/2021) e/ou do Projeto Detalhado (PROJETO_DE_PESQUISA.pdf, de 22/08/2021).

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Busca-se identificar os desafios e as possibilidades do trabalho do Assistente Social na empresa, na perspectiva de consolidação do Projeto ÉticoPolítico Profissional, a fim de contribuir com a ampliação do debate e a qualificação do trabalho neste espaço sócio-ocupacional.

Objetivo Secundário:

- Analisar os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que vem norteando o trabalho profissional na empresa.-

Investigar as competências e funções que vêm sendo exigidas para atuação do Assistente Social na empresa.- Mapear as demandas para o trabalho do Assistente Social na empresa.- Examinar as principais estratégias de intervenção do Assistente Social neste espaço sócio-ocupacional. -

Mapear as orientações indispensáveis para a constituição de parâmetros para a atuação do Assistente Social na empresa em consonância com o Projeto Ético-Político Profissional.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos previstos aos participantes da pesquisa é mínimo. Os possíveis desconfortos estão associados a verbalização de acontecimentos importantes, o que pode acarretar algum

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucrs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 4.953.051

desconforto, constrangimento, cansaço ou estresse. Se houver necessidade, em razão de alguma mobilização de sentimentos difíceis de enfrentar, você será encaminhado para atendimento na rede pública de serviços ou organizações não governamentais que prestam apoio nestas situações.

Além dos desconfortos que você possa sentir em virtude das respostas do grupo focal ou entrevista, é possível que, infelizmente, a conexão falhe ou apresente certa lentidão, assim como, destacamos as limitações para assegurar total confidencialidade e potencial risco de sua violação. Qualquer ocorrência imprevista, não hesite em contatar as pesquisadoras.

Benefícios:

Os participantes da pesquisa não terão benefício direto ao aceitar participar do estudo. Os benefícios são secundários, tendo em vista a possibilidade de a pesquisa contribuir para o aprofundamento do debate teórico e a qualificação do trabalho dos Assistentes Sociais em organizações empresariais. Sua participação é voluntária e você tem garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação, pela sua decisão.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Metodologia Proposta:

Este estudo será realizado com base no método dialético-crítico, fundamentado pelo materialismo histórico e tem como categorias centrais: a totalidade, a historicidade, a contradição e a mediação.

Este estudo é de abordagem qualitativa, por ser um tipo de pesquisa que valoriza a história da informação, seu significado na experiência social do

sujeito, visando a alcançar a compreensão das lógicas internas dos grupos pesquisados (THOMPSON, 1981).

A presente pesquisa se caracteriza pelo uso da técnica da triangulação através da escuta dos sujeitos, análise documental e análise dos "processos

e produtos originados pela estrutura sócio-econômica e cultural do macroorganismo social no qual está inserido o sujeito" (TRIVIÑOS, 1995, p.139).

O universo ou população do estudo refere-se ao conjunto definido de elementos que possuem determinadas características em comum (GIL, 2007).

Nas pesquisas sociais não há a necessidade da seleção de uma amostragem, visto que de modo geral elas abrangem um universo de elementos

muito vasto. A amostra utilizada na pesquisa será a não probabilística do tipo intencional, que é construída a partir do interesse do pesquisador em

Endereço: Av.Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@puccs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 4.953.051

determinados elementos da população (MARCONI; LAKATOS, 1996). Por isso, não será possível definir previamente qual será o N. Se encerrará a coleta de dados quando identificada a saturação dos dados coletados.

O estudo se utilizará da pesquisa documental e empírica. Para compor a amostra da pesquisa documental definiu-se 1 (um) país da América Latina, sendo este o Brasil para o levantamento dos documentos e das produções bibliográficas acerca do trabalho do Assistente Social em empresa. Os documentos analisados serão escolhidos pelo critério de acesso público em meio eletrônico, no período de 1990 a 2020. O lapso temporal contempla um período de grandes transformações societárias e marcos importantes para o Serviço Social. Na década de 90 consolidam-se parâmetros normativos para a área, como o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão aprovados em 1993, bem como, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS em 1996. Estes documentos serão fontes deste estudo e também, outras legislações, planos, programas e decretos que contemplam marcos normativos para o Serviço Social.

O corpus de análise também será composto pelos Anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais e as produções acadêmicas de Dissertações e Teses vinculadas aos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social.

A coleta empírica será realizada através de um (1) grupo focal com seis (6) participantes e dez (10) entrevistas semi-estruturada em ambiente virtual.

Os sujeitos são profissionais do Serviço Social que desenvolvem trabalho para empresas, independente do vínculo de trabalho, cargo e função que ocupam na empresa. Os critérios para seleção da amostra será a formação em Serviço Social e atuação em organizações empresariais. Para localizar os profissionais que atuam em empresas, utilizaremos a metodologia de amostra bola de neve, partindo de contatos intencionais da pesquisadora. Os participantes serão convidados de forma individual para participar da pesquisa em ambiente virtual. Os informantes chaves serão com pessoas conhecidas da pesquisadora, especialmente por sua atuação na empresa, mas também por grupos de Assistentes Sociais nas redes sociais. Após, será solicitado aos informantes chaves que indiquem novos participantes que serão convidados a participar da pesquisa através das

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@puers.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 4.953.051

redes sociais, e-mail e/ou telefone. Existe uma probabilidade de os sujeitos serem em sua maioria do Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista esse ser o local de residência/trabalho da pesquisadora. No entanto, embora a amostragem via bola de neve não permite o controle de demais características dos participantes da pesquisa, buscaremos que sejam contempladas as demais regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-oeste; Sudeste e Sul).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados.

Recomendações:

Recomenda-se que no Roteiro para o Processo de Consentimento Livre e Esclarecido seja suprimido "você será encaminhado para atendimento na rede pública de serviços" e seja mantido somente "organizações não governamentais que prestam apoio nestas situações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está eticamente adequado. Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o CEP-PUCRS, de acordo com suas atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012, Resolução nº 510 de 2016 e a Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa Serviço Social na empresa: desafios e possibilidades da atuação profissional proposto pela pesquisadora Beatriz Gershenson Aginsky com número de CAAE 51246021.0.0000.5336.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1808938.pdf	25/08/2021 16:01:37		Aceito
Outros	CARTA_DE_ANUENCIA.pdf	25/08/2021 15:46:30	Michele Cardoso Corrêa	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	25/08/2021 15:45:35	Michele Cardoso Corrêa	Aceito
Outros	CARTA_DE_APROVACAO_DA_COMISSAO_CIENTIFICA.pdf	22/08/2021 21:05:43	Michele Cardoso Corrêa	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	PROJETO_DE_PESQUISA.pdf	22/08/2021 21:01:07	Michele Cardoso Corrêa	Aceito

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@puccrs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 4.953.051

Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA.pdf	22/08/2021 21:01:07	Michele Cardoso Corrêa	Aceito
Outros	ROTEIRO_GRUPO_FOCAL.pdf	22/08/2021 21:00:29	Michele Cardoso Corrêa	Aceito
Outros	ROTEIRO_ENTREVISTA.pdf	22/08/2021 21:00:04	Michele Cardoso Corrêa	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	22/08/2021 20:58:12	Michele Cardoso Corrêa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ROTEIRO_PROCESSO_CONSENTIMENTO_LIVRE_ESCLARECIDO.pdf	22/08/2021 20:56:44	Michele Cardoso Corrêa	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	22/08/2021 20:55:43	Michele Cardoso Corrêa	Aceito
Outros	CV_LATTES_PESQUISADORAS.pdf	22/08/2021 20:55:00	Michele Cardoso Corrêa	Aceito
Outros	DOCUMENTO_UNIFICADO_SIPESQ.pdf	22/08/2021 20:54:13	Michele Cardoso Corrêa	Aceito
Outros	CARTA_DISPENSA_CONCORDANCIA_INSTITUCIONAL.pdf	22/08/2021 20:52:36	Michele Cardoso Corrêa	Aceito
Outros	CARTA_ENCAMINHAMENTO_APRESENTACAO.pdf	22/08/2021 20:50:45	Michele Cardoso Corrêa	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 03 de Setembro de 2021

Assinado por:

Paulo Vinicius Sporleder de Souza
(Coordenador(a))

Endereço: Av.Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucrs.br

ANEXO C - Carta de solicitação de dispensa de concordância institucional



Porto Alegre, 23 de Agosto de 2021.

Ao

Comitê de Ética em Pesquisa
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande
do Sul – PUCRS

Ilma. Coordenadora do Comitê de Ética
Profa. Dra. Denise Cantarelli Machado

**CARTA DE SOLICITAÇÃO DE DISPENSA DE
CONCORDÂNCIA INSTITUCIONAL**

Eu, Beatriz Gershenson, pesquisadora responsável pela pesquisa intitulada "Serviço Social na empresa: desafios e possibilidades da atuação profissional", solicito dispensa de apresentação da Carta do Chefe de Serviço devido ao fato da metodologia de pesquisa a ser utilizada propor uma coleta de dados a partir de entrevistas e grupos focais online com direcionamento específico sobre o trabalho do Serviço Social, as quais serão acordadas de modo individual com os participantes (assistentes sociais), conforme a relativa autonomia da profissão para projetar/realizar ações, debates e problematizações sobre as competências profissionais. Assim, a pesquisa não possuirá mediação institucional, tampouco interferências na organização e no cotidiano de trabalho institucional.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'B. Gershenson', is written over a horizontal line.

Assinatura do Pesquisador Principal



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br